



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

CIDADE NOVA:
Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950

TICIANO DUARTE PEDROSO

Pelotas, maio de 2012

TICIANO DUARTE PEDROSO

CIDADE NOVA:

Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a Lorena Almeida Gill

Pelotas, maio de 2012

TICIANO DUARTE PEDROSO

CIDADE NOVA:

Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande - 1950

**Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de
Pelotas**

BANCA EXAMINADORA

Professora Orientadora: Dra. Lorena Almeida Gill

Prof^a: Dra Beatriz Ana Loner

Prof^o: Dr. Edgar Avila Gandra

Prof^o: Dr. William Héctor Gómes Soto

Pelotas, maio de 2012

AGRADECIMENTOS

Escrever a parte inicial deste trabalho é o momento que assinala o fim de mais uma etapa da vida acadêmica. Foram muitos os percalços encontrados na elaboração desta Dissertação, dificuldades estas que não foram só sentidas por mim, mas também pelos meus pais, amigos e professores que faziam questão de sempre tentar amenizar as minhas amarguras com sábias e estruturais palavras.

Quando ainda em meados de 2008 comecei a desenvolver meu trabalho de conclusão de curso sob a orientação da Professora Gizele Zanotto, não podia imaginar o quanto eu me interessaria pela temática dos estudos urbanos da cidade de Rio Grande. Depois de concluído, aprovado e formado no curso de História, era hora de buscar algo maior, avançar na etapa seguinte desta longa jornada chamada vida acadêmica. Logo ingressei como aluno especial no Mestrado de Ciências Sociais, na Universidade Federal de Pelotas e ali, cursando as cadeiras das professoras Lorena Gill e Beatriz Loner, pude ter a convicção de que buscaria o ingresso na condição de aluno regular do curso.

Ao ingressar no mestrado passei a ser orientado pela Professora Beatriz Loner. Juntamente com os estudos na vizinha cidade de Pelotas me dividia com as atividades de professor em uma escola de Rio Grande com uma grande carga horária semanal. Durante o primeiro ano de curso meu trabalho, somado às aulas, não me permitiram avançar muito em minha pesquisa. Porém, a definição do objeto de estudo se fazia necessário. Primeiramente tendo como foco de estudo a moradia popular na cidade de Rio Grande, logo percebi que existia uma grande brecha sobre o assunto, o que me fez pensar na possibilidade de desenvolver uma pesquisa relacionada ao bairro Cidade Nova, no qual convivi durante anos.

A partir disso, já nos últimos 12 meses de curso, modifiquei o objeto de pesquisa e passei a desenvolver um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema.

A conclusão deste trabalho não poderia ser feita sem o apoio fundamental de algumas pessoas as quais tentarei lembrar:

- Gostaria de agradecer às pessoas que são a razão de meu viver, meus pais: Jorge Pedroso e Mara Pedroso. É por vocês que eu luto hoje e sempre.

- Aos meus amigos irmãos que fazem parte de minha família: Antônio Gomes, Angelo Gomes, Bruno Antunes, Fabiano Ribeiro, Diego Fagundes, Pablo Matteiro, Sandro Bodim, William Barreto.

- Aos amigos Leonardo Kantorski e Affonso Cardoso, companheiros de curso quando eu ainda era aluno especial, meu muito obrigado pelo incentivo e por toda essa nossa amizade compartilhada.

- Aos amigos de vida acadêmica que foram fundamentais nessa jornada: Leandro Braz, Felipe Nóbrega e Bruno Souza Garcia, pelas muitas conversas, desabafos, pesquisas, trabalhos, viagens, congressos que tivemos ao longo deste período de curso. E que venham muitas mais para a nossa Nova História.

- Aos amigos Vladimir da Rosa e Luis Carlos Corino, pelo apoio moral e incentivo sempre.

- A todos os colegas de sala de aula, com os quais dividi agradáveis momentos de convivência e aprendizado juntos.

- Aos professores que participaram direta e indiretamente deste trabalho. professora Beatriz Ana Loner, que iniciou e orientou este estudo até a qualificação, meus sinceros agradecimentos por tudo que a senhora me ensinou.

- Ao professor Edgar Gandra, por estar sempre disposto a colaborar e me incentivar no desenvolvimento deste estudo.

- Em especial à professora orientadora Lorena Almeida Gill, por ter aceitado a orientação na reta final, momento em que a professora Beatriz Ana Loner se aposentou. Meus singelos agradecimentos por toda a atenção, paciência e compreensão que a senhora teve comigo.

- Gostaria de agradecer às pessoas que foram fundamentais na composição deste trabalho, dedicando suas atenções e tempo e permitindo que as entrevistas fossem realizadas. Este estudo só foi possível de ser feito pelo consentimento dos entrevistados. A todos, o meu muito obrigado de verdade.

- Agradeço de forma geral às pessoas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais PPGCS – UFPEL e também a CAPES pela bolsa de estudo, que viabilizou em muito o andamento deste estudo.

RESUMO

Os processos de transformações ocorridos em âmbito nacional a partir do advento da República resultaram em inúmeras modificações no cenário urbano da cidade de Rio Grande. A ampliação dos limites urbanos, o surgimento de modernas indústrias e a necessidade de ocupação de novas áreas para abrigar a população operária resultaram no surgimento do bairro Cidade Nova. Neste trabalho faz-se uma análise do surgimento deste espaço atrelado ao contexto da cidade. Por meio da metodologia História Oral, se busca descrever a Cidade Nova através da fala dos seus habitantes. Em suas narrativas aparecem, principalmente, aspectos do cotidiano e a conformação infraestrutural do bairro, que na década de 1950 se consolidava como o principal local de moradia operária da cidade.

Palavras chave: Rio Grande. Cidade Nova. Subúrbio operário. Urbanização.

ABSTRACT

The transformation processes occurred nationwide since the advent of the Republic resulted in numerous changes in the urban setting in the city of RioGrande. The expansion of urban limits, the rise of modern industries and the necessity to occupy new areas to house the working population resulted in the emergence of the Cidade Nova district. This paper makes an analysis of the emergence of this area linked to the context of the city. Through oral history methodology, it attempts to describe Cidade Nova through the speech of its inhabitants. Their narratives show up mainly aspects of daily life and the infrastructural conformation of the neighborhood, which, in the 1950s, was consolidated as the main place for the working class residence in the city.

Keywords: Rio Grande. Cidade Nova. Working-class suburb. Urbanization.

LISTA DE SIGLAS

HABICOP – Cooperativa habitacional dos operários de Rio Grande Ltda.

COHAB – Companhia de Habitação, moradia financiada pelo Estado através dos bancos estatais.

BNH – Banco Nacional da Habitação

LEPAN – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Arqueologia e Antropologia

SESI – Serviço Social da Indústria

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Imagem 1: Prédio da Estação Ferroviária do Rio Grande. Fonte: <http://www.tramz.com/br/rg> Acesso em Maio de 201155
- Imagem 2: Fábrica de Charutos Pooch, Rio Grande, 1881. Fonte: <http://www.guaieca.blogspot.com.br/> Acesso em Maio de 201157
- Imagem 3: Guindaste Titan, utilizado na construção dos Molhes da Barra de Rio Grande. Fonte: <http://www.guaieca.blogspot.com.br/> Acesso em Maio de 201159
- Imagem 4: Terrapleno Leste e Porto Novo do Rio Grande. Planta geral da Cidade de Rio Grande 1922. Fonte: Biblioteca Municipal do Rio Grande. Adaptado por Ticiano Pedroso61
- Imagem 5: Terrapleno Leste, espaço projetado para ser um bairro pela Cie. Française. Planta geral da Cidade de Rio Grande 1926. Fonte: Biblioteca Municipal do Rio Grande. Adaptado por Ticiano Pedroso61
- Imagem 6: Cartão Postal Frigorífico Swift. Rio Grande. Fonte: <http://www.guaieca.blogspot.com.br/>. Acessado em dezembro de 201162
- Imagem 7: Planta da cidade de Rio Grande, 1871. Fonte: Bibliotheca Rio-Grandense74
- Imagem 8: Planta da Estação Central Ferroviária do Rio Grande. Biblioteca Municipal do Rio Grande. Fonte: Relatório da Companhia Carris do Rio Grande.....77
- Imagem 9: Cidade Nova na década de 1850. Fonte LEPAN.78
- Imagem 10: Em primeiro plano, preto, o bairro Cidade Nova em azul o mercado. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso84
- Imagem 11: Local onde estava localizada a Companhia de Asseio Rio-Grandense, bairro Cidade Nova. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso86
- Imagem 12: Boulevard 14 de Julho, Rua das Trincheiras, Rua Caramuru e Rua Cristovão Colombo, já alinhadas dentro do projeto urbano. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso88
- Imagem 13: Antigo Matadouro e Novo Matadouro, interligados pela linha dos bondes. As setas indicam os novos loteamentos surgidos com a instalação dessas estruturas. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso91
- Imagem 14: Boulevard Major Carlos Pinto. Marco que delimita o centro da cidade e o bairro Cidade Nova. Nesta fotografia observa-se o aspecto das ruas de ambos os

- lados cobertos pelo terreno arenoso e as mudas de árvores recém plantadas. Fonte: Biblioteca Rio-grandense. 109
- Imagem 15: Planta da Cidade de Rio Grande 1926. Fonte: Biblioteca Rio-Grandense..... 111
- Imagem 16: Cenas do cotidiano. Ao fundo observa-se a casa em madeira, juntamente com um lavatório no canto esquerdo, quartinha (objeto arredondado no chão) tina e bacias, estes utensílios..... 114
- Imagem 17: Cenas do cotidiano. Jurandir Pedroso,o primeiro da direita para esquerda, em evento festivo familiar. Fotografia tirada no pátio dos fundos da casa. Percebe-se ao fundo da imagem a casa de madeira e a parreira de uvas. Fonte: Arquivo pessoal do autor..... 122
- Imagem 18 Chácara Urbana adjacências do bairro Cidade Nova. Fonte: Google Earth. Acesso em Março de 2012. 125
- Imagem 19: Casas em fita bairro Cidade Nova. A casa da esquerda está localizada na Rua Rio Branco esquina Rua Caramuru. A casa da direita está localizada na Rua Marcilio Dias esquina Rua Augusto Duprat. Fonte: Foto do autor..... 127
- Imagem 20: Vila Ondina Rua Visconde do Rio Grande, bairro Cidade Nova Fonte: Foto do autor 128
- Imagem 21: Vila Ilza Rua Visconde do Rio Branco, bairro Cidade Nova Fonte: foto do autor. 129
- Imagem 22: Ferragem Colombo, Rua Cristovão Colombo, esquina Rua Tiradentes. Propriedade de Augusto Ferreira Godinho. Fonte: Arquivo pessoal de Augusto Ferreira Godinho. 133
- Imagem 23: Cenas do cotidiano. Jovens bebem em frente ao bar, enquanto ao fundo, crianças brincam. Este bar ficava localizado na Esquina da Rua Dom Pedro I com Rua Bento Gonçalves. Fonte: Arquivo pessoal do autor. 137
- Imagem 24: Cenas do Cotidiano. Cordão carnavalesco do Clube Ipiranga na Rua Dom Pedro I, local de sua primeira sede. Fotografia datada do ano de 1953. Fonte: Arquivo pessoal de Jurandir Pedroso..... 142
- Imagem 25: Cenas do cotidiano. Time de futebol amador D. Pedro I, momentos antes do jogo na Praça Saraiva. Ao fundo se observa os chalés da madeira pela Rua Teixeira Júnior. Fotografia datada do ano 1962. Fonte: Arquivo pessoal de Jurandir Pedroso. 144

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	15
1.1 Questões Metodológicas.....	15
1.2 Discussão Historiográfica.....	21
A Cidade em Movimento.....	21
1.3 Questões Teóricas.....	38
A reconstrução do não construído.....	38
1.4 O subúrbio como categoria de análise.....	45
CAPÍTULO II - CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA CIDADE DE RIO GRANDE	52
2.1 Origem da Cidade.....	52
2.2 O crescimento industrial e urbano e a conseqüente ocupação de novas áreas.....	54
CAPÍTULO III - O ESPAÇO DO INDESEJÁVEL: AS ORIGENS DO BAIRRO CIDADE NOVA.....	73
3.1 As origens da Cidade Nova.....	73
3.2 Da cidade de areia ao bairro operário.....	80
3.3 Infraestrutura da Cidade Nova.....	88
Capítulo IV - UM BAIRRO NARRADO.....	97
4.1 Percepções de entrevista: os personagens.....	97
4.2 A estrutura.....	105
4.3 As Casas.....	111
4.3 As Chácaras.....	123
4.4 As Vilas e as casas em fita.....	126
4.5 Comércio e Imigrantes.....	131
4.6 Sociabilidades.....	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147
Fontes documentais:.....	151
Fontes Orais:.....	153
Fontes Eletrônicas:.....	154
Acervos:.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	156

APRESENTAÇÃO

Minha infância foi dividida entre dois bairros da cidade. Nascido na Cidade Nova, logo me mudei para um bairro novo de Rio Grande, o Parque Marinha, um loteamento da COHAB, surgido ainda nos meados da década de 1980. Este fato não impossibilitou que grande parte de minha vida fosse vivida nas largas ruas do primeiro subúrbio operário da cidade.

Aproveitando dias de brincadeira nas calçadas e ruas, muitas coisas me chamavam a atenção: as vilas de casas postas sobre um corredor ou pátio, os armazéns e comércio de esquina, sempre mal iluminados e pertencentes a sujeitos de meia idade, da cara fechada e de vestes humildes, os chalés de madeira encravados em meio aos casarões e condomínios que pareciam ser um exemplo de resistência de um passado que persistia em se fazer presente nos anos de 1990.

O burburinho nos domingos de manhã causados pelas corridas de bicicletas no velódromo da Praça Saraiva, acompanhado pelo som dos apitos de arbitragem e dos gritos das torcidas que emanavam dos campos de futebol amador, localizados logo ao lado, sempre se constituíam em atrativos, os quais transpunham a esfera do prazer de estar ali, para gerar, além de tudo, inquietações em mim.

A brincadeira no pátio dos vizinhos da casa de meus avós paternos se compunha em uma verdadeira aventura na selva. Coberto por árvores frutíferas, a grande extensão do terreno ainda é um resíduo de um passado suburbano do bairro. Os jogos de bola se tornavam um grande desafio quando a pelota ia parar no pátio dos fundos da casa. Para resgatar a bola era preciso fazer a volta no quarteirão e adentrar um corredor estreito que era constituído, em toda sua extensão, por casas de madeira, algumas cobertas com zinco. Muitas vezes era necessário pedir licença a senhoras idosas que ficavam a observar pela janela o movimento. Seus olhares sempre muito profundos me assustavam, ao mesmo tempo em que me causavam uma sensação de comoção. Anciãs a observar o movimento de um corredor, nas tardes, pareciam admirar a juventude das crianças ou estar à espera de algo de jamais chegaria.

As caminhadas pelas ruas do bairro sempre foram acompanhadas de muitas dúvidas que insistiam em permanecer na cabeça. As ruínas das fábricas na Avenida

Portugal, o prédio desativado da Rheingantz e as brincadeiras na antiga fábrica de cordas da Rua Domingos de Almeida fomentavam ainda mais o instinto de entender aquele atípico cenário urbano.

Somado às dúvidas e inquietações de um menino, estão nos ouvidos atentos as conversas dos adultos que sempre em rodas informais de chimarrão lembravam de momentos e histórias de uma Cidade Nova, que só era possível de ser alcançada através de suas memórias. As minhas idas com meu tio ao bar, eram seguidas por longas horas sentado no balcão comendo bala de banana, tomando refrigerante e vendo seus companheiros jogarem sinuca e bater papo. Depois disso, no caminho de volta, mais algumas horas se seguiam, quando eu ficava parado na esquina ouvindo estórias e “causos”.

Era o momento de retornar para o meu distante bairro, mas a vontade de ficar era sempre maior; começava, assim, outra diversão. O caminho até a parada de ônibus mais próxima (no cemitério) possibilitava outro entretenimento. Neste percurso, passava-se por muitas casas estranhas, algumas sedes de clubes esportivos, alguns bailões e muitos estabelecimentos comerciais. Começava ali a contagem dos dias, e eu esperava que o próximo final de semana chegasse o mais rápido possível para poder retornar a casa de meus familiares. Muitas vezes, no momento em que estava a esperar o ônibus era possível observar os trens de carga saindo da Estação Ferroviária, mas não fazia ideia de que aquela cena se tornaria cada vez mais rara, já que estava com os dias contados.

As visitas eram também muito atrativas quando se ia até a casa dos familiares de minha mãe. As tias, que moravam em vilas, tinham sempre as suas estreitas e longas casas como outro atrativo para se brincar e despertar a curiosidade. Tinham também as casas de pátios grandes, onde se podia jogar futebol livremente e apostar corrida de bicicleta.

As brincadeiras na oficina de meu avô materno eram uma atração à parte, assim como o medo de passar em frente aos cães de caça que ele criava faziam parte do imaginário de guri. Juntamente com os cachorros, meu avô criava algumas galinhas, codornas e aves de canto, em meio a uma pequena horta, da qual muito pouco se podia aproveitar os legumes.

As casas que eu costumava frequentar tinham tipicidades em comum. Em sua grande maioria apresentavam corredores externos de acesso lateral, além de possuírem uma entrada pela rua, constituindo-se na porta da frente. Dentro, essas

casas também continham um corredor que se estendia de ponta a ponta, ou seja, na extensão deste estavam alocados todos os cômodos (quartos) dessa residência. No início deles, normalmente estavam as salas e no fim os banheiros.

Com o passar dos anos e desenvolver um senso de entendimento maior das coisas, pude perceber que todos estes aspectos que mencionei aqui se constituíam nas características do bairro Cidade Nova. Atualmente, uma série de melhorias foi empreendida no bairro, fazendo com que esta área que está colada ao centro urbano, seja uma das mais valorizadas.

A minha identificação com este espaço, como pode ser percebida, está diretamente relacionada a questões familiares. Ambas as famílias, paterna e materna, tiveram suas trajetórias de vida construídas no arenoso terreno deste bairro. Com o tempo e a vida acadêmica fui percebendo que poucos eram os estudos, os quais se destinavam a observar os bairros da cidade.

A Cidade Nova, mesmo sendo muito citada em trabalhos, nunca foi estudada mais amplamente. Portanto, para o observador das questões do cotidiano, o bairro se constitui num laboratório a céu aberto, que está ali pronto, à espera de que maiores atenções sejam dispensadas a ele.

Minha pesquisa se desenvolve no âmbito da Sociologia Urbana e da História, analisando o cotidiano do bairro. Como metodologia, a história oral auxilia como ferramenta de construção das narrativas sobre o dia a dia dos moradores daquele lugar.

Essa pesquisa não se constituiu como um trabalho final que encerra todas as outras possibilidades de estudo sobre essa espacialidade, muito pelo contrário, pretende ser um ponto de partida para que outros estudos destinem também maiores esforços para a compreensão deste espaço. Muitos aspectos, os quais foram brevemente apresentados aqui, seriam, por si, só capazes de proporcionar grandes discussões.

O desenvolvimento de Rio Grande, atrelado aos investimentos do polo naval, trouxe à tona o problema da moradia popular na cidade. A chegada de milhares de trabalhadores oriundos de outras regiões do Brasil ocasionou uma elevação nunca vista no preço de aluguel e venda dos imóveis. Este fato estende-se a todos os limites urbanos.

As perspectivas com relação à consolidação econômica de Rio Grande são muito positivas, entretanto, deve-se transpor a barreira do otimismo e do senso

comum e analisar também as consequências negativas que estes investimentos podem ocasionar dentro da cidade. Muitos loteamentos, condomínios e alguns novos bairros estão programados para surgir, o que, de certa maneira, amenizará o problema da falta de moradia na urbe.

O momento atual da cidade é propício para se refletir sobre os vários problemas provenientes deste dito progresso que se faz presente. Neste trabalho, retornaremos até os anos 1950, período este em que a cidade passava por um processo de desaceleração fabril, com muitos operários sendo demitidos, tendo que buscar novos meios de sobrevivência. Nosso objeto de análise é o bairro Cidade Nova, local que nesta época se consolidava como o principal área de moradia operária de Rio Grande, inclusive concentrando e tendo em seus arredores muitas indústrias.

No primeiro capítulo apresento uma revisão bibliográfica, onde realizo uma discussão, apresentando os autores que foram fundamentais para a construção dessa dissertação.

No segundo capítulo faço um estudo histórico da cidade de Rio Grande, partindo desde o momento de sua fundação até a década de 1950, período em que essa pesquisa será desenvolvida. Essa contextualização visa justamente mostrar como o desenvolvimento urbano esteve diretamente atrelado à consolidação da *urbe* como centro comercial e industrial.

No terceiro capítulo faço um estudo sobre as origens do bairro. Para a realização deste trabalho retornei até a década de 1870, momento em que os políticos locais arquitetavam o crescimento da área urbana para além dos seus antigos limites. Para que isso fosse possível era necessário a encampação de uma região que mais tarde se constituiria no bairro. Depois disso, através dos documentos da Intendência vamos mostrando como o bairro vai se desenhando e se consolidando no decorrer do tempo.

No quarto e último capítulo os moradores entram em cena descrevendo e contando os aspectos do cotidiano do bairro. Propõe-se, neste trabalho, uma exposição dos diversos aspectos que justamente são responsáveis pela caracterização deste cenário urbano. Este capítulo foi elaborado a partir de entrevistas, as quais passaram por um processo de análise, somados à pesquisa bibliográfica.

CAPÍTULO I - REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 Questões Metodológicas

O desenvolvimento desta pesquisa transcorrerá basicamente em cima das seguintes fontes: documentos oficiais, tais como os relatórios da Prefeitura Municipal, plantas da cidade, projetos da Secretaria de Planejamento e Habitação, outros materiais e pesquisa bibliográfica, os quais irão fornecer o aporte contextual e teórico. Para obter maior compreensão do universo social dos moradores do bairro se utilizará como metodologia a História Oral. Através dela, pretende-se realizar, com pessoas previamente selecionadas, algumas entrevistas, cuja temática será suas vivências no bairro Cidade Nova.

Os documentos oficiais, obviamente, trazem o prisma do governo sobre os acontecimentos. Tal origem e situação deve ser ressaltada no processo analítico da fonte, visto que o conhecimento de elementos intra e extratextuais (contexto e intertexto) auxiliam na compreensão do discurso em si. Foucault (1996, p. 70) diz que “a análise do discurso não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação”.

Costa (1994) aponta algumas regras, as quais auxiliam o pesquisador a seguir metodologicamente um percurso de crítica às fontes. Segundo a autora, perguntar ao discurso sempre quem fala, se constitui em um exercício de reflexão que remete o discurso aos critérios de competência que o legitimam, assim como demonstra os lugares institucionais onde são produzidos.

É remetendo os discursos à análise de quem fala, o que fala, de onde e para quem fala, que irá se seguir nesse estudo. De acordo com Eni Orlandi (2000, p.21) “os discursos são entendidos como a prática da linguagem, o efeito de sentidos entre os locutores”, ou ainda, como propõe Céli Pinto (1989, p.19), “o local onde as práticas [sociais] são materializadas na linguagem,” seja ela escrita, falada ou visual. De acordo com Carlos Bacellar (2006), documento algum é neutro, de modo que sempre carrega consigo a opinião da pessoa ou órgão a ele vinculado. Destaca o autor, ser um dos pontos mais cruciais do uso das fontes, a necessidade imperiosa de se entender o texto no contexto de sua época e isso diz respeito, também, ao significado das palavras e das expressões. Conforme Bacellar (2006 p. 63), “boa dose de desconfiança é o princípio básico a nos orientar nesses momentos, além de

uma leitura muito atenta dos autores que já trabalharam na mesma linha de pesquisa”.

Somado às informações obtidas através da pesquisa nos documentos oficiais, será acrescentado o material obtido nas entrevistas, construindo, dessa forma, uma interpretação sobre a determinada espacialidade urbana. Neste estudo pretende-se recuperar diferentes referências e sensações, promovendo a descentralização dos sujeitos históricos, abrindo caminho e “descobrimos histórias de gente sem história” (MATOS, 2002, p.24).

Nas últimas décadas, a História Oral vem sendo muito utilizada nos estudos acerca da contemporaneidade, dessa forma, aparece aqui como uma das principais aliadas à proposta deste estudo, sobretudo porque serve como instrumento para promover a aproximação da memória de um período relativamente recente, fazendo com que entrevistadores e entrevistados trabalhem conscientemente na elaboração de projetos de significação do passado (ALBERTI, 2003, p. 4). Essa metodologia de pesquisa, a qual proporciona a constituição de fontes, tem contribuído muito nas pesquisas, em que os silenciamentos da história se fazem presentes. Além disso, transmite uma experiência coletiva, uma visão de mundo em dada sociedade (ALBERTI, 2000).

De acordo com Portelli (1997, p. 16):

[...] a História Oral alia o esforço de reconstruir padrões e modelos à atenção às variações e transgressões individuais concretas. Assim, a História Oral tende a representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo coerente depois de reunidos [...]

A História Oral apresenta-se como uma constituição muito próxima da realidade social. Esta metodologia de estudo se destina a dedicar atenção especial àquelas pessoas, as quais Portelli (1997, p. 16) considera “representativas, extraordinárias ou incomparáveis”. São os sujeitos, os a gentes do cotidiano, com suas vivências que são capazes de descrever e fornecer de maneira detalhada uma situação que nenhum documento oficial, periódico ou conjunto de estatísticas seria capaz de apresentar.

Todos os indivíduos são considerados com grande potencial de histórias, fundamentando-se principalmente na questão de que todas as pessoas com o qual

conversamos enriquecem o nosso conhecimento, de modo que acrescentam experiências somando suas vivências ao nosso aprendizado. Indiferente do pertencimento a padrões sociais distintos, todos ganham o mesmo significado de atenção no trabalho de História Oral.

A igualdade dos indivíduos no sentido de importância se dá pelo fato de que a História Oral não só leva em reconhecimento a diferença, mas também a igualdade, ou seja, o que une sujeitos de diferentes grupos sociais em determinadas condições históricas.

Até o presente momento é desconhecido algum outro trabalho que direcione o seu olhar para a construção do cenário cotidiano do bairro Cidade Nova, nos anos de 1950. Para isso, faz-se necessário buscar o depoimento das pessoas simples, moradores, trabalhadores, residentes do bairro. Este estudo do cotidiano e das práticas sociais busca, através das entrevistas e de todo aporte documental e teórico, entender como estes trabalhadores de diferentes setores criaram espaços e mecanismos (sociabilidades) que possibilitaram sua permanência em um local com uma precária infraestrutura.

O bairro ganhará história na fala desses moradores, personagens do anonimato no subúrbio operário de Rio Grande. O relato dessas pessoas, rememorando suas vivências na Cidade Nova, se apresenta como principal ferramenta deste estudo na composição de um cenário, num espaço esquecido pela história oficial.

Os narradores são alçados à condição de atores de uma história ainda não contada. Originários de diferentes níveis sociais, apresentam muitas vezes percepções distintas sobre o espaço em que fizeram suas vidas. Dessa forma, torna-se necessário prestar a atenção na forma como essas pessoas se entendem criam laços de solidariedade e eles visualizam o bairro, dentro de uma temporalidade maior, dos anos 1950 até agora.

O tempo de nossa história ora pode ser lento e outras vezes acelerado, marcado pelas mudanças, modificações, destruição e substituição de significados e objetos, causando uma sensação de profundas incertezas na maioria dos indivíduos. Este rápido período contrasta com uma temporalidade não muito distante, em que o tempo era o das permanências, da continuação da memória. Para a historiadora Maria Izilda Matos (2002), as transformações da contemporaneidade têm levado os historiadores a utilizarem cada vez mais os estudos sobre memória.

É preciso entender que lugares estão particularmente ligados a uma lembrança, e que esta pode ser pessoal ou coletiva, mas que permanece muito forte na memória (POLLAK, 1992). Ainda é possível encontrar pelo bairro velhos moradores, saudosos do que chamam bons tempos, os quais se referem, invariavelmente às suas juventudes.

Para o objetivo do trabalho, no entanto, é necessário colher e registrar as suas memórias sobre, especialmente, o período em que existiam indústrias dentro do bairro e que a maioria da população trabalhava nos arredores de suas residências. Nesse sentido, construir narrativas sobre os mesmos episódios e sobre um mesmo espaço temporal se constitui em um riquíssimo exercício de volta ao passado e de resignificação do presente proporcionado pelas lembranças.

O fato deste estudo estar direcionado para a descrição de uma determinada espacialidade, a partir das memórias de seus habitantes, resultará em falas distintas sobre os mesmos objetos rememorados. Neste caso, estes objetos constituem-se na estrutura do bairro, na forma física e espacial de suas residências, nas atividades do cotidiano, lazer e do trabalho.

É preciso levar em consideração o fato de que se está trabalhando com indivíduos de grupos profissionais distintos, que mesmo tendo construído suas vidas dentro da mesma espacialidade, rememoram os fatos de forma diferente. Conforme Candau (2011, p 35). “Um grupo de pessoas pode ter os mesmos marcos memoriais, sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado”.

De acordo com o mesmo autor (2011, p. 36):

Enfim, mesmo que exista em uma determinada sociedade um conjunto de lembranças compartilhadas pelos seus membros, as sequências individuais de evocação dessas lembranças serão possivelmente diferentes, levando em consideração as escolhas que cada cérebro pode fazer no grande número de combinações da totalidade de sequências.

Neste contexto entende-se que os indivíduos estão em plena interação, transitando por diferentes meios sociais; essa interatividade gera um compartilhamento de significações, resultando em indivíduos com experiências distintas. A formulação de suas memórias estará diretamente influenciada pela sua trajetória de vida, o que justifica as suas memórias individuais.

Porteli (1997), diz que mesmo estando moldada pelo meio social, a “arte de lembrar” não deixa de ser um exercício puramente individual, pelo fato de que cada pessoa consegue rememorar o mesmo acontecimento de um jeito diferente. De acordo com ele:

[...] A memória é um processo individual que decorre em meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais (PORTELI, 1997, p. 16).

A tentativa de captar a compreensão espacial, temporal e social de um determinado bairro operário requer um trabalho de busca pelas percepções individuais ou grupais, de moradores e ex-operários das indústrias locais. Não se constitui como finalidade deste estudo discutir o conceito de classe, porém é preciso expor como estará embasado o entendimento desta palavra.

Tendo em vista o fato de se trabalhar com um bairro onde habitam diferentes grupos profissionais, com distintas rendas, os quais resultam em formas desiguais de vida e moradia, é que se utiliza o já consagrado conceito de classe de E. P. Thompson. A este, agrega-se também a concepção de Mike Savage (2011), o qual propõe o tempo e o espaço como importantes elementos para o entendimento de classe.

E. P. Thompson (1987) entende classe como um “processo histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados tanto na matéria-prima da experiência como na consciência”, não podendo ser entendida e analisada como algo imóvel, pois a própria noção de classe remete a relações humanas, históricas. Para o autor:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a

experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas relações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Ao estudar um bairro operário é necessário levar em conta, além da articulação dos interesses desses homens, outras questões. Savage aponta para o fato do tempo, dizendo que “o processo de formação de uma classe implica a criação de ritmos e turnos temporâneos, rotineiros típicos” (SAVAGE, 2004, p.37). A forma como estas pessoas aproveitam o tempo livre, de lazer, serve como subsídio para a construção de identidades (KIRK, 2004, p.60).

No caso deste estudo, estes tempos de lazer, quando rememorados, remetem a brincadeiras de infância nas ruas de areia, à reunião da família na sala de casa para escutar a novela no rádio, a passeios e visitas familiares no final de semana, com a roupa específica de domingo, o futebol na Praça Saraiva, as sessões de cinema no Salesiano, ou os finais de tardes nas esquinas e botequins do bairro.

São pequenos detalhes do cotidiano que passam despercebidos aos olhos da grande maioria, e que, muitos desses, quando comparados com o cenário atual, são relegados ao atraso. Mas, para um estudo que visa justamente compreender como estas pessoas construíram mecanismos de socialização, os quais permitiram enfrentar as adversidades da vida material, estes detalhes ganham importância, assumindo um caráter relevante na pesquisa.

Mike Savage também propõe aos pensadores dos mundos do trabalho uma “sensibilidade espacial maior”, um alargamento conceitual, onde seja incluída dentro do complexo entendimento de formação de classe a dimensão espacial. De acordo com o autor, isso possibilita empreender de modo mais detalhado as complexidades que ligam as estruturas e formam as classes (SAVAGE, 2004, p.40,41).

[...] é importante considerar os lugares não simplesmente como localidades em que a formação de classe ocorre, mas eles próprios como constituintes da formação de classe. Os lugares não são apenas cenários passivos para o processo social, mas estão ativamente envolvidos na construção de identidades sociais (SAVAGE, 2011, p.20).

O bairro Cidade Nova é um espaço que, desde seus princípios, foi o lugar destinado à classe trabalhadora. Nele se encontraram imigrantes poloneses, espanhóis, italianos e portugueses. Também reuniu os trabalhadores da região da campanha, do sul do estado, que assim como os estrangeiros foram atraídos pelas possibilidades de emprego que a cidade ofertava.

Ainda dentro da dinâmica espacial, como possibilidade de entendimento de formação de classe, Savage (2004) diz que as variações locais são importantes na análise, mesmo quando se observa classes do mesmo segmento. Elas tendem a ter características próprias, as quais muitas vezes estão diretamente ligadas ao fator local de cada uma. O bairro Cidade Nova concentrava uma grande quantidade de operários de setores distintos.

Dentro desta diversidade de grupos profissionais de trabalho, incluídas em um mesmo espaço, é que estes sujeitos estarão inclusos nesta atmosfera que engloba a articulação de interesses, relações de produção, cultura, lazer e espaço. Independente do setor industrial a qual estão ligados, eles têm em comum o fato de morar no mesmo bairro e de conviverem com os mesmos problemas, embora estes sejam percebidos de forma diferente por cada um dos moradores.

1.2 Discussão Historiográfica

A Cidade em Movimento

O final do século XIX foi marcante no sentido da industrialização e da consequente modernização dos diversos setores da sociedade. A questão urbana se sobressai dentro deste contexto, principalmente porque irão ser as cidades os principais alvos dos investimentos públicos e privados.

O pensamento sanitarista, o qual passara a fazer parte dos governos republicanos aqui no Brasil, já vinha há alguns anos ganhando muita força e expressando-se de forma bastante convincente na Europa, sob a forma de grandes obras, as quais visavam justamente acabar com as condições insalubres e tornar os centros urbanos ambientes limpos, saudáveis e distantes do perigo.

Tendo como pensamento norteador os avanços da Medicina da época e a ideia de corpo saudável, limpo, se deslocando com liberdade, é que os desenhos urbanos

passariam a ser inspirados neste modelo, que tinha o sistema sanguíneo como exemplo maior de como deveria ser desenvolvido o tráfego.

As cidades começam a ser enxergadas como organismos vivos e os pulmões, dentro dessa lógica, desempenham função primordial nesse sistema. A existência de grandes praças, jardins e parques ganham sentido e lógica, pois representavam o rompimento com a malha urbana e a possibilidade dos habitantes de respirar o ar puro.

Este pensamento foi responsável por causar profundas transformações nas cidades, pois elas passaram a investir em métodos de asseio, cuidando da limpeza urbana, ocasionando, dessa forma, uma série de melhorias nos traçados urbanos. Buracos e depressões alagadiças começaram a ser drenados, assim como redes subterrâneas de canalizações de esgotos também foram construídas (SENNETT, 1994).

O ideal se aplicava aos centros urbanos, mas dentro destes existia a população pobre, que no discurso da saúde pública representava o local de propagação das doenças. Com base neste fundamento, que encontra coro aqui no Brasil no final do século XIX, é que as cidades iniciarão a empreender um impetuoso processo de varredura das populações pobres dos centros urbanos empurrando-as para áreas até então inabitáveis como os arrabaldes e subúrbios.

De acordo com Sandra Pesavento (2001, p. 12-13):

A cidade que se estrutura e constrói não o faz somente pela materialidade de suas construções e pela execução dos serviços públicos, intervindo no espaço. Há um processo concomitante de construção de personagens, com a estereotipia fixada por imagens e palavras que lhes dá sentido preciso. Os chamados *indesejáveis*, *perigosos*, *turbulentos* e *marginais* podem ser rechaçados e combatidos como o inimigo interno, ou pelo contrário, podem se tornar invisíveis socialmente, uma vez que sobre ele se silencia e nega a presença. Esses excluídos, não cidadãos, formam os *selvagens*, ou os *bárbaros de dentro*. Eles se opõem à cidade que se quer e que se deve se aproximar, em maior ou menor grau, da matriz civilizatória desejada. Os *selvagens* da cidade podem ser também, numa certa dimensão, *silêncio* e *ausência*, pois nomear é ascender à humanidade, elevando-a à categoria de ator social. São ausentes da história, ausentes da memória, os invisíveis do espaço urbano.

A crescente industrialização do final do século XIX torna inevitável a visibilidade das classes subalternas. O convívio no mesmo espaço a partir da lógica do perigo

transforma a figura dos pobres¹ na representação da ameaça ao padrão civilizacional almejado. De acordo com Pesavento (1998), os habitantes subalternos da cidade precisavam ser enquadrados dentro de uma ordem a qual se mostrasse mais ordenada, higiênica e moralmente sã.

Dentro deste contexto de produção de um ideário de sociedade muitos discursos e práticas serão elaborados para nortear estes novos rumos. A imagem da classe subalterna passa a ser associada a uma série de estereótipos criados nesse período². Figuras como o Zé Povinho, o operário, o vagabundo, a prostituta e o trapeiro surgiram no florescer da sociedade urbano-industrial brasileira. A amenização da figura do indivíduo pobre poderia se dar pelo trabalho, no entanto, este fato não eximia do perigo representado pela pobreza que estava diretamente associada aos vícios, crimes e maldade. (PESAVENTO, 2001).

No Rio de Janeiro, durante o Brasil Império, surgia uma tentativa de criar uma lei de combate à ociosidade. Preocupados com as consequências da abolição da escravidão, que entrava em projeto de lei, os deputados objetivavam se precaver e punir os futuros desocupados. De acordo com Sidney Chalhoub (1996), a expressão “classes perigosas” foi primeiramente utilizada pela autora inglesa Mary Carpenter, originalmente referindo-se a pessoas as quais já tivessem passagem pela prisão. Entretanto, acabou sendo genericamente utilizada para todos os indivíduos que tivessem escolhido uma estratégia de sobrevivência que, de alguma forma, os colocavam a margem da lei.

A preocupação neste momento era com as consequências da abolição. Algumas das grandes cidades já conviviam com os cortiços e estalagens onde se amontoavam negros libertos e fugidos. Este fantasma que antes somente fazia sombra com a efetivação da Lei Áurea, se tornou uma realidade aos olhos das elites urbanas e dos políticos brasileiros.

Existia uma lógica a qual norteava os princípios das elites brasileira. Para eles, a virtude de um homem estava no gosto pelo trabalho, o que conduzia o cidadão à poupança a qual resultava em conforto para este. Sendo assim, o indivíduo que não consegue acumular, que vive sob condições de pobreza é diretamente suspeito de não ser um bom trabalhador, e, conseqüentemente, a estar entregue ao maior vício

¹ Por pobres entendem-se os populares, subalternos, proletários, os protagonistas da questão social. Cidadãos de segunda ordem. PESAVENTO, Sandra, Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880 – 1920**. – 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

² Idem.

do homem, a ociosidade. Se faltam aos pobres o gosto pelo trabalho sobra-lhes o gosto pelos vícios, era o discurso propagandeado em meios de comunicação. Dessa forma, no Brasil, classes pobres acabaram por significar o mesmo que classes viciosas (CHALHOUB, 1996).

A inferência reducionista de associar pobreza aos vícios reflete de certa forma a fragilidade do sistema político da época. Os pobres estariam associados a vícios e os vícios produziam sujeitos nocivos à sociedade. Sendo assim, o indivíduo pobre representa perigo, portanto, deve ser combatido. Todo sujeito pobre se torna um suspeito em potencial. Entretanto, é preciso perceber que nem todo trabalhador honesto conseguiria escapar da pobreza.

As classes pobres não somente representavam a ameaça para a organização da sociedade e manutenção da ordem pública, conforme foi mencionado aqui anteriormente, elas representavam, inclusive, o perigo social através do imaginário das doenças, uma vez que viviam em habitações insalubres carentes de infraestrutura adequada aos padrões da época. O foco do combate das autoridades passa a ser as habitações coletivas, os cortiços, local precário de moradia das populações de baixa renda, normalmente localizados nos centros das principais cidades do país. Essa modalidade de habitação era considerada como grande foco de irradiação das principais epidemias, assim como terrenos férteis a propagação de todos os tipos de vícios (CHALHOUB, 1996).

Este autor alerta para a existência de um imaginário em gestação, através do surgimento da ideologia de higiene. O final do século XIX apontava para um futuro desafiador nas questões urbanas. As dificuldades deveriam ser superadas, já que existia um caminho para o progresso e para a civilização. Isto, antes de tudo, passava pelo aperfeiçoamento moral do povo e pelo dever dos governos em zelar pela defesa do seu povo. Também se soma a esta ideia o fundamento de que a grandeza e prosperidade dos países cultos passavam exatamente pela resolução dos problemas de saúde pública (CHALHOUB, 1996).

Posta em prática, essa ideologia se transfigurou na legitimação de uma série de decisões a serem aplicadas no meio urbano. A técnica e a ciência, começaram a superar até mesmo o poder político, que se viu submetido em nome do caminho do progresso aos conhecimentos de médicos e engenheiros, figuras que desempenhavam um papel de fundamental importância dentro deste contexto.

Para Sandra Pesavento (1998, p.93)

Moral, higiene e estética, eis os três elementos que sustentariam, nos anos vindouros, uma verdadeira campanha contra os cortiços do centro da cidade. A urbe se queria ordenada, bela e asséptica, e não agredida por construções que concentravam gente potencialmente perigosa e degenerada. No final do século, todas as argumentações valiam, ligando-se às teorias científicas européias, que classificavam os indivíduos de acordo com o seu biótipo e vinculavam os comportamentos ao meio social. Os pobres eram feios, sujos e malvados, por que não? Morar amontado, viver de biscate, apresentar proceder duvidoso eram todos os indícios de algo que os cidadãos honrados não queriam enfrentar no seu cotidiano.

Deste modo, a cidade inicia a ser reservada para o cidadão que tivesse condições de pagar por ela. Mas este pagamento consistia numa forma muito ampla que requeria: moradia própria, impostos, vida privada e pública reconhecida por seus pares, assim como indivíduo saudável e distante das doenças contagiosas da época que tanto atemorizavam as autoridades locais. Dentro deste ideário, quem não estivesse enquadrado nessas categorias deveria buscar os arrabaldes e subúrbios para habitar.

A realidade dos centros urbanos com o convívio de pobres e ricos sobre o mesmo espaço revelava uma série de desajustes de uma sociedade que lutava na tentativa de apagar, de forma desastrosa, os próprios ecos de seu passado. De acordo com Pesavento (1998 p. 84-85):

[...] à medida que a cidade crescia, que a vida comercial e fabril da urbe se estendia, um povo sem rosto parecia habitar as ruas. Eram, em princípio, pobres, mal vestidos, muitas vezes mal-encarados e freqüentemente atemorizavam a vida das famílias burguesas. A caminho do trabalho na volta da fábrica, fazendo biscates, mendigando ou simplesmente flanando, a rua parecia lhes pertencer. O domínio do público parecia particularmente perigoso, atentatório aos padrões morais da família burguesa, ameaçadora aos bons costumes. Afinal de contas, era no espaço público que a maior parte dos crimes se perpetravam e também a maioria dos seus agentes era gente pobre.

Essa associação do espaço público, da rua ao perigo, é apontado pela mesma autora (1998) tendo suas origens no século XIX, na Europa. Para evitar a exposição ao eminente perigo das ruas, o indivíduo precisava buscar os recintos do lar e da família, os quais se relacionavam às origens do comportamento burguês.

A partir desse conceito ganha corpo e sentido, nas principais cidades do Brasil, a ideia de alocação das camadas populacionais mais baixas da cidade em regiões descentralizadas, os subúrbios, localizados além dos limites centrais.

Na cidade de Rio Grande, este processo pode ser verificado quase que simultaneamente ao da cidade de Porto Alegre, capital do Estado. Sandra Pesavento (1998) apresenta de maneira muito detalhada como se desenvolveu este método de varredura das camadas consideradas perigosas do centro da capital, assim como também demonstra o surgimento do subúrbio e o quanto de interesses da burguesia local esteve envolvido neste processo.

Rio Grande seguiu os mesmos caminhos adotados nos grandes centros do país. Esta dissertação fará uma incursão pelo processo de criação do primeiro subúrbio operário da cidade, o bairro Cidade Nova, surgido ainda nas últimas décadas do século XIX. A visualização sobre a formação deste espaço constitui-se de fundamental importância no processo de compreensão da segregação espacial da *urbe* riograndina.

Ao longo da temporalidade que se estende de 1870 - data que marca a incorporação do espaço fora dos limites territoriais da municipalidade - até a década 1950, - período em que o bairro já está consolidado e será remetido à memória de nossos entrevistados, a Cidade Nova se modificou, ganhando sentido maior, valorização dentro de cenário urbano, concentrando um grande contingente de trabalhadores normalmente ligados às estruturas fabris do bairro e arredores.

A cidade de Rio Grande muito tem sido estudada sob diversos aspectos no campo das Ciências Humanas. A historiografia local durante muito tempo se debruçou sobre as páginas dos periódicos, mas nas últimas duas décadas uma série de novas pesquisas possibilitou a ampliação de análise. Contribuições no campo da Geografia, Arqueologia, História e Sociologia foram fundamentais no surgimento de novas fontes, conceitos e categorias de análises.

As mudanças provenientes do capitalismo não tardaram a surtir seus efeitos no pequeno burgo portuário do extremo sul do Brasil. A partir da metade do século XIX, a *urbe* se organiza, ganha corpo e se consolida como importante centro comercial.

Representada politicamente por uma burguesia ligada principalmente ao comércio de importação e exportação, a cidade de Rio Grande passa a reivindicar e receber uma série de transformações, as quais serão chamadas de melhoramentos

urbanos³. O alinhamento das desordenadas ruas, o empedramento das principais vias de acesso⁴, a implantação do transporte público por meio dos bondes, os serviços de água, luz, esgoto, as obras de construção do novo Porto e a criação de uma nova área destinada ao realocamento da classe trabalhadora, serão alguns dos grandes esforços empreendidos em nome dos eventuais signos do progresso e modernidade.

Este trabalho visa ressignificar a pulsação urbana da cidade de Rio Grande, tendo como epicentro de análise o bairro Cidade Nova. A intenção é a de apreender, através da memória reavivada, os olhares/imaginário que os moradores da *urbe* possuíam da localidade. Tem-se presente que a mudança de imaginário sobre essa Rio Grande, que nasceu proletária e ao longo do século XX ganhou novo *status* de área nobre, se deu a partir de um conjunto de fatores, os quais se pretende aqui identificar.

A partir de Pesavento (1992, p.33) é possível pensar essa nova dinâmica de vida urbana imposta pelo capitalismo industrial. De acordo com a autora:

O “viver em cidades” introduz uma nova concepção de tempo, não mais marcada pelas estações, pelas variações climáticas. Inaugura-se uma nova concepção de “tempo útil”, marcada pelo relógio, típica do capitalismo e estranha à sociedade agrária. Esta noção, uma vez introjetada no habitante da urbe estabelece um “relógio moral” no interior de cada indivíduo, compelindo-o ao trabalho e à necessidade de utilizar racionalmente o tempo para produzir, promover o seu sustento e de sua família e face a face às novas necessidades trazidas pela vida urbana. Tais transformações alteram significativamente os padrões de conduta [...] (PESAVENTO, 1992, p. 33).

³ As modificações urbanas no Brasil ganhavam nomes menos grandiloquentes do que aqueles adotados na França de Haussmann e suas grandes obras. O termo “melhoramentos” surge com mais frequência no horizonte brasileiro no que tange as reformas urbanas empreendidas no século XIX. Rafael Segal (2000) diz que a noção de melhoramentos pode ser tão sutil, ardilosa e cínica que pode variar desde a iniciativa pura e simples de pavimentação e iluminação de uma rua até o esforço hercúleo de reestruturar-se o quadro urbano de uma cidade inteira. As reformas urbanas visavam inserir um conjunto urbano ao mundo contemporâneo. A *Belle Époque* estabelecia padrões de hábitos ‘modernos’, ou civilizados [...] Em algumas cidades brasileiras, a preocupação era integrá-las a um projeto civilizatório maior, correlatas caboclas de Paris ou Londres. SEGAL, Rafael Augustus. **Os melhoramentos urbanos como estratégias de dominação social**. Anos 90, Porto Alegre, n. 14, dezembro de 2000.

⁴ Sobre o empedramento das ruas ver: **Artérias de pedra: A modernidade na Cidade de Rio Grande (1887-1903)**. FERREIRA, Felipe Nóbrega.

O processo de industrialização e urbanização estabeleceu transformações sociais que impuseram uma grande gama de necessidades, as quais passaram a se impor como problemas a serem resolvidos para o bom desenvolvimento desta sociedade urbano-industrial. A produção de energia, o saneamento, as habitações populares entre outros, eram pontos determinantes para o bom desenvolvimento deste fenômeno urbano (PESAVENTO, 1992).

A cidade se apresenta como um organismo vivo, pulsante, o qual, pela sua própria manutenção, precisa se reformular, ser pensada constantemente dentro da dinâmica racional capitalista. Esse movimento dialético entre o pensar e o fazer urbano resulta em uma cidade segregada, onde os privilégios do morar bem são destinados a uma pequena camada social, contribuinte do dito progresso.

A reorganização do espaço urbano, com a ocupação de novas áreas distantes dos centros, não pode ser somente vista sob a ótica da desocupação e do assentamento das classes laboriosas nos arrabaldes da cidade. Ela também oferecia à burguesia emergente, nova possibilidade de investimentos. A valorização do solo urbano abriu caminho para os já consolidados capitalistas investirem na especulação imobiliária e obter grandes lucros com a renda da terra (PESAVENTO, 1992, p.35).

Em Rio Grande essa questão se assemelhou à cidade de Pelotas⁵ e à capital do Estado. O Bairro Cidade Nova, apesar de ser inicialmente ocupado pelos “pobres da cidade”, (ocupação majoritariamente na modalidade do inquilinato) teve a grande maioria de seus terrenos pertencentes à burguesia local, a qual utilizou-se de seu predomínio econômico para comprar e deter a posse de diversos lotes e casas.

Essa especulação imobiliária que se fez presente dentro da Cidade Nova, de certa maneira, serviu como um fator minimizador das possibilidades de aquisição de propriedade, por parte do baixo operariado. Dessa forma, em determinado momento histórico, este público foi obrigado a buscar outras áreas para habitar, tais como os novos loteamentos que surgiam no sentido longitudinal da Cidade Nova (oeste da península). Estes eram mais distantes do centro, em áreas desprovidas de urbanismo e surgiam como possibilidade viável de moradia para um público operário de baixa renda.

⁵ Sobre a ocupação da área suburbana em Pelota ver Gill, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e a política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007.

Para Friedrich Engels (1987, p. 35) a questão da habitação da classe trabalhadora ganhou um novo significado com o desenvolvimento dos estudos direcionados ao meio ambiente.

As modernas ciências naturais provaram que os chamados “bairros feios” onde amontoam-se os trabalhadores são os centros de todas as epidemias que periodicamente experimentam as nossas cidades. Os germes de cólera, de tifo e de febre tifóide, varíola e de outras doenças devastadoras espalham-se no ar pestilento e nas águas contaminadas destes bairros operários; daí jamais eles desaparecem completamente, desenvolvendo-se desde que as circunstâncias sejam favoráveis e provocando epidemias, que então propagam-se dos seus lares até os bairros mais arejados e mais saudáveis dos senhores capitalistas. Estes não poderiam permitir-se impunemente o prazer de gerar epidemias entre a classe operária, pois eles sofreriam as consequências; o anjo exterminador os maltrataria tão cruelmente como aos trabalhadores (ENGELS, 1987.p.35).

A comprovação científica de que os bairros operários estavam muito mais vulneráveis às doenças, e que os capitalistas seriam os maiores prejudicados nesse processo, pois poderiam sofrer com doenças emanadas destes locais, abriu uma nova forma de entendimento e de cuidados dispensados aos trabalhadores.

O discurso científico, travestido por uma ideologia burguesa, serviu de subsídio teórico para a compreensão de um novo padrão de conduta, o qual seria propagado no mundo, a partir de meados do século XIX. A classe trabalhadora passou a ter os seus espaços de lazer e moradia combatidos, como antros sórdidos e que deveriam desaparecer, a partir de um discurso assistencialista e higienizador.

Com o advento da Revolução Industrial, as cidades do mundo inteiro passaram a reavaliar seus espaços urbanos destinados à moradia, em consequência de estarem recebendo grandes levas de migrantes que vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida. A cidade industrial capitalista significava um encontro de cidadãos que compartilhavam uma situação comum, ou seja, a libertação dos laços de sujeição feudal.

De acordo com Raymond Williams (2011), a cidade passou a ser associada à ideia de centro das realizações, de saber, de luz, mas também estava ligada ao barulho, mundanidade e ambição. O contraste entre campo e cidade remete à antiguidade, mas é no momento de consolidação da sociedade industrial que estas diferenças se tornam muito mais significativas.

No Brasil republicano, uma mudança social, através de novos comportamentos e mentalidades, também chegava junto, de carona com os novos ideais e concepções de mundo moderno, os quais, a partir de agora, passariam a habitar as políticas governamentais. Torna-se inevitável destacar o papel da burguesia, que cada vez mais ganhava notoriedade e participação dentro dos meios acadêmicos e políticos. Sua inserção e participação ativa nos campos influentes da sociedade, trouxe para o país novos modos e costumes importados da *belle-époque* europeia.

Consequentemente, em um país que recém rompera com seus obsoletos laços administrativos, no qual estava fundamentada quase toda a esfera de sustentação política e econômica do Estado, as mudanças impostas pelos novos padrões de civilização demoraram algum tempo para serem assimilados e absorvidos pela sociedade, principalmente pelas camadas desfavorecidas da população brasileira.

O período que se concentra entre o fim do século XIX e o início do século XX assinala um novo dinamismo na economia internacional. As transformações irão se estender das hierarquias sociais até mesmo a própria concepção de tempo e espaço das pessoas. De acordo com Sevcenko (1998, p. 7-8) “nunca em nenhum período anterior, tantas pessoas foram envolvidas de modo tão completo e tão rápido num processo dramático de transformações de seus hábitos cotidianos”, modificando seus modos de percepções, convicções e reflexos instintivos.

Essa mudança imposta de forma abrupta pode ser verificada, não somente no plano industrial e do trabalho, mas também, no âmbito do cotidiano que foi invadido e gradualmente transformando pelos signos de modernidade.

No curso de seus desdobramentos surgirão, apenas para se ter uma breve idéia, os veículos automotores, transatlânticos, aviões, telégrafos, aviões, telefone, iluminação elétrica e ampla gama de utensílios eletrodomésticos, fotografia, radiodifusão, televisão arranha céus e seus elevadores, escadas rolantes e os sistemas metroviários, os parques de diversão elétricas, as rodas gigantes, as montanhas russas, a seringa hipodérmica, a anestesia, a penicilina, o estetoscópio, o medidor de pressão arterial, os processos de pasteurização e esterilização, os adubos artificiais, os vasos sanitários com descarga automática e o papel higiênico, a escova de dentes e o dentífrico, o sabão em pó, os refrigerantes gasosos, o fogão a gás, o aquecedor elétrico o refrigerador e os sorvetes, as comidas enlatadas, as cervejas engarrafadas, a Coca-Cola, a aspirina, o Sonrisal e mencionada por último mas não menos importante, a caixa registradora (SEVCENKO, 1998, p. 9-10).

Os elementos mencionados acima momentaneamente passaram a fazer parte da vida das pessoas. Cabe destacar que essas transformações ocorreram de maneira mais intensa na última década do século XIX e nas primeiras do século XX, nos países mais desenvolvidos. Porém, o Brasil não demorou muito para assimilar todo esse advento; o resultado foi sentido principalmente no campo econômico. A economia predominantemente agrícola viu acentuado seus contrastes frente ao mundo dinâmico e voraz da industrialização, o qual, por sua vez, imprimia uma forte pressão para adesão e transformação dos novos modos práticos de produção e consumo da vida moderna.

O processo de transformação social ocasionado pela entrada de diversos produtos modificou até mesmo a vida dos que não podiam usufruir destes bens, mas que foram de forma indireta envolvidos na atmosfera criada pela nova ordem.

Gilberto Velho (1989) apresenta o conceito de urbanização, onde busca entender como as questões do desenvolvimento urbano decorreram no Brasil. De acordo com ele este fenômeno caracteriza-se pelo:

[...] estado disnômico do sistema nacional de distribuição-consumo em sua etapa contemporânea, apresentando-se de uma parte como resultante deste estado disnômico: enquanto urbanização *tout court* e atuando convergentemente com o aumento demográfico promove aspiração de um padrão de vida “material” e “não material”, não atendidos pelos setores sociogeográficos capitalistas sufocados e, em conexão, estimula a concentração ‘desmesurada’ nos setores sociogeográficos capitalistas mais ‘dinâmicos’ sobretudo nas áreas citadinas industrializadas (VELHO, 1989, p. 20).

Para o autor, a urbanização tem um papel relevante dentro deste processo, pois ela atua acentuando a dominância da cidade como centro de difusão de determinados componentes, que se constituem no estilo de vida urbano. O caráter sociopático da urbanização ocorre pela inadequação dos meios fornecidos pelo estado à afirmação pelos a gentes de trabalho de um maior valor de sua força de trabalho (VELHO, 1989).

Ao analisar a questão da modernidade no Brasil, José de Souza Martins (2010) demonstra, a partir de uma série de exemplos, as maneiras como os signos da modernidade assumem ou ganham sentidos deturpados em determinadas áreas, principalmente naquelas que ele considera em expansão na sociedade brasileira. Martins apresenta o conceito de “modernidade anômala” dizendo que no Brasil ela

tem um caráter inacabado, pois se expressa em ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, no avanço tecnológico, na acumulação de capital, na miséria e injustiça. A modernidade anuncia o possível, mas não o realiza, é uma espécie de “mistificação desmistificadora” das muitas possibilidades de transformações da humanidade, que o capitalismo criou, mas, ao mesmo tempo não é capaz de realizar, pois ela bloqueia exatamente o que apresenta como sendo possível (MARTINS, 2010, p.19.)

A “urbanização sociopática” e a “modernidade anômala” servem como conceitos para entender também as questões relacionadas à moradia popular. Até a primeira metade do século passado, predominou nas cidades brasileiras principalmente nas industriais, um tipo de moradia característica do proletariado⁶, o cortiço.

O período que marca os primórdios da República e a entrada da produção capitalista no mercado da mão de obra livre de trabalho é também um momento necessário de criar novos meios de moradia para absorver toda a grande massa de trabalhadores que migravam para as cidades industriais.

A construção de moradia operária não se deu a partir de iniciativa do poder público, mas por investimentos privados, garantindo, assim, a manutenção deste tipo de atividade. O aluguel de casas se constituía em uma excelente fonte de investimentos proporcionando ao proprietário um rendimento constante.

⁶ “Termo utilizado para designar a camada da população socialmente considerada a mais baixa. Herança romana, sem dúvida, pois naquela civilização os proletários eram os cidadãos pobres que nada podiam dar ao Estado e que tinham como única riqueza a prole (o que motivou o termo). A conotação moderna do vocábulo surgiu com a chamada Revolução Industrial, a partir da qual o elemento trabalhador, ou seja, o operário, adquiriu uma nova consciência em relação a si próprio. A produção artesanal, extinta com a grande concentração de manufaturas, as fábricas têxteis e as rápidas inovações trazidas pela maquinaria fizeram surgir um novo tipo de proletariado que, não dispondo de meios de produção capazes de garantir a sua subsistência, passou a trocar por salário a sua força de trabalho. Esse proletariado surgiu no campo como na cidade. Foi a formulação marxista de proletariado que trouxe a mais importante contribuição para a sua conceituação. No uso marxista, o termo envolve assalariados industriais e agrícolas cujo o trabalho, explorado pelo capital, provoca antagonismos e contradições com a categoria social que possui esse capital, no caso, a burguesia. Os interesses desses dois segmentos sociais – proletariado e burguesia – são, segundo o marxismo, irreconciliáveis, gerando a luta de classes. Para numerosos grupos de historiadores, a classe constitui o ponto de partida da teoria marxista e o proletariado, a força política destinada a mudar as relações de produção que definem as estruturas sociais. Na concepção marxista, o proletariado representa a classe revolucionária “fabricada” pela burguesia; na sociedade socialista também existem classes que, no entanto, não são antagonônicas. O papel dirigente caberá sempre ao proletariado”. AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes termos e conceitos históricos*. 3ª edição. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2002, p. 367.

Ao buscar as origens da habitação social no Brasil, Bonduki (1994) retorna até o momento no qual o país começa a sua industrialização. Para ele, as indústrias ocupavam um papel secundário, pois a economia estava centrada nas atividades agroexportadoras, havendo nas cidades um forte predomínio do comércio sobre a produção. Naquele período, a indústria tinha a sua capacidade de investimentos e de crescimento limitada a esta conjuntura nacional, sendo assim, “o negócio de possuir casas de aluguel era uma segura e excelente forma de rentabilizar poupanças e recursos disponíveis na economia urbana” (BONDUKI, 1994, p. 712), fomentada pela expansão das atividades agrário-exportadoras.

O crescimento das cidades brasileiras, em especial da região Sudeste, Rio de Janeiro e São Paulo, com a chegada de milhares de imigrantes, ocasionaram um grande inchaço populacional elevando o preço dos imóveis. Em uma época onde existiam poucas possibilidades de investimentos no mercado, a reserva de valor representada pelos imóveis se tornou um grande atrativo (BONDUKI, 1994).

É nesse contexto que se inseria a intensa produção habitacional realizada pela iniciativa privada para a locação. Em São Paulo, em 1920, apenas 19% dos prédios eram habitados pelos seus proprietários, predominando largamente o aluguel como forma básica de acesso a moradia. Considerando-se que boa parte dos prédios ocupados pelos trabalhadores de baixa renda eram cortiços e, portanto ocupados por mais de uma família, conclui-se que quase 90% da população da cidade incluindo a totalidade dos trabalhadores e da classe média, era inquilina, inexistindo qualquer mecanismo de financiamento para a aquisição da casa própria (BONDUKI, 1994, p. 713).

A grande necessidade de construir moradias, principalmente populares, gerou uma tipologia de casas voltadas para atender especificamente o público que migrava para os centros em busca de inserção no mercado industrial. Neste contexto, os cortiços, forma de moradia marcada pela precariedade, e as casas em vilas, habitações mais decentes, aparecem como as mais difundidas entre os operários.

A crise habitacional do início da República foi amenizada pela construção de casas e cortiços. A solução anódina deste problema se deu de forma quantitativa, havendo uma “adaptação para a moradia popular de pequenas células insalubres, de área reduzida e precárias condições habitacionais” (BONDUKI, 1994, p. 713) não resultando em melhores condições na qualidade da moradia.

A importância da questão da moradia para o Estado era praticamente nula. Não existia a fomento para a construção de casas populares ou lei que

regulamentasse os preços dos aluguéis, ficando estes a serem acordados entre locador e inquilino. Além disso, não existia por parte da população uma consciência crítica que atribuísse, à esfera estatal, o dever de gerar moradias. A lógica que orienta o governo no período republicano é o de gerar estímulos particulares na produção de moradia; dentro deste contexto é que as vilas operárias⁷ ganham sentido como forma de habitação salubre e próxima ao trabalho (BONDUKI, 1994).

Outra questão muito importante com relação a habitação dos trabalhadores é o fato de a grande maioria destes se concentrarem em locais próximos às indústrias e portos. De acordo com Kowarick e Ant (1994, p. 79).

[...] era freqüente o trabalho noturno, inclusive de mulheres e crianças. Em outros termos, o padrão de exploração do trabalho imperante nos primórdios da industrialização supunha que o trabalhador morasse nas proximidades do seu emprego, pois, além das costumeiras jornadas de 14 horas ou mais de trabalho, os gastos com transporte em bondes, se as distâncias fossem mais longas, seriam extremamente elevados e, portanto, incompatíveis com compressão salarial. Assim o cortiço possibilitava ao capital industrial em formação reproduzir a mão-de-obra a custos extremamente baixos, forjando uma modalidade de exploração em que todos os membros da família operária eram obrigados a trabalhar, o que a seu turno, rebaixava a média dos salários pela incorporação em massa de crianças e mulheres no processo produtivo.

A questão da moradia próxima ao trabalho é verificável não só nos cortiços, normalmente localizados nos centros das cidades, mas também em aglomerações surgidas de forma desordenada nos arredores de áreas industriais. Na cidade de Rio Grande este caso pode ser evidenciado pelo exemplo do surgimento da Vila Santa Tereza e do Bairro dos Cedros, atual Bairro Getúlio Vargas (BGV) e do bairro Cidade Nova.

As vilas operárias tiveram um papel importante dentro da questão habitacional no Brasil, pois se constituíram nos primeiros grandes empreendimentos de moradias urbanas populares. Suas origens estão ligadas à necessidade das empresas em fixarem seus operários nas imediações das suas instalações, mantendo-os sob o seu controle político e ideológico (BONDUKI, 1994).

⁷ Nabil Bonduki entende por Vilas operárias um conjunto de casas construídas pelas indústrias para serem alugadas a baixos aluguéis ou mesmo oferecidas gratuitamente a seus operários. Estas iniciativas tiveram um impacto importante em várias cidades brasileiras, pois são os primeiros empreendimentos habitacionais de grande porte construídos no país (BONDUKI, 1994, p. 715).

Ao analisar a Vila operária de Paranapiacaba, no Estado de São Paulo, José de Souza Martins diz ter existido uma verdadeira “engenharia social” onde a lógica empresarial e disciplina de trabalho se materializaram num espaço muito peculiar. Neste local havia uma grande confusão entre “a vida cotidiana e vida privada, em oposição a lazer e espaço público” [...] (2008, p. 22). O modelo, como as casas desta vila foram dispostas, esboçava a forma de uma nova pedagogia do trabalho exigida do trabalhador. As casas eram servidas por duas ruas, “a rua da frente, local destinado ao social e visitas, a rua de trás voltada para o trabalho, para as matérias-primas da vida doméstica, o limpo e o sujo” (MARTINS, 2008, p. 22).

Na vila ferroviária de Paranapiacaba, os operários moradores destas casas eram expostos à lógica do medo, da coação psicológica. No alto da serra, ficava a residência do engenheiro chefe, responsável. A forma como esta casa está disposta é estratégica. As diversas janelas da casa possibilitam a este uma total visão do pátio de manobras da ferrovia, da estação e das casas dos moradores. A arquitetura desta vila foi moldada no padrão panóptico, o qual permite um controle social de vigilância invisível, onde o morador não podia se esconder (MARTINS, 2008).

De acordo com Martins (2008) as vilas operárias surgiram como uma iniciativa modelar, pois garantiam aos trabalhadores condições mais dignas de moradia. Em contrapartida Kowarick e Ant (1994), salientam a questão de que as vilas acabavam por excluir uma grande parcela dos trabalhadores, pelo fato de o aluguel dessas adequadas habitações corresponder a mais da metade da remuneração recebida pelos trabalhadores, ou seja, essas moradias acabavam servindo apenas a uma camada mais abastada de empregados.

Para Kowarick e Ant (1994), nos anos 1930 começa a se esboçar de maneira tímida a moradia das classes trabalhadoras, principalmente caracterizadas por estarem espalhadas em áreas bastante distantes dos centros, e dos locais de trabalho. Porém, a periferização só foi possível à medida que houve uma alteração nos sistemas de transportes que passaram a viabilizar o encurtamento da distância trabalho-emprego, e também no fato de que grandes áreas passaram a ser loteadas e vendidas a preços mais acessíveis à classe trabalhadora. De acordo com os autores:

Se antes a forma dominante de moradia popular centrava-se no parcelamento da habitação mediante aluguel de cubículos, pois era

imperioso morar próximo às fábricas, em momentos mais recentes baseia-se sem - excluir outras formas - no parcelamento do solo das múltiplas e distantes periferias, onde, destituídas de serviços urbanos básicos, os trabalhadores constroem suas casas próprias (KOWARICK e ANT,1994, p.80).

Como visto, emerge uma nova alternativa de moradia para os trabalhadores, a casa de periferia, construída, em sua grande maioria, pelas próprias mãos de seu proprietário. Este tipo de investimento ganharia muita expressividade nas décadas seguintes (1940-1950-1960), apresentando-se como uma alternativa viável para o fim dos aluguéis. Todavia, cabe salientar o que o fator determinante na escolha do local de moradia estava diretamente subordinada ao transporte e a outros serviços tais como: água, luz, gás e esgoto não eram tão preponderantes.

A intervenção estatal no âmbito habitacional começou a se dar a partir do Estado Novo, quando o governo, necessitando de apoio popular, reconhece a moradia como um problema de Estado. No entanto, essa questão se arrastaria até 1942, quando seria efetivado o decreto-lei do inquilinato, o qual instituía o congelamento dos valores locativos e a regulamentação das relações entre proprietários e inquilinos. Essa medida traria grandes consequências na produção e na distribuição das moradias populares. O congelamento dos aluguéis tornou esse tipo de negócio totalmente desfavorável, levando em muitos casos os proprietários de imóveis a vender suas casas para reaver o capital desvalorizado por aluguéis desatualizados (BONDUKI, 1994, p. 719).

Conforme mencionado, o decreto-lei do inquilinato trouxe algumas implicações, uma delas foi o que Bonduki chama de crise da moradia, ocasionada diretamente pela lei do inquilinato e pelo grande fluxo interno de migrantes. O congelamento dos preços dos aluguéis fez com que a iniciativa privada deixasse de investir na construção de casas, em contrapartida, as grandes cidades brasileiras na década de 1940 recebiam um intenso fluxo migratório interno, ocasionado pela migração do campo para cidade e gerando novamente uma nova demanda por moradia de baixo custo (BONDUKI, 1994.p.721).

Essa questão da intervenção do Estado se dá no momento em que a economia brasileira se diversificava e aumentavam os investimentos no setor industrial. Pode também ser vista como uma forma de desarticulação encontrada pelo poder público para promover o financiamento de construção de conjuntos habitacionais.

Com o fim das casas coletivas de aluguel, as periferias passam a ganhar notoriedade, por se apresentarem como uma proposta real de uma moradia fixa e permanente, mesmo que isso implicasse algumas horas no deslocamento do trajeto casa-trabalho. Todavia, os loteamentos periféricos desenvolveram um papel importante dentro da questão urbana das cidades, servindo para desafogar o fluxo habitacional dos centros e também atendendo a interesses de setores particulares, no caso a burguesia, e também aos interesses governamentais que lucravam com a venda de loteamentos.

No desenvolver da história de Rio Grande, o bairro Cidade Nova apresentou-se com características muito próprias. Mesmo sendo um local de concentração operária, cabe o registro de que, em meados do século XX, o Bairro Getúlio Vargas também já havia se constituído como um bairro operário, segundo Carlos Alberto de Oliveira, e concentrava em seus arredores as duas maiores fontes de empregos existentes na cidade, o Porto e o Frigorífico Swift (OLIVEIRA, 2000, p.190). Entretanto, entende-se que cada local têm as suas particularidades e que o bairro dos Cedros ficou fortemente caracterizado pelo trabalho portuário, enquanto que o Cidade Nova foi marcada pela presença do trabalhador fabril.

A temporalidade que engloba este estudo, os anos 1950, é definida por alguns autores como sendo um período de intensas transformações no Brasil. Momento o qual se entende aqui como sendo de afirmação e de consolidação dos grandes centros econômicos, assim como reafirmação de determinados padrões sociais, o que João Manuel Cardoso de Mello e Fernando Novais irão chamar de capitalismo tardio e sociabilidades modernas. Para eles:

Entre 1945 e 1964, vivemos os momentos decisivos do processo de industrialização, com a instalação de setores tecnologicamente mais avançados, que exigiam investimentos de grande porte; as migrações internas e a urbanização ganham um ritmo acelerado. O ano de 1964 marca uma inflexão, com a mudança do “modelo” econômico, social e político de desenvolvimento, e esta transformação vai se consolidando a partir de 1967-68. Mas nesse período (1964-1979), as dimensões mais significativas dessa mudança não eram perceptíveis, deixando a impressão de uma continuidade essencial do progresso, manchada, para muito pelo regime autoritário (MELLO, NOVAIS, 1998, p.561).

De acordo com os autores, este momento foi marcado por um profundo otimismo e a sensação de que faltava muito pouco para o Brasil atingir o patamar de

uma nação moderna. A propagação e a incorporação do estilo de vida, marcado pelas conquistas materiais, somado às características do povo brasileiro, conferiam a impressão de novos tempos. Durante os anos da Ditadura Militar, este sentimento seria reforçado pela crença de o país estar a poucos passos da condição de Primeiro Mundo (MELLO, NOVAIS, 1998, p. 561).

1.3 Questões Teóricas

A reconstrução do não construído

A historiografia da cidade de Rio Grande reflete, de maneira geral, os modismos acadêmicos. Da história tradicional aos novos estudos nas últimas décadas, muito pouco foram os trabalhos dedicados à compreensão de determinadas espacialidades do meio urbano. As novas produções possibilitaram uma ampliação dos objetos de estudo, mesmo assim, constituem-se em uma pequena e não difundida parcela de trabalhos que precisam ser garimpados em áreas vizinhas à história. Na grande maioria das vezes, o espaço, onde as grandes ações são construídas ou realizadas, não se mostra significativo para o produto final da pesquisa. A dimensão espacial aparece como pano de fundo de um cenário onde as ações sociais são desenvolvidas.

Não se constitui como objetivo deste trabalho questionar ou elencar os motivos pelos quais os historiadores locais se debruçaram sobre temas tão explorados, e, muito pouco, dedicaram-se a compreender o espaço da cidade sendo definido e ordenado ao longo de tantos acontecimentos importantes. Em consequência, ao definir como objeto de estudo uma determinada espacialidade da cidade, os pesquisadores se deparam com um imenso vazio historiográfico deste tema. A Geografia foi quem mais produziu estudos dedicados à compreensão e entendimento dos bairros atrelados às questões político-econômicas sobre a cidade.

Dentro deste contexto de pouca produção historiográfica voltada para os bairros da cidade destacam-se os trabalhos dos professores, Edgar Gandra, Solismar Fraga Martins e Carlos Alberto de Oliveira⁸ que dedicaram estudos

⁸GANDRA, Edgar Ávila. O cais da resistência: a trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no período de 1959 a 1969. – Cruz Alta, UNICRUZ, 1999. MARTINS, Solismar Fraga. A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa

direcionados para dois bairros da região portuária da cidade. Nestes escritos são trabalhadas uma série de questões que nos permitem visualizar o espaço local, constituindo-se como fundamental para a compreensão de fenômenos, característicos destas espacialidades.

A leitura destes trabalhos contribui não só para escrever uma página da história social do trabalho na cidade de Rio Grande, mas também para entender como um determinado grupo de trabalhadores, concentrados massivamente em uma região favelizada⁹, desprovida de qualquer infra-estrutura urbana, soube se organizar vencendo todas as adversidades, a fim de se constituir como uma categoria e reivindicar melhorias urbanas no seu espaço.

Em alguns estudos relacionados à temática urbana de Rio Grande, a região oeste da península localizada nas cercanias da cidade, próxima ao recém surgido setor industrial, aparece como um prolongamento natural da malha urbana. Esta nova área receberia o nome de Cidade Nova, e durante boa parte do século XX o crescimento de Rio Grande transcorreria naquela região (COPSTEIN, 1975).

O bairro Cidade Nova, surgido em meio a uma região dominada pelos cômodos de areia, destinou-se à moradia do operariado. No decorrer de algumas décadas este espaço se consolidaria como uma região marcadamente operária, constituindo-se como um elemento essencial para o desenvolvimento econômico da cidade, pois concentrava em sua área e arredores algumas das principais economias, indústrias, de Rio Grande.

Até aqui se falou da importância de se dedicar atenção para os estudos de determinados espaços da cidade. Esta percepção também pode ser uma ferramenta auxiliar na compreensão dos estudos acerca de classe. A dificuldade de encontrar pesquisas referentes à importância de determinados bairros na historiografia riograndina, encontra explicação a partir de uma dificuldade conceitual e interpretativa, que José de Souza Martins destaca. Segundo ele:

[...] os autores não tem conseguido lidar com a realidade da indústria e da classe trabalhadora no seu lugar, no seu espaço, que é

Tereza – Rio Grande – RS. Rio Grande, 1997. Dissertação [Mestrado em educação Ambiental] – Fundação Universidade Federal do Rio Grande. OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Quem é do Mar não enjoo: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993). – São Paulo, 2000.

⁹ Utiliza-se aqui o conceito desenvolvido por Solismar Fraga Martins (2006, p. 182), para quem favela é toda a região surgida sem um planejamento urbano estando fora das regulamentações exigidas pelos poderes públicos.

predominantemente o espaço do subúrbio e não só o do bairro e, menos ainda, o do centro culto e politizado. Com isso promovem a separação entre a classe e o seu espaço, lidando com a classe sem espacialidade. Isso talvez explique porque nesses estudos não é visível a relação tensa entre a classe trabalhadora e a cidade, nem é visível que a afirmação política da classe operária, desde 1946, tem vindo do subúrbio para o centro, a partir das antigas aglomerações operárias do que é hoje o ABC, em busca de um lugar no poder. Por isso mesmo, em muitos estudos, a classe trabalhadora tem uma resistência abstrata e uma relação fantasmagórica com o urbano, resultado nas falsas pressuposições (MARTINS, 1992, p.9).

As transformações sociais, econômicas e políticas do final do século XIX trouxeram novas perspectivas conceituais a respeito da constituição de cidade. Dessa forma, este aparato teórico acaba sendo responsável por redefinir conceitos resultando em novas interpretações.

As ideias predominantes no contexto republicano nacional, no final do século XIX, foram definitivas para a elaboração de uma nova grafia urbana. As áreas que circundavam as cidades ganham importância e sentido dentro dessa nova atmosfera urbana. As concepções sanitárias da época não compactuavam com a presença de indústrias dentro dos centros urbanos, orientando essas a buscarem os arrabaldes das cidades, subúrbio. Neste caso, o subúrbio rural se vê invadido pela cultura da cidade sendo rapidamente transformado em subúrbio industrial, lugar onde a “lógica linear pobre, opressiva e disciplinadora se faz presente” (MARTINS, 1992, p.11).

De acordo com Martins:

Pode ser essa inversão o fator das dificuldades dos pesquisadores para incorporar o novo modo de ver quem vem do subúrbio. Ele, no entanto, oferece uma perspectiva que não pode ser desdenhada na correta recuperação e reconstituição da história social da cidade. Pois, esse modo de ver não é reconhecível à primeira vista, além de parecer pobre, desvinculado, desenraizado, sem sentido. O sentido parece estar unicamente na centralidade do urbano e suas tradições. Como se a indústria não tivesse revolucionado a existência da cidade, invertido seus horizontes, subvertido os conteúdos de suas formas espaciais, arquitetônicas, sociais (MARTINS, 1992, p.10-11).

As mudanças que ocorreram no Brasil do final do século XIX, principalmente as provenientes da industrialização foram também responsáveis por uma nova redefinição das relações entre a cidade e o seu subúrbio, criando o que Martins chama de uma “alienação do morador em relação a sua cidade” (MARTINS, 1992,

p.11). Alienação essa que estava intimamente ligada às formas estruturais da sociedade brasileira daquele período.

A chegada de forma tímida da indústria no subúrbio, ainda no século XIX, insere uma nova dinâmica, e também, é responsável pela criação de uma alienação particular, entre o trabalhador e o seu produto. Porém, a alienação no subúrbio difere da alienação da cidade pelo fato de produzir o espaço a partir do seu lugar de trabalho. No subúrbio, o trabalhar e o habitar se fundem dentro da mesma espacialidade.

Foi um outro modo de viver na cidade, no seu subúrbio empobrecido de vínculos com a História, pobreza que é a face urbana espacial da alienação do morador-trabalhador, também ele diferente do cidadão – um cidadão menor porque para ele a cidade foi menos real como cidade ou real de um modo insuficiente, incompleto, parcial. Por isso é necessário pressupor que a história do subúrbio é diversa da História no subúrbio. A reconstituição daquela se dá por meio dos fragmentos desta, pois no subúrbio a História é fragmentária, incompleta e se manifesta ocasionalmente (MARTINS, 1992, p.11).

A história do subúrbio, como demonstra Martins, é uma história do que poderíamos chamar de pequenas coisas, acontecimentos os quais não ganham ou ganham muito pouco sentido, dentro da perspectiva maior que envolve a atmosfera da cidade. É uma história circunstancial, cotidiana, pois o subúrbio, como já foi dito, é o “lugar do trabalhar e habitar” (MARTINS, 1992, p.15), apresentando-se assim como um espaço onde a vida do homem simples se desenvolve distante das decisões e dos acontecimentos do centro urbano.

A constituição da história do subúrbio só se torna possível na medida em que estas circunstâncias ganham sentido, quando a busca passa a ser pelos fragmentos do cotidiano, os quais transcorrem despercebidos por seus habitantes. Essa história é escrita sem protagonistas, é uma abordagem onde os coadjuvantes são os responsáveis pelo desenvolver-se, do fazer acontecer mais um dia. Envolvidos dentro desta atmosfera que cerca e permeia todos os fatos da vida cotidiana, estes coadjuvantes não percebem o real sentido do seu significado histórico.

Ao desenvolver um estudo sobre o subúrbio de São Caetano do Sul, José de Souza Martins adotou a perspectiva que ele chama de “olhar (aturdido) do insignificante em relação à História que se desenrola apesar dele e ao redor dele” (1992, p.13). Ou seja, para este autor, a história local é vazia, no sentido de que os

seus moradores não conseguem capturar a sua real significação histórica. Neste sentido, “o significante ganha corpo na circunstância, como um contraponto ao vazio da história local” (1992, p.13), quando algo realmente expressivo acontece dentro deste cenário, o subúrbio aparece na História.

Os acontecimentos significativos dentro de um espaço o qual é marcado pelo ritmo banal do cotidiano, possibilitam visualizar, de maneira mais detalhada, o vazio da história local. Fora disso, o subúrbio é apenas o lugar do comum, do rotineiro, e, por isso, não se mostrava atrativo para a História Oficial.

O levantamento nos jornais da época serviu como subsídio para Martins comprovar a ausência da presença de São Caetano nestes periódicos. O subúrbio se introduz na História por meio de relatos, anotações de viajantes ou até mesmo fotografias anônimas, possivelmente registrando aspectos da geografia local, fato este que contribui para justificar o argumento de que no subúrbio a História é ausente, ou seja, seus habitantes são esquecidos.

A dificuldade de se realizar um trabalho de pesquisa dentro de um espaço que foi esquecido pela história consiste em um grande desafio pela busca e estabelecimentos de metodologias que possibilitem ao pesquisador a construção daquilo que sequer chegou a ser instituído.

No Livro *Sociedade de Esquina* (2001), William Foote Whyte estuda o bairro de Corneville, uma região pobre de Boston, habitada massivamente por imigrantes e descendentes de italianos. Para o desenvolvimento deste trabalho, o autor morou no bairro por alguns anos, dessa forma, conseguiu chegar o mais próximo possível da visão de um habitante do bairro, fato que possibilitou uma interpretação distinta sobre os fenômenos e acontecimentos locais.

Os significados e representações das estruturas locais são variáveis de acordo com o grau de familiaridade da pessoa com o espaço, ou seja, o bairro que o autor estuda era visto e retratado nos jornais como um espaço degradado, de grande vulnerabilidade, controlado pelos chefes da máfia. Porém, para Whyte, “prédios, ruas e becos que antes representavam destruição e aglomerado físico passam a formar um panorama familiar para os atores da vida cornevilliana” (WHYTE, 2001, p. 20).

Whyte mostra que no desenvolver da vida cotidiana de Corneville, seus moradores não eram percebidos. Entretanto, bastava algum acontecimento estar

ligado a *gângsters* e políticos locais para que o bairro pobre ganhasse destaque nos jornais da cidade.

Os jornais se centravam exatamente na crise sobre os grandes acontecimentos, quando os “peixes graúdos”, como este autor se refere aos mafiosos e políticos locais, ganhavam notoriedade nos noticiários. Whyte demonstra não ser esta a fórmula correta para o entendimento do indivíduo no seu espaço de convívio. De acordo com o autor:

[...] o indivíduo deve ser devolvido ao seu contexto social e observado em suas atividades rotineiras. Para compreender o evento espetacular, é necessário vê-lo em sua relação com o padrão da vida cotidiana – pois existe um padrão na vida de Corneville. As pessoas de classe média enxergam a área como uma formidável massa de confusão, um caos social. Os de dentro vêem em Corneville um sistema social altamente organizado e integrado (WHYTE, 2001, p. 20).

O exemplo exposto aqui sobre a obra de Whyte (2001) nos elucida sobre algumas metodologias de análise utilizadas para o estudo de regiões e lugares, os quais, mesmo estando inseridos dentro de uma cidade, acabam não ganhando espaço dentro da história local.

A partir do exemplo do subúrbio de São Caetano do Sul, que se constitui no início do século XX em uma região não totalmente urbana, e de um bairro estigmatizado da cidade de Boston, nos Estados Unidos dos anos 1930 é desenvolvida a ideia de que nestes espaços, à margem, a história é fragmentada e sua construção só se torna possível quando se estabelece como categoria de análise o cotidiano de seus habitantes.

Os trabalhos de Martins e Whyte são estudos produzidos em tempos históricos bem distintos, porém, partem de inquietações em comum, a construção da história de espaços considerados “sem história”. Embora tenham o cotidiano como ponto principal de seus estudos, esses autores, nas referidas obras, não desenvolvem uma compreensão teórica conceitual com o termo.

O cotidiano apresenta-se como um meio muito viável para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas aos lugares onde a História não se fez presente. Através do cotidiano é possível captar os sentimentos, percepções, representações proporcionadas pelo espaço no indivíduo, exatamente pelo fato de que na vida

cotidiana o homem está por completo, participando em todos os aspectos de sua individualidade e de sua personalidade (HELLER, 2008).

Sentidos, capacidades intelectuais, habilidades, sentimentos, paixões e ideologias do ser humano não se encontram dentro da vida cotidiana na sua forma pura e intensa. Existe uma fusão entre eles, justamente pelo fato, de que, dentro da rotina diária o indivíduo está em interação com o meio, sendo ativo e receptivo ao mesmo tempo.

Uma análise detalhada do cotidiano é o suficiente para se perceber o quanto heterogêneo ele pode ser. Diariamente o indivíduo está em interação com uma rede social complexa e aparentemente disforme, o qual exige deste habilidade para adaptar-se e transitar entre os diferentes meios. Além disso, as atividades orgânicas humanas são permeadas por uma gama de significados e representações. Dessa forma, o cotidiano se apresenta como a essência para a compreensão do indivíduo no seu meio (HELLER, 2008).

De acordo com Agnes Heller (2008, p.34):

A vida cotidiana não está “fora” da história, mas no “centro” do acontecer histórico: é a verdadeira “essência” da substância social. [...] As grandes ações não cotidianas que são contadas nos livros de história partem da vida cotidiana e a ela retornam. Toda a grande façanha histórica concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade. O que assimila a cotidianidade de sua época assimila também, com isso, o passado da humanidade, embora tal assimilação possa não ser consciente, mas apenas “em si”.

A vida cotidiana, a partir de Agnes Heller, ganha um novo sentido. Isto se dá pelo fato da autora colocar o cotidiano como o elemento central na composição da história. No desvelar de sua obra é possível perceber a vida cotidiana sendo permeada por alguns elementos fundamentais na sua existência. Particularidade e genericidade constituem-se em dois alicerces básicos na essência da cotidianidade.

O indivíduo se constitui como herança de seu passado, ao mesmo tempo em que está integrado no presente, essa integração, consciente do homem com a comunidade é responsável também por resultar no que a autora chama de “consciência de nós” (HELLER, 2008, p.36-37).

A “consciência de nós” engloba a configuração da “consciência do Eu”. Isso se dá, a partir do momento em que o genérico passa a servir como elemento de auxílio

na construção da individualidade. No cotidiano, os indivíduos estão fragmentados dentro de “particularidade” e “genericidade”, sendo que não existe um choque consciente entre essas duas categorias, elas estão em constante interação, submetidas uma a outra, a interação entre ambas se dá “mudamente” (HELLER, 2008, p.38).

O ritmo fixo das atividades diárias, a incorporação de antigos hábitos e costumes são fatos do cotidiano os quais exigem espontaneidade. Heller destaca ser esta a característica dominante da vida cotidiana. A espontaneidade é tendência dentro de qualquer atividade, sendo individual ou coletiva. O desenvolvimento do cotidiano não está orientado pelo plano teórico das realizações, e sim pelo espontâneo e imediato.

A espontaneidade da realização das tarefas diárias também está diretamente ligada a outro fator muito presente dentro do cotidiano, a fé e a confiança. Não se refere ao campo religioso, especificamente, mas a fé e confiança depositada no conhecimento próprio, acerca da realidade, assim como no senso comum e nos resultados científicos.

Como pode ser percebido, o cotidiano apresenta-se como um universo muito amplo para os estudos referentes a determinadas espacialidades. Uma simples imersão em um acontecimento do dia-dia é o suficiente para percebermos o quanto aquele ritual da trivialidade pode estar carregado de aspectos individuais ou coletivos, assim como de sentidos e significados.

A abordagem de Heller é fundamental para o entendimento desta proposta de trabalho, precisamente, pelo fato de se estar aqui buscando a construção da história de um determinado bairro da cidade, a partir dos aspectos da vida cotidiana de seus moradores.

1.4 O subúrbio como categoria de análise

O termo subúrbio tem sido muito pouco utilizado nos estudos referentes à urbanidade, porém, em proporção inversa é confundido com a periferia. O sociólogo José de Souza Martins é um dos poucos estudiosos do Brasil a dedicar atenção e trabalhar sobre este tema, publicando uma série de estudos sobre o subúrbio como uma categoria de análise. Este autor não só encontra e estabelece as diferenças

entre subúrbio e periferia, assim como demonstra os elementos que compõem uma região suburbana.

Neste estudo, utiliza-se o subúrbio como categoria de análise para o entendimento da formação e constituição do primeiro subúrbio operário na cidade de Rio Grande, o bairro Cidade Nova.

De fato, o subúrbio muito pouco esteve presente em estudos acadêmicos, mas segundo Martins (2008), influenciou o modo de vida, consciência e a visão de mundo da população suburbana. A cultura suburbana, o modo de vida comunitário e humanizado constituem-se ainda como referências dos bairros que compõem as regiões suburbanas.

A não utilização do conceito de subúrbio dentro das ciências sociais, no Brasil, se dá pelo fato de que este, “nunca foi elaborado para dar conta dos problemas sociais” (MARTINS, 2008, p. 49). O significado deste termo ficou designado a um modo de vida e às regiões que se encontram entre a cidade e o campo. Martins não apresenta um conceito pronto, para ele o subúrbio é uma categoria de análise marcada exatamente pela convivência das contradições, onde o rural e o urbano dividem o mesmo espaço. O subúrbio se constitui como um lugar em transição.

No texto, A constituição do subúrbio na cidade do Rio de Janeiro na virada do século XIX: um passeio pela literatura, o autor Leonardo Soares dos Santos¹⁰ realiza uma pesquisa em dicionários de diferentes idiomas, em busca de uma melhor definição para o termo. A acepção geográfica para subúrbio refere-se a áreas que circundam os territórios centrais dos aglomerados urbanos, habitada por pessoas de baixa renda. No entanto, Santos (2011) demonstra que o subúrbio também pode se apresentar como área nobre dedicada às casas de campo das grandes famílias. Algo como aconteceu na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro e Alphaville em São Paulo. Dessa forma, identificamos duas composições possíveis de subúrbio.

A primeira composição é a mais difundida nas cidades do Brasil, o subúrbio operário, ocupado por pessoas de baixa renda. No entanto, a segunda concepção de subúrbio, como área nobre, apresentada por Santos, encontra sentido a partir de uma explicação de José de Souza Martins que diz ser este o conceito de subúrbio utilizado nos Estados Unidos e Europa para definir os espaços residenciais de alto

¹⁰ Texto disponível no sítio: <http://www.chaourbano.com.br> Acesso em outubro de 2011

nível localizados ao redor das grandes cidades, algo que está no limiar entre o rural e o urbano (MARTINS, 2008, p. 48).

Esta concepção assinala certa noção de dependência econômica do subúrbio em relação ao centro. Neste espaço, conforme demonstra Martins, a moradia fora dos limites urbanos aparece como certo refúgio para alguém que nega o modo de vida da cidade e busca o bucólico na forma de habitar. No Brasil, esta formulação ganhou contornos diferentes, principalmente pelo fato de que o morar e o trabalhar foram em grande parte confundidos, sendo colocados quase sempre dentro do mesmo espaço.

Martins (2008) delinea a noção de subúrbio. Para ele existe uma nova concepção de espaço e de sociabilidade, sendo o subúrbio um local onde ocorre a ruptura e a transição para a modernidade da cidade. A noção de subúrbio foi erroneamente substituída por periferia, que, de acordo com autor, são antagônicas.

O descuido acadêmico com o termo subúrbio fez com que este fosse confundido e posteriormente substituído por periferia. A periferia é produto da ideologia populista, foi alimentada pelo próprio subúrbio, dessa forma, permitindo identificar na periferia o extremo da urbanização degradada, habitações precárias, inacabadas, as quais passaram a surgir a partir dos anos de 1960 (MARTINS, 2008).

A periferia é o espaço onde a renda da terra predominou sobre as promessas “transformadoras, civilizadoras e urbanizadoras” da cidade. Ela é produto da especulação imobiliária, onde todos os espaços foram reduzidos ou até mesmo retirados e ocupados com construção. Dessa forma, na periferia as ruas e calçadas são estreitas, faltam espaços de lazer e plantas, os terrenos são minúsculos e as casas precárias. (MARTINS, 2008, p. 50).

A periferia é assinalada pela dependência ao centro. O subúrbio é uma variação da periferia, porém, um pouco mais urbanizada (SOTO, 2008 p. 3). Existe certa dificuldade de se trabalhar o conceito de subúrbio nas cidades pequenas, pois o mesmo aparece sempre relacionado a grandes e complexos aglomerados urbanos. O subúrbio, propriamente, se define na indefinição do urbano, como um território em transição, à margem do urbano.

Soto diz que o uso indefinido destas duas palavras, subúrbio e periferia, tornou seus conteúdos confusos. A utilização destes termos como uma negativa do centro

urbano e da cidade fez com este perdessem suas capacidades explicativas, conservando apenas o significado geográfico (SOTO, 2008 p. 3, 4).

A análise de Martins (2008) parte do que ele diz estar no limite, que é limiar e anômalo. Somente partindo do extremo é que se pode chegar a uma visão mais completa do objeto. O indivíduo do subúrbio é um ser que habita um território em extinção, um espaço que ainda não se tornou completamente urbano, que ainda preserva o rural, entretanto, este indivíduo se vê invadido pelas mudanças, inovações da modernidade e da tecnologia. Por estarem no limite, essas pessoas conseguem ver o que aquele que está integrado não consegue.

Dentro deste pensamento, Soto diz que Martins retoma o conceito de alienação de Marx. Os indivíduos não conseguem acompanhar nem entender as transformações, por isso se tornam alienados. Alienados da própria riqueza que produzem, pois o capitalismo coisifica as pessoas e transforma as suas relações sociais (SOTO, 2008, p. 5).

Essa alienação do trabalhador não está restrita somente à riqueza a qual ele produz, ela está também na forma como esse indivíduo se insere às condições de vida, ao tempo que ele destina para si e para os outros, a sua imaginação e liberdade, a sua alegria e criatividade, suas festas e privações. Esse homem simples é o homem alienado de suas possibilidades anunciadas.

A modernidade anuncia o possível, mas não o realiza. Dentro desta, o indivíduo tem um imenso leque de possibilidades, as quais ele pode seguir ou não. Da mesma forma que apresenta as possibilidades, ela não fornece as fórmulas de obtê-las, cabendo a cada um descobrir como alcançá-las. A modernidade se indica muito mais como uma estratégia para a compreensão das irracionalidades e contradições da sociedade capitalista do que um exemplo de organização racional do capitalismo (MARTINS, 2010)

A análise de Martins busca o entendimento da modernidade brasileira, a partir da cidade de São Paulo. A centralização e o desenvolvimento das atividades urbanas fazem com que haja uma inversão de papéis; a cidade, que antes era apêndice do campo, agora passa a ser o lado dominante dessa relação. Este ponto é fundamental para o entendimento do conceito de subúrbio, pois o mesmo se constitui como o meio, um espaço onde as rápidas mudanças da cidade são suavizadas por um ritmo o qual ainda persiste em ser mais lento.

Sendo o subúrbio este lugar de transição, intermediário das relações campo cidade, Martins aponta para o fato da existência de uma consciência social híbrida e indefinida neste espaço. De um lado o moderno que se apresenta, de outro, o tradicional e antigo que ainda perdura. Ao contrário do que se pensa, no subúrbio essa relação não é oposta e sim complementar.

Dentro deste cenário de contradições, é necessário identificar os elementos componentes da categoria subúrbio. De acordo com José de Souza Martins:

Há uma distinção espacial importante entre o subúrbio e a periferia. No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para as moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano (MARTINS, 2008, p. 50).

Encontra-se na periferia o problema do tumulto da ocupação, da não urbanização, da exclusão social e da falta de alternativas de vida, da pobreza. Por outro lado, o subúrbio é o lugar da ascensão social, do espírito comunitário, que enfrenta o problema da velhice, da carência de assistência social aos idosos (MARTINS, 2008, p. 52).

José de Souza Martins se apresenta como um dos grandes críticos à esquerda brasileira. Nos seus estudos relacionados ao subúrbio e periferia o autor direciona muitas de suas críticas aos intelectuais esquerdistas que, segundo ele, acabaram por deturpar o sentido real das palavras em troca da construção de um discurso ideológico, “de um revolucionarismo de bolso de setores da classe média” (MARTINS, 2008, p. 53).

Para ele, a grande maioria dos autores que escreve sobre a industrialização não realiza uma ligação da realidade da fábrica com o espaço cotidiano da classe trabalhadora, limitando o operário à extração da mais valia e ignorando a sua produção social. Isso tudo cria uma visão pobre e limitada da cidade e do mundo que a fábrica criou.

O trabalhador de hoje não se encontra mais restrito ao trabalho manual e à realidade da fábrica. A libertação social a qual o subúrbio passou no último meio século, está diretamente ligada à “competência criativa do trabalho intelectual, que a indústria capitalista havia separado do trabalho manual” (MARTINS, 2008, p. 54).

Com isso, as lutas deixaram de ocorrer dentro dos pátios das fábricas e passaram a ganhar contornos maiores nas ruas, no espaço do conviver.

Embora se encontre muitas semelhanças do objeto de estudo com os conceitos apresentados aqui, cabe também relevar o fato das dessemelhanças existentes. Muito embora em suas origens possam ser encontradas maiores aproximações com as características descritivas dos autores, ao longo do século XX, o bairro Cidade Nova se modificou muito rapidamente. Conforme foi exposto, no seu início era uma “espécie” de apêndice da cidade, uma região considerada pelos órgãos administrativos como área urbana, entretanto, desprovida de uma série de meios característicos das áreas urbanas tais como: água encanada, esgoto e calçamento das ruas.

Essas constantes mudanças ocasionadas em grande parte pelo avanço do setor industrial no espaço físico e adjacências do bairro, somado ao crescimento da área urbana da cidade, tornaram este bairro da cidade de Rio Grande um objeto muito interessante de ser estudado, justamente por estar em determinado momento histórico, as décadas de 1950 e 1960, na encruzilhada para o desenvolvimento urbano planejado.

À medida que a cidade de Rio Grande avançava na direção oeste, ganhando novas ruas, a área destinada ao bairro também se expandia com loteamentos e novos logradouros.

Busca-se, a partir deste trabalho, estabelecer aproximações da Cidade Nova ao conjunto de elementos característicos das regiões suburbanas. Apesar da dificuldade presente, dentro de um universo acadêmico onde os trabalhos destinados a analisar determinados espaços urbanos beiram à escassez, encontra-se dificuldade de enquadrar o bairro dentro das características gerais apresentadas pelos autores. Este fato se deve às especificidades locais, deixando a possibilidade de entendimento do subúrbio como um espaço de transição do rural para o urbano, não sendo ainda completamente nem um nem outro. Um lugar onde estes dois mundos estão em convívio, em constante luta, pois se verifica o avanço do segundo sobre o primeiro. Esse avanço não se constitui plenamente no subúrbio, pois existe a resistência dos moradores do local, na permanência e na manutenção, pela não transformação por completa do seu espaço de habitar.

A resistência e o constante avanço do urbano sobre o subúrbio levam os moradores destas áreas a adotarem estratégias de vida que refletem justamente

essa transição não completamente aceita e realizada. No desenvolver deste trabalho, serão apresentados alguns dos elementos os quais se conjugam ser a representação deste cenário suburbano.

CAPÍTULO II - CONTEXTO HISTÓRICO E SOCIAL DA CIDADE DE RIO GRANDE

2.1 Origem da Cidade

O Presídio¹¹ de São Pedro surgiu no extremo sul do Brasil em 1737 devido às necessidade de uma melhor posição na defesa de seus territórios, servindo, também, como entreposto de abastecimento e defesa à Colônia de Sacramento, no atual Uruguai. Dessa forma, tinha início o primeiro domínio português na região sul do Brasil. A consolidação deste estabelecimento possibilitava também a participação direta no mercado de gado, cavalos e mulas que eram comercializados com os centros econômicos do país, tais como as regiões mineradoras.

Antes da fundação do Presídio do Rio Grande de São Pedro, o porto mais próximo a Sacramento era Laguna, no atual estado de Santa Catarina. No ano de 1743 o povoado foi elevado à condição de vila. Porém, só ganharia uma organização administrativa em 1751, quando a coroa portuguesa em virtude do “jogo de tratados”,¹² nesse caso especificamente o de Madri – instalou na região o seu aparelho administrativo. O quadro populacional de região, no período que vai até o final de década de 1740, ficou basicamente fundamentado no contingente militar e alguns trabalhadores livres, geralmente ligados às atividades comerciais.

As dificuldades encontradas com o solo da região possibilitaram o desenvolvimento da atividade pecuária e também de grandes plantações. Neste primeiro momento de ocupação desta terra, as atividades se davam mais em caráter de subsistência, predominando a agricultura de consumo doméstico. A distribuição de terras de sesmarias se deu apenas para aquelas pessoas de melhores condições, em sua maioria, oficiais do exército e pessoas destacadas nos serviços da coroa. A maior parte das estâncias particulares estavam localizadas na parte sul do canal, ou seja, em direção ao Chuí. Porém, na margem norte do canal existiam algumas delas voltadas para a freguesia de São Pedro. Com o passar dos anos muitas outras estância iriam surgir, predominando a doação – no formato de Sesmarias e venda. (QUEIRÓZ, 1987).

¹¹ Neste sentido a palavra se refere a força militar, gente que guarnece uma praça de guerra; guarnição.

¹² As fronteiras do território brasileiro foram definidas por uma série de tratados e acordos que basicamente sobrepunham-se uns aos outros. A colonização portuguesa não respeitou o Tratado de Tordesilhas expandiu suas fronteiras rumo aos territórios espanhóis. Os principais agentes dessa “invasão territorial” foram os jesuítas, bandeirantes e pecuaristas. Em contrapartida a Espanha desrespeitava Tordesilhas invadindo possessões portuguesas no Oriente.

As décadas seguintes – pós 1750 – seriam de fundamental importância para a afirmação e consolidação da vila do Rio Grande de São Pedro. A chegada dos açorianos contribuiu para o crescimento populacional e impulsionou as atividades comerciais. Após passar por modificações devido ao desenvolvimento das políticas, no âmbito nacional e internacional a Vila assistiu a um período de dominação espanhola (1763-1776), no qual resultou em retrocesso urbano e na perda da condição de centro administrativo para Viamão e posteriormente Porto Alegre; condição essa, que, mesmo após o período da dominação, não reconquistaria.

Nas primeiras décadas do século XIX, o desdobramento da Vila de São Pedro esteve vinculada à expansão da região pelotense, cuja atividade comercial estava centrada na pecuária e charque. Se de um lado a cidade de Pelotas se sobressaía como a principal representante dessa atividade, de outro, Rio Grande se apresentava como o porto de exportação desses produtos, os quais tinham uma grande receptividade no Rio de Janeiro e Bahia, principais compradores da matéria-prima sulina (LONER, 2001, p. 47).

O porto também favoreceu a criação de todo um sistema socioeconômico voltado para atender a demanda gerada pelo desenvolvimento. Empregos especializados foram criados como, por exemplo, estaleiros de reparos navais. A cidade contava também com uma forte burguesia comercial ligada diretamente aos grandes centros como Rio de Janeiro a outros países. À medida que Rio Grande ganhava notoriedade como importante núcleo comercial, emergiam as necessidades de melhorias na estrutura urbana. Encabeçadas por esta classe burguesa local, se deram os melhoramentos no espaço físico, a partir de calçamentos em algumas ruas centrais e também na criação de locais públicos de lazer, como as praças do centro.

A cidade, ao longo do século XIX, soube se organizar economicamente em função do comércio e também do ramo de importação e exportação. Por volta de 1870 a cidade contava com um significativo número de estabelecimentos comerciais, sendo que grande parte destes estavam direcionados a este tipo de atividade. É também neste período que começam as atividades industriais na cidade, com a Fábrica de Tecidos Rheingantz 1873, sendo Rio Grande a pioneira também no Estado (LONER, 2001, p.44).

2.2 O crescimento industrial e urbano e a consequente ocupação de novas áreas

Grande parte da industrialização na região sudeste do Brasil surgiu por meio do capital vindo do setor agrário. Muitos cafeicultores paulistas investiam o dinheiro do café em novas formas de ampliar seus lucros, ou seja, aplicavam em negócios urbanos: bancos, indústrias, comércio e ramos afins. O processo de industrialização no Rio Grande do Sul se deu de forma distinta aos grandes centros. Ao estudar a formação da burguesia gaúcha no período de 1889-1930, a historiadora Sandra Pesavento constata o fato de que:

O Rio Grande do Sul teve o surgimento de suas primeiras fábricas vinculado ao circuito de acumulação de capital imigrante. Portanto, já desde as origens a indústria gaúcha teve como base quantitativa e qualitativamente diferente da indústria do centro econômico do país, caracterizando-se pela fraca contribuição do capital agrário para o capital industrial. Da mesma forma o capital comercial que lhe deu sustentação não se vinculava a uma atividade de exportação para ao mercado internacional e sim para o mercado interno do país (PESAVENTO, 1988, p.19).

Fundada no ano de 1873, a partir da sociedade de Carlos Rheingantz e Hermam Vater, a Fábrica Nacional de Tecidos e Panos Rheingantz & Vater foi o marco da industrialização na cidade de Rio Grande. Iniciaria suas atividades no ano seguinte, 1874, produzindo ainda em pequena escala. “A localização inicial da fábrica ocupava o quarteirão das ruas Conde de Porto Alegre, Almirante Barroso, General Câmara e Coronel Sampaio” (PAULITSCH, 2008, p.56). Brasileiro, filho de alemães, Carlos Rheingantz havia estudado na Europa e conhecido vários países do continente. Ao retornar ao Brasil resolveu atuar no ramo comercial. Trabalhou durante alguns anos como comerciante da cidade de Pelotas antes de formalizar a união com Herman Vater, dando então origem à primeira indústria têxtil do Estado. Passados oito anos, a sociedade entre os dois foi dissolvida, Carlos passava agora a tomar conta dos negócios sozinho. Nesse mesmo ano ele adquiria a Fábrica de Chapéus Pelotense.

A boa aceitabilidade dos produtos e a possibilidade de aumento do mercado consumidor trouxeram a necessidade de repensar o processo de produção. A partir de 1883, começou a reestruturação da empresa. A perspectiva de ampliação da estrutura da fábrica era estudada juntamente com a viabilidade de um novo local,

para poder abrigar as novas dependências. Situava-se em terreno concedido pela administração municipal, ocupando uma área de “143.000 m² e com área coberta de 43.000 m²” (MARTINS, 2006, p.106). Seriam erguidas, então, as novas e modernas instalações da indústria, agora sob a razão social de Rheingantz & Cia. A inauguração da nova planta se deu no mês de março de 1885, contando com a presença do Imperador D. Pedro II. A antiga instalação da empresa ficaria destinada à fábrica de algodões.

A nova planta da fábrica estava localizada fora dos antigos limites urbanos. Em 1884, em local muito próximo à Rheingantz seria erguido o imponente prédio da Estação Ferroviária. A instalação dessas duas novas estruturas econômicas seria acompanhada pela criação do primeiro espaço destinado à moradia operária de Rio Grande, o bairro Cidade Nova (COPSTEIN, 1975, p.26).



Imagem 1: Prédio da Estação Ferroviária do Rio Grande. Fonte. <http://www.tramz.com/br/rg> Acesso em Maio de 2011

Ainda no período final do século XIX, algumas outras indústrias viriam a se instalar em Rio Grande. Normalmente amparadas por capitais estrangeiros, não

chegaram a atingir o mesmo nível da Rheingantz, porém foram de fundamental importância para a consolidação econômica de Rio Grande, assim como para o desenvolvimento urbano da cidade.

Fundada por imigrante de origem portuguesa em 1876, a firma Cunha Amaral & Cia, se destacou no comércio de importação e exportação. De acordo com Raphael Copstein (1975, p. 36), “foi casa importadora, muitas vezes em caráter de exclusividade para o país, de produtos comestíveis principalmente precedentes da Europa”. Além de distribuir produtos de variados estoques para o Estado e outras regiões do país, também mantinha uma companhia de transporte lagunar. Seu fundador, Albino Cunha, também seria o responsável pela criação da primeira indústria moageira no estado. Os integrantes de sua família dariam continuidade aos negócios, criando uma importante fábrica de conservas.

Fundada em 1889, com investimentos de um grupo de capital português, a indústria Leal Santos e Cia. surgiu primeiramente como filial de outras estabelecidas em Portugal. Após alguns anos, essa fábrica transcendeu os limites da indústria pesqueira. Além de conferir à cidade um destacado reconhecimento no setor pesqueiro, passou a produzir alimentos. Grande parte desses produtos, frutas e legumes, utilizados na fabricação de conservas, eram provenientes da região de Rio Grande, assim como os pescados. Além disso, foi responsável por criar a primeira indústria de biscoitos do Brasil; também atuava no fabrico de conservas de carnes e fiambres, além de ter a sua própria confecção de estamparia, latas e pregos. A Leal Santos também ergueria em suas proximidades uma vila de casas e um armazém destinado a atender seus trabalhadores.

Desde 1876 a cidade de Rio Grande já contava com uma indústria de fumo. A Fábrica Aliança produzia cigarros e charutos. Porém, em 1893, seria criada outra empresa do ramo. Fundada pelo imigrante alemão Gustavo Poock, a fábrica de charutos Poock chegou a empregar cerca de 300 funcionários. Este imigrante provinha de uma família que já estava ligada ao ramo fumageiro na Europa. A dificuldade de encontrar mão obra especializada obrigou a empresa a buscar profissionais charuteiros em Cuba e na Alemanha. De acordo com Raphael Copstein a instalação dessa indústria na cidade e, em um estado, em que o fumo não é propício para o charuto, justifica-se pela posição portuária da cidade, estando sempre disponível a receber os melhores tipos de tabaco do mundo (COPSTEIN, 1975, p. 26).

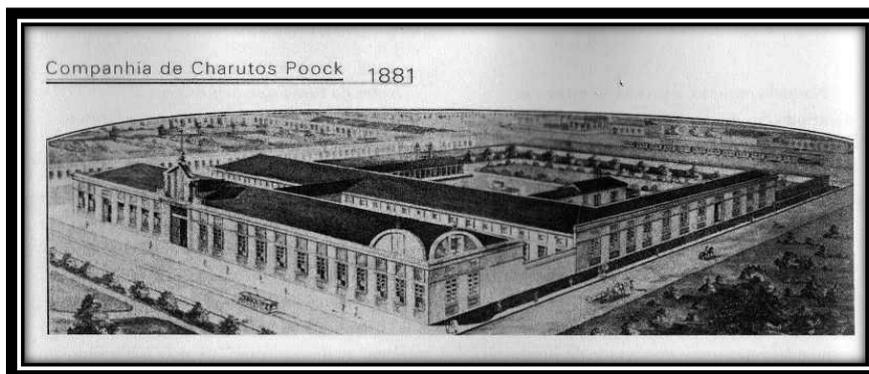


Imagem 2: Fábrica de Charutos Poock, Rio Grande, 1881. Fonte: <http://www.quaipeca.blogspot.com.br/> Acesso em Maio de 2011

Após disputar com as cidades de Pelotas e Porto Alegre, Rio Grande foi escolhida pela Cia. de Fiação e Tecelagem Ítalo Brasileira para receber a instalação desta fábrica. As autoridades locais despenderam muitos esforços para possibilitar a consolidação do empreendimento na cidade. Até mesmo um lote de duas quadras, onde atualmente fica um pedaço da Praça Tamandaré, chegou a ser proposto, entretanto, os investidores resolveram buscar uma área no final da Rua General Neto. Para isso, tornou-se necessário alternar o traçado urbano dessa rua, a qual passava agora a ter um limite. Na prática, esta indústria ficou aquém das 1000 vagas prometidas, contudo, contribuiu também de forma muito significativa para o desenvolvimento da economia local.

Esse período embrionário da indústria no Estado esteve marcado pelo que Loner (2001) chama de dois polos sociais econômicos, os quais estavam direto e, independentemente ligados aos grandes centros comerciais do país. São eles: Rio Grande – Pelotas e Porto Alegre. Diferentemente da capital do Estado - a qual continha maior diversidade de produção em menores proporções visando um mercado de abastecimento regional – Rio Grande detinha maiores estabelecimentos, menos diversidade de produção e estava totalmente voltada para atender a demanda do mercado nacional. Condição essa que, segundo SINGER (1977), posteriormente iria dificultar a permanência da cidade como destacado polo industrial, uma vez que passaria a encontrar a concorrência direta dos produtos do centro do país.

No final do século XIX um debate perdurava nos relatórios da Intendência Municipal. As autoridades locais discutiam intensamente sobre as possibilidades de

desenvolvimento da cidade a partir da ligação férrea entre Rio Grande e Bagé. Afirmavam com veemência que o progresso e o desenvolvimento do burgo dependia da interligação por via terrestre a outras cidades da região.

Cabe ressaltar o fato de que estamos nos fundamentando na ideia de dois polos econômicos - industriais e independentes. Dentro desta perspectiva, até então não existe ligação entre eles. Porém, o desenvolvimento dos sistemas de transportes no início da República iria interligar estas duas zonas, sendo, este, um dos fatores que iria contribuir para o declínio econômico da região sul.

Entretanto, não podemos atribuir o declínio econômico ou perda da primazia do polo Rio Grande – Pelotas no mercado regional somente ao fato da interligação das cidades. Os mercados passaram a concorrer entre si e, neste caso, Porto Alegre contabilizava algumas vantagens em relação à zona sul. Na capital as indústrias eram mais variadas, empregavam maior tecnologia na produção, eram favorecidas por uma estrutura urbana de melhor qualidade, contavam com a proximidade com a região norte do Estado, além de ter melhores condições de transporte.

Para Loner (2001), a ascensão de Porto Alegre como polo econômico predominante no Estado, acontece, justamente, em virtude da crise do principal produto do polo *Rio Grande Pelotas*, o charque, que, condicionado a todos estes outros fatores, acabou resultando na superação da região sul pela capital.

Contudo, o fato de as cidades Rio Grande – Pelotas perderem a hegemonia econômica do Estado, não acarreta a estagnação do crescimento industrial da primeira cidade. Mesmo tendo superado a região, Porto Alegre sofria com as dificuldades de navegação e acesso no seu porto fluvial.

Grande parte deste desenvolvimento de Rio Grande estava diretamente relacionada e dependente ao porto. No entanto, o velho cais já não comportava tamanha movimentação de cargas, precisando passar por algumas melhorias. A precária barra do Rio Grande carecia de aperfeiçoamentos que dessem melhores condições de navegação e também possibilitassem recebimento de navios de maior calado.

Já há alguns anos o Porto de Rio Grande se via prejudicado pela relação comercial existente com o porto de Montevideú. Através dele, muitos produtos eram escoados, assim como também era ponto de entrada de vários contrabandos. A sombra do país vizinho, além disso, era sentida na exportação de mercadorias. As tarifas mais baixas incentivadas pelo governo uruguaio e, também, as linhas férreas

que chegavam às fronteiras gaúchas apresentando melhores qualidades de serviços se colocavam como grandes obstáculos na consolidação econômica da região sul do Estado (LONER, 2001, p. 46).

A construção do novo Porto durou nove anos, sendo concluída em 1915. Juntamente com ela houve também uma remodelação do Porto Velho com a construção de armazéns. O antigo Porto ficava agora destinado a receber pequenas embarcações de transporte e pesca, enquanto que o novo estava em conformidade com os padrões mais modernos do mundo.

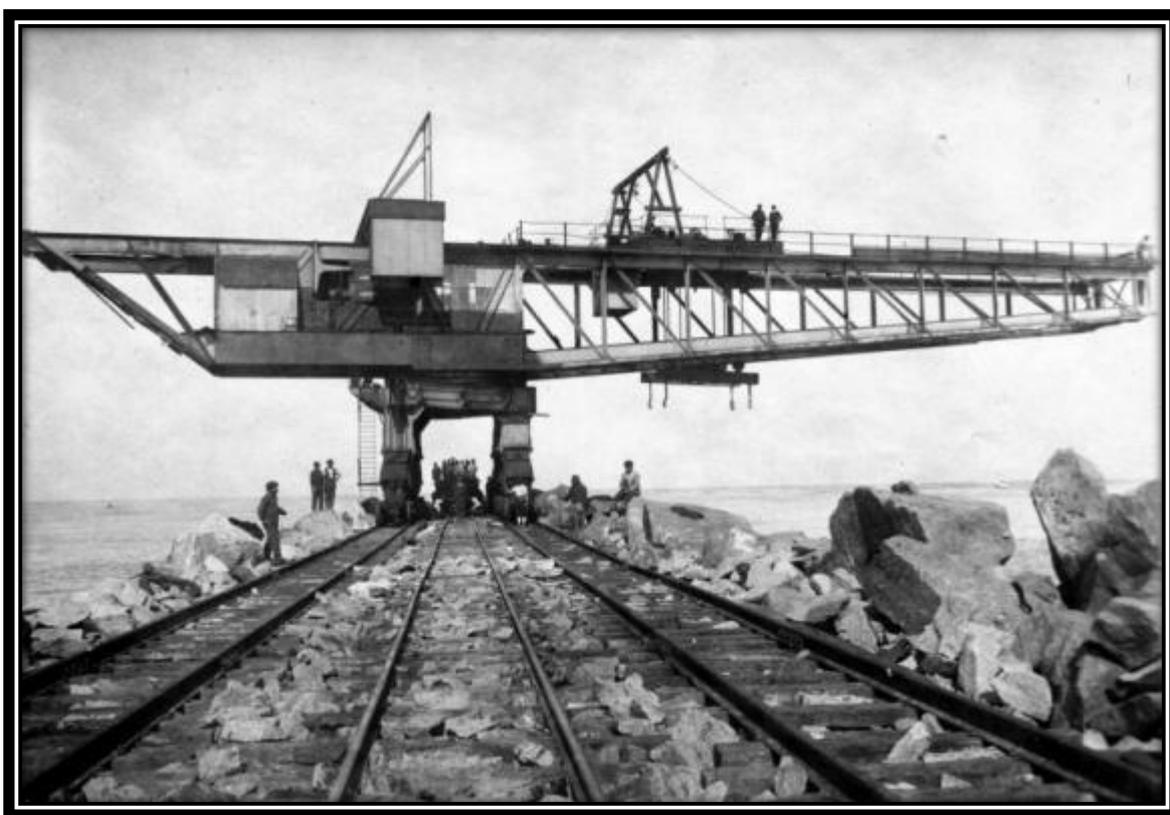


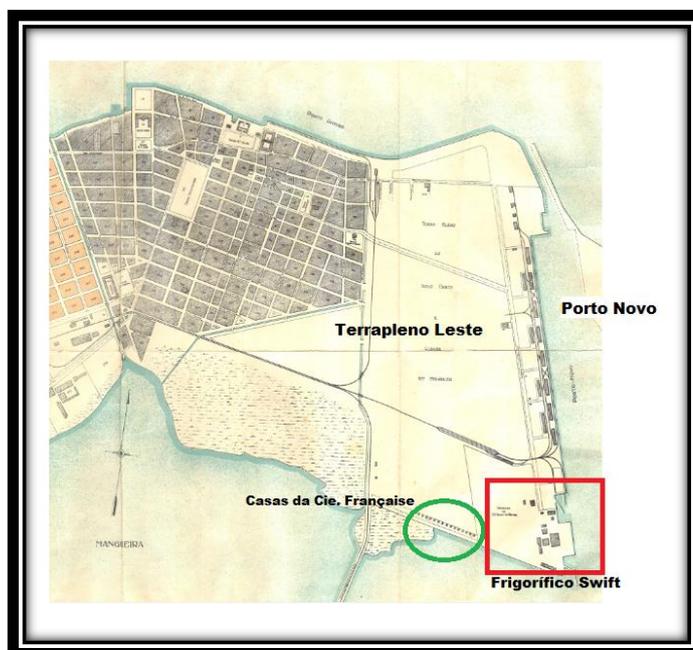
Imagem 3: Guindaste Titan, utilizado na construção dos Molhes da Barra de Rio Grande. Fonte: <http://www.guaipeca.blogger.com.br/> Acesso em Maio de 2011

Todo o processo de construção do novo Porto da cidade foi permeado por inúmeros entraves, os quais dificultaram tanto o início quanto o desenvolvimento das obras. Interesses políticos, financeiros, estruturais e sociais estavam envolvidos neste processo. O último desses problemas era resultante do grande número de pessoas envolvidas nesta, que chegou a ser considerada, uma das mais importantes obras de engenharia no início do século passado (MARTINS, 2006, p. 30).

A Cie. Française, empresa responsável pelo desenvolvimento das obras, conseguiu empregar em torno de quatro mil funcionários. Para facilitar o acesso ao trabalho, a empresa instalou casas na região próxima à planta de construção e também colocou à disposição de seus funcionários um sistema de transporte, os *tramways* com 19 carros motores.

Em relação às habitações fornecidas pela Cie. Française, Solismar Martins (2006) destaca o fato de serem 60 casas de madeira. No decorrer do período de desenvolvimento das obras, serviriam de moradia para operários especializados e mestres de obras, vindos diretamente da França. Deste total de casas, 21 eram na cor preta, em maiores dimensões e destinadas aos operários mais especializados. O restante, em torno de 40 unidades, eram na cor verde, com dimensões menores e destinadas aos trabalhadores menos graduados (MARTINS, 2006, p.134-135).

Após a conclusão das obras do Porto de Rio Grande, a Cie. Française passou a alugar estas casas de madeira por quantias irrisórias, para pessoas de baixa renda¹³. O término das obras abriu um enorme espaço entre o cais e o centro da cidade. Este local, antigo terreno alagadiço, foi aterrado com o material oriundo da drenagem do canal e passou a se chamar de Terraplino Oeste.



¹³ Após a conclusão das obras do Porto Novo, as casas pretas, até então destinadas aos operários de cargos superiores, e as casas verdes destinadas aos funcionários simples, não foram removidas, pela Cie. Française. Estas casas tinham um valor pouco significativo em relação ao restante que estava sendo arrolado. Ficaram então sob a posse da administrativa do Porto de Rio Grande. MARTINS, Solismar Fraga, 2006. p.135-136.

Imagem 4: Terraplino Leste e Porto Novo do Rio Grande. Planta geral da Cidade de Rio Grande 1922. Fonte: Biblioteca Municipal do Rio Grande. Adaptado por Ticiano Pedroso

De acordo com Edgar Gandra (1999) a Compagnie Française Du Port de Rio Grande planejou, juntamente com as obras do porto, a construção de um bairro contíguo a ele. Originalmente este espaço fora planejado para atrair uma camada abastada da população, entretanto, este bairro acabou sendo “ocupado pelos setores subalternos, entre eles um enorme contingente de trabalhadores portuários” (GANDRA, 1999, p. 22).

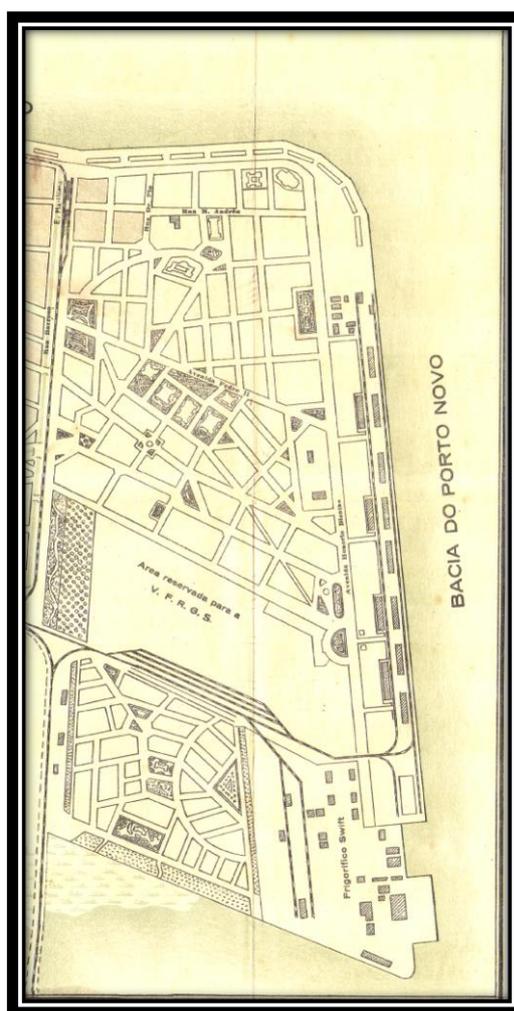


Imagem 5: Terraplino Leste, espaço projetado para ser um bairro pela Cie. Française. Planta geral da Cidade de Rio Grande 1926. Fonte: Biblioteca Municipal do Rio Grande. Adaptado por Ticiano Pedroso

Neste mesmo espaço, ou seja, o terraplino leste do Porto Novo, viria se instalar uma grande indústria que em muito contribuiu para o desenvolvimento da economia local, assim como para o crescimento urbano e populacional da cidade.

Amparada por capitais estrangeiro, a Cia. Swift S. A. do Brasil era uma empresa de capital norte americano, gerenciado pelo grupo The Big Four, com sede em Chicago. Atuava na área de frigorificação de carnes e era moldado sobre os padrões fordistas de produção (MARTINS, 2006, p.143). Em Rio Grande arrendou uma parte da Cie. Française e iniciou suas atividades em 1918; operava com um número mínimo de 1500 funcionários, podendo abater até 1000 reses por dia. No contexto internacional havia uma grande brecha ocasionada pela Primeira Guerra Mundial e a conjuntura regional era totalmente favorável à instalação de uma indústria desse segmento. Aproveitando-se dessa conjuntura, a empresa encontrou um livre campo para expandir suas atividades e tornar-se expoente mundial na comercialização de carne. A carne oriunda de frigoríficos chegava ao público em melhores condições de consumo, além de estar inserido dentro da dinâmica mundial, do progresso e da industrialização.

O frigorífico era considerado de grande relevância para a economia local. Com o intuito de que sua instalação pudesse ser concretizada, as autoridades locais precisaram conceder uma série de isenções fiscais, além de fornecer uma grande rede de infra-estrutura local. Para facilitar o embarque dos produtos de seu estabelecimento, a Swift construiu um cais próprio em toda a extensão do frigorífico (PIMENTEL, 1944, p. 224).

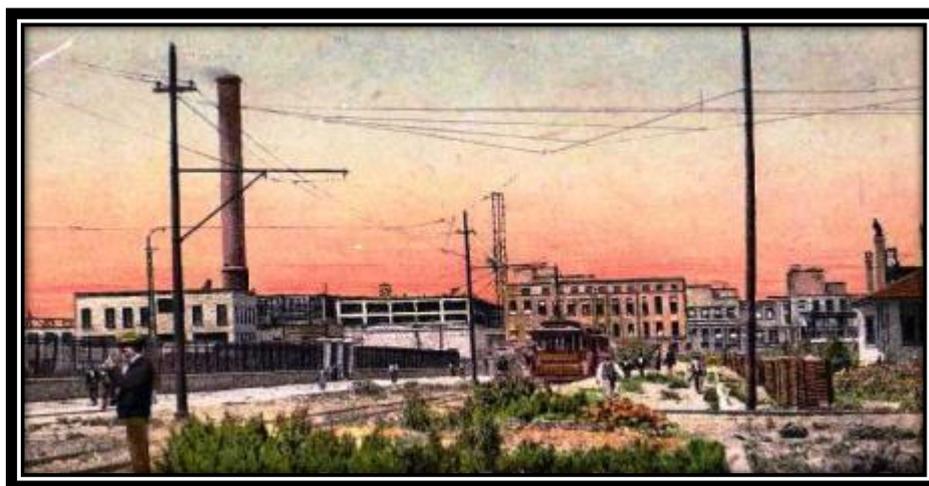


Imagem 6: Cartão Postal Frigorífico Swift. Rio Grande. Fonte: <http://www.guaipeca.blogger.com.br/>.

Acessado em dezembro de 2011

O desenvolvimento das obras no porto e, posteriormente, a instalação do frigorífico Swift trouxe um número elevado de pessoas à cidade. Necessitando de mão-de-obra qualificada no trabalho referente ao manuseio e cortes de carne, a empresa passou a buscar nas cidades da região da campanha, preferencialmente, pessoas com experiências na lida campeira e no abate do gado. O fato dessa região encontrar-se em decadência econômica, fez com que muitas pessoas desempregadas viessem à Rio Grande em busca de melhores oportunidades de vida.

Muitas dessas pessoas, ao chegarem à cidade, acabaram se deparando com uma situação completamente diferente da imaginada. Não existia emprego para todos, porém era mais vantajoso ficar por aqui, uma cidade em desenvolvimento, com muitas oportunidades, do que voltar para a sua terra. De acordo com Carlos Alberto de Oliveira, a Companhia Swift contratava muitos diaristas, os quais, em épocas de entre-safra, ficavam desempregados; este fato, obrigava-os a buscar outras formas de trabalho, e neste caso as atividades portuárias se apresentavam como uma ótima opção (OLIVEIRA, 2000, p.187).

A questão da moradia próxima ao trabalho é verificável não só nos cortiços, mas também em aglomerações surgidas de forma abrupta e desordenada, não respeitando qualquer forma de planejamento urbano. Na cidade de Rio Grande este caso pode ser evidenciado pelo exemplo do surgimento da Vila Santa Tereza, e, mais tarde, o Bairro dos Cedros, atual Bairro Getúlio Vargas (BGV).

Estes locais, como aglomerados laboriosos, tiveram origem a partir da conclusão das obras do Porto Novo, Molhes das Barra. O Frigorífico Swift, instalado na área do porto, também iria ocasionar um grande deslocamento populacional para a cidade. A ação do Frigorífico Swift indiretamente iria ocasionar uma alteração social. A forma de moradia característica até então para as classes de baixa renda, como os cortiços e vilas operárias, seria substituída por um grande conglomerado de casas de madeira, que emerge no terrapleno.

Em virtude das grandes atividades econômicas estarem ligadas ao porto e seus arredores, essa população migrante buscou se instalar no local mais próximo ao emprego, que justamente vem a ser o terrapleno leste, local que separava o novo porto do centro urbano da cidade, dando origem a dois bairros que surgiriam completamente carentes de qualquer forma de infra-estrutura. A forma de moradia característica, até então, para as classes de baixa renda, como os cortiços e vilas

operárias, seria substituída por um grande conglomerado de casas de madeira. Estava originado o Bairro dos Cedros.

Sobre o surgimento do Bairro dos Cedros, Carlos Alberto de Oliveira atenta para o fato de que:

A construção “relâmpago de casas no Bairro, tornou-se quase que uma lenda. Até hoje a população comenta que o Cedro havia sido construído da noite para o dia, pois o local era terreno de marinha, e a forma encontrada para construir os casebres era erguê-los durante a noite. Além da falta de tempo, driblavam a fiscalização. A aglomeração era tamanha que era comum moradores do local dormirem sem vizinhos e, ao acordar, depararem-se com uma casa nova e seus moradores (OLIVEIRA, 2000. p.196/197).

Uma das justificativas para o fato de as casas serem erguidas de forma tão rápida, consiste no caso de que os automóveis, na época, vinham todos do exterior e viajavam dentro de grandes caixas de madeira, essas que encontravam um destino muito útil nas mãos dos ávidos e hábeis trabalhadores das proximidades do porto. Conforme foi dito, essas caixas eram aproveitadas na construção dos casebres, que eram cobertos com telhas de zinco.

O bairro dos Cedros, atual Bairro Getúlio Vargas, surgiu exatamente da necessidade que essa população migrante tinha de residir perto dos locais onde havia empregos. Os chamados “ratos de porto”, em sua maioria, vinham da região da campanha, e procuravam em Rio Grande a oportunidade de construir uma nova vida. Eram atraídos pela oferta de mão de obra, porém nesse período, principalmente na área portuária, nem todos os empregos eram fixos, ou seja, essas pessoas trabalhavam como diaristas, o que de alguma forma acentuava a necessidade de residir próximo aos locais de trabalho, pois era preciso ir todos os dias conferir se havia ou não serviço.

Através desse exemplo, pode-se verificar que nem todas as moradias populares de trabalhadores se constituíam em cortiços. O bairro dos Cedros foi uma favela que surgiu exatamente da necessidade de morar próximo ao emprego, no caso, o Porto e o frigorífico Swift. Porém, no bairro Cidade Nova é verificável até os dias de hoje a presença de muitas aglomerações coletivas e também de vilas de casas.

Nas décadas (1890, 1900, 1910, 1920) a cidade de Rio Grande apresentou um crescimento populacional de 25.847 habitantes. De acordo com os números do

censo IBGE podemos conferir o crescimento populacional da urbe. Cabe lembrar que este período é marcado pelos fortes investimentos industriais e, conseqüentemente, pelo grande número de migrantes que por aqui chegavam em busca de trabalho.

QUADRO 1

ANO	Nº DE HABITANTES
1890	24.653
1900	29.494
1920	50.500

Fonte: Censo IBGE apud OLIVEIRA, Carlos Alberto de. Quem é do mar não enjoa. Memórias experiências de estivadores do Rio Grande (1945-1993). 2000 PUC – São Paulo, p. 32.

As mudanças políticas, ocasionadas com o fim da República Velha e a revolução de 1930, trouxeram à tona uma nova dinâmica, em que o Brasil passa a buscar uma nova forma de desenvolvimento econômico. O estímulo à produção interna visava substituir as importações e desenvolver um mercado nacional forte, capaz de se manter por ele mesmo. Também é marcante nesse período a união dos mercados nacionais, até então muito restritos aos âmbitos regionais.

As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro já haviam se consolidado como as maiores economias e mercados consumidores do país. O Estado, dentro dessa nova dinâmica econômica, passou a estimular a concentração industrial, justamente no entorno desses grandes centros produtores e consumidores. Essa tendência proporciona o que Francisco de Oliveira (1989, p. 55) considera uma “substituição de uma economia nacional formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional”.

Essa nova perspectiva de concentração econômica condicionava os mercados regionais a se adaptarem aos ditames econômicos dos grandes centros nacionais. Para áreas não concorrentes com São Paulo, por exemplo, essa adaptação resultou num fator positivo, gerando diversos benefícios. Entretanto, para Rio Grande, detentora de um significativo polo fabril e concorrente, este fator, resultou em decréscimo das atividades econômicas. (MARTINS, 2006).

No estado do Rio Grande do Sul, este período marca a consolidação do modelo econômico de desenvolvimento agro-industrial. Aqueles mercados

restringidos do início da República Velha, agora se encontravam interligados denominando o que Müller (1998) chama de “mercado sul-riograndense”, cuja atividade estava centrada no setor agropecuário e fabril e tendo por polo principal a capital do estado ao seu entorno.

Possuindo um setor industrial concorrente com os grandes centros econômicos, foi possível por meio da crise de 1929 manter a cidade de Rio Grande em um nível de produção crescente dentro da década de 1930. As duas indústrias têxteis e o Frigorífico Swift souberam aproveitar a brecha dos mercados europeus para expandirem suas atividades, dessa forma, mantendo ainda a cidade, dentro de um expressivo mercado.

Neste período, Rio Grande apresentou um crescimento industrial diversificado, com o a presença de muitas indústrias de pequeno, médio e grande porte, caracterizando o município como polo industrial da região sul. É também neste momento que novas estruturas serão incorporadas à zona urbana. A cidade se expande na direção oeste de forma que as margens do Canal do Norte e do Saco da Mangueira passam a ser os locais mais propícios para o assentamento de novas estruturas. Ao analisar essa questão Solismar Fraga Martins diz que:

A noroeste e junto ao Canal do Norte, foi erguido, em 1922, o Hipódromo Independência, distante mais de cinco quilômetros do centro da cidade. Entre o Hipódromo e o bairro Cidade Nova a cidade se expandiu em forma ortogonal e dava sequência a esse bairro com suas quadras retangulares quase formando quadriláteros de dimensões 100 por 80 metros e com ruas sempre largas. No entanto, essa extensão, ou cidade em projeto estava numa área mais estreita, espremida entre a área do reservatório e o Canal do Norte. (MARTINS, 2006, p. 153).

Naquele momento a expansão urbana ainda se dá de maneira tímida, ocupando apenas alguns espaços das duas margens do pontal arenoso. O centro dessa área ficou destinado à Companhia Hidráulica Rio-Grandense, para o serviço de captação das águas. Em relação à margem do Saco da Mangueira, existia uma discussão quanto a finalidade que seria dada a uma parte do chamado Parque Rio-Grandense.

A companhia de Viação Aérea do Rio-Grandense (Varig) requeria a locação e construção de um aeroporto juntamente com melhorias na estrutura do local, uma vez que já utilizava as águas do Saco da Mangueira como ponto de partida e

chegada de voos, hidroaviões. Ao fim de um contrato marcado por divergências, a empresa de transportes aéreos deixa de ocupar o espaço, que agora passa a ser alvo de outros interesses. A antiga área do Parque Rio-Grandense mais tarde seria fragmentada e ocupada por estruturas assistenciais e residenciais (MARTINS, 2006, p. 157).

A década de 1930 marcaria o crescimento restrito das atividades industriais. Dentro deste contexto ganha destaque a instalação da Refinaria de Petróleo Ipiranga no ano de 1937. Estabelecida em uma área próxima ao Porto Novo, em um antigo terreno alagadiço, a empresa foi atraída pela condição portuária da cidade, possibilitando, assim, a redução de custos na distribuição do produto.

Nesse primeiro momento de investimentos industriais fica perceptível que a cidade irá acompanhar esse ritmo, uma vez que todos estão inseridos dentro desse mesmo compasso, o qual atingia de diferentes maneiras a população que se via envolvida por este dito progresso.

O reflexo do progresso industrial e econômico em Rio Grande pode ser verificado no plano urbano pela expansão e ocupação de novas áreas. À medida que surgem novas estruturas fabris, também são originados novos espaços de moradia. Entretanto, o acompanhamento do ritmo dos investimentos industriais com o crescimento urbano não resultou em lugares providos de infraestrutura urbana.

Rio Grande, nesse período, década de 1930, se expande nas direções Leste – crescimento este encabeçado pelo Porto Novo e pelo frigorífico Swift e, na direção Oeste – o crescimento se dá na continuidade do bairro Cidade Nova, com a criação de um novo bairro.

Em 1939 começaram a circular pela cidade os primeiros ônibus de transporte coletivo, da marca Ford, adquiridos pela Prefeitura Municipal. No ano seguinte, mais três modelos, da Chevrolet, seriam incorporados à frota. O asfaltamento da estrada que ligava Rio Grande (proximidades do Parque-Rio-Grandense) à Vila Siqueira¹⁴, trajeto até então feito por trem, criava agora uma nova opção de deslocamento até o balneário, que também passou a ser realizado pelo ônibus. De acordo com Fortunato Pimentel, esse tipo de transporte ganhou importância na vida dos

¹⁴ De acordo com Solismar Fraga Martins para o asfaltamento, numa extensão de 20 quilômetros foram obtidos recursos junto aos governos federais e municipais, além das contribuições de proprietários de imóveis no balneário. O custo de 877 contos foi suficiente para importar o asfalto proveniente do México, e assim foi construída a primeira estrada asfaltada do estado do Rio grande do Sul. (MARTINS, 2006, p. 171).

moradores, de forma que pode ser verificado pelos números apresentados. Em 1940, 164.170 pessoas foram transportadas, e no ano seguinte 292.611 utilizaram este serviço (PIMENTEL, 1944, p. 80).

Dentro deste contexto de crescimento industrial restringido, a década de 1940 irá ser marcada por obras e implementações no setor urbano e suburbano. No início deste período a cidade contava com mais de 8 mil prédios na sede, distribuídos em 10 avenidas, 97 ruas, 44 travessas, 16 largos e praças, 1 parque e 3 praias. (PIMENTEL, 1944, p. 56).

Conforme visto até aqui, a cidade crescia no ritmo das indústrias, contando no início dos anos de 1940 com uma população que ultrapassava os 60.000 habitantes¹⁵. Entretanto, alocar toda a população de uma forma digna e dar a eles as condições mínimas e necessárias para uma vida saudável, era um desafio ao qual se colocava às autoridades municipais. A expansão urbana na direção oeste do Pontal Arenoso deixara de ser uma simples previsão de Saturnino de Brito¹⁶, para se transformar numa realidade carregada de circunstâncias adversas.

De acordo com Martins (2006), o período entre 1930 e 1960 está carregado de contradições quanto às tipologias de ocupação do solo urbano, pois a cidade não poderia ser considerada compacta, em razão de ter sido incorporada grandes áreas como a Hidráulica, fato que dava um caráter disperso ao mesmo tempo. Porém, o autor afirma que houve uniformidade no tipo de ocupação, com ruas largas e avenidas dentro de um padrão ortogonal de ocupação.

O perfil do morador dessas novas áreas que estavam surgindo era exatamente o público proletário. Dessa maneira era imprescindível que estas pessoas tivessem facilitados o seu acesso e locomoção ao trabalho. A expansão das linhas de transportes coletivos urbanos também seria ampliada neste período, assim como muitas ruas foram abertas, empedradas, estradas asfaltadas fazendo surgir novos itinerários.

O livro de Fortunato Pimentel, publicado em meados da década de 1940, ainda se constitui como uma fonte indispensável para o entendimento e reconstituição da Cidade de Rio Grande até a primeira metade do século XX. Entretanto, essa valiosa

¹⁵ De acordo Com Fortunato Pimentel a cidade de Rio Grande no ano de 1943 totalizava uma população de 61.791 habitantes. (PIMENTEL, 1944, p. 81).

¹⁶ Quando esteve em visita para realizar o projeto de saneamento do Rio Grande, o engenheiro sanitaria Francisco Saturnino de Brito fez projeções de que o crescimento da *urbe* se daria na direção oeste em virtude dos banhados que circundavam a parte leste da cidade.

contribuição deixada carece de informações referentes ao público proletário riograndino. Questões como os locais de habitação da classe operária, os bairros populares, entre outros assuntos, não são mostrados, se quer mencionados neste trabalho.

O Rio Grande da década de 1940 não era tão belo e bom de viver quanto o livro de Pimentel mostra. Apesar de o autor relatar as excelentes condições da cidade é difícil de imaginar que lugares recém surgidos, como os novos espaços, que passavam a fazer parte de rede urbana, fossem dotados de infraestrutura. Com exceção do centro, nenhum outro bairro era atingido completamente pela estrutura urbana.

Ezio Bittencourt (2007) destaca essa característica da cidade, de se apresentar como uma zona central europeizada e um centro fabril importante, em contrapartida, ao redor das zonas industriais estavam localizados os bairros operários marcados pela precariedade material e miséria.

Ao analisar os números, fica mais claro perceber o quanto estes serviços urbanos estavam restritos a uma pequena camada da população. De acordo com Bittencourt (2007), em 1943 a cidade contava com um número de prédios superior a 8.000, sendo que somente 5.500 usufruíam do abastecimento de água, 4.000 de esgotos, e 6.000 de energia elétrica. Embora hoje o bairro Cidade Nova tenha obtido muitos avanços na infraestrutura urbana, o local ainda carece de uma rede de esgotos. Outros bairros da cidade enfrentam os mesmos problemas estruturais de outrora.

Em um trabalho publicado na Revista Brasileira de Geografia, as arquitetas Salvatori, Habiaga e Thormann realizam uma análise do crescimento horizontal da cidade de Rio Grande. Sobre os loteamentos, elas constatam o fato de que nessa cidade houve um comportamento muito característico e similar ao resto do país. As autoras apontam as questões econômicas como determinantes, assim como um Decreto-Lei nº 58/1937 sobre o parcelamento do solo (SALVATORI et al., 1989, p. 43).

Os grandes loteamentos ou como ficaram conhecidos as vilas¹⁷ tinham por característica estar sempre próximas às vias de acesso da cidade, estrada dos

¹⁷ No Rio Grande do Sul de modo geral, e Rio Grande não foge a regra, vila comumente tem sentido de bairro pobre, de periferia, de falta de estrutura urbana. Como sinônimo e com esse sentido o termo que mais se aproxima seria arrabalde da cidade ou vilela. O que difere a vila da favela ou dos

Carreiros e a estrada Rio Grande – Cassino (SALVATORI et al., 1989, p. 43). Em 1942 seria aprovado o loteamento da Vila Junção, local que ganhava esse nome devido à estação ferroviária, que justamente fazia a junção ou a separação das linhas do trem, seguindo uma para o Cassino e outra para Pelotas.

Na década de 1950 outro loteamento iria surgir. Planejado para ser erguido na continuidade do Hipódromo Independência, este empreendimento de 91 quadras e 951 lotes planejados como um quadrilátero de xadrez foi chamado de Vila São Miguel. Tinha um traçado ao centro com quatro vias radiais a partir da área central destinada a uma praça. Embora a Vila São Miguel já esteja presente na planta da cidade do ano de 1937, Martins atenta para o fato de que este local somente foi registrado junto à Prefeitura Municipal na década de 1950. (MARTINS, 2006, p. 175-176).

A moradia característica do proletário até a década de 1950 eram as habitações coletivas, cortiços e as vilas operárias. Em todos estes casos o aluguel imperava, e o trabalhador não tinha a possibilidade de adquirir um imóvel devido ao alto custo deste e a necessidade de morar perto do trabalho.

A década de 1950 ficou marcada por algumas características muito específicas, as quais se desenvolveram em âmbito nacional. Salvatori (1989, p. 43) diz que os lotes oferecidos eram pulverizados em muitos pequenos loteamentos quase todos distantes do centro. Além disso, a aquisição de terrenos nas periferias, com casas construídas pelo próprio proprietário, nos dias de folga, contando com a ajuda de mutirões de amigos, vizinhos e parentes iria se tornar algo muito comum em todo o país.

Os dois loteamentos mencionados aqui, Junção e Vila São Miguel, embora carregassem o termo “Vila”, enquadravam-se dentro de um projeto de expansão urbana. Este fato pode ser verificado pela presença destes loteamentos nas plantas anteriores ao seu surgimento, e pela forma como estavam dispostas seus quarteirões e ruas. Em sua essência careciam de infraestrutura, porém estavam regularizados com a Prefeitura Municipal. No entanto, fatores econômicos iriam

mocambos e malocas como já existiam em Rio Grande é o fato de estes estarem em situação ilegal quanto a sua regularização. As vilas ao contrário, comumente têm a sua situação regularizada junto à Prefeitura Municipal, no entanto carecem de infra-estrutura urbana, como calçamento e esgoto, e se localizam em zonas de menor valorização fundiária MARTINS (2006, p. 182).

proporcionar mudanças na questão das vilas. A já mencionada “pulverização” dos lotes, a partir de 1950, colocava fim ao projeto de expansão urbana com uma cidade planejada formando um grande tabuleiro de xadrez (MARTINS, 2006, p. 181-182).

Os anos de 1950 e 1960 marcariam economicamente a cidade de Rio Grande pelo recesso industrial de alguns setores. A década anterior havia sido marcada por uma estagnação no setor fabril, em consequência, muitas indústrias não conseguiriam dar prosseguimento às suas atividades, vindo a fechar suas portas. A integração da economia nacional seria o principal agravante, fazendo com que as indústrias do sul do Brasil tivessem dificuldades de concorrer com os produtos do centro do país.

Algumas das mais emblemáticas indústrias da cidade vieram a encerrar as suas atividades neste período. O frigorífico Swift fecharia em 1954. A Cia. de Fiação e tecelagem Ítalo Brasileira em 1961. A Cia. de Charutos Pooch em 1966. Outras fábricas de menor expressão, mas não menos importantes para a cena industrial viriam encerrar suas atividades, assim como, a Cia. União Fabril reduziria bruscamente o número de seus funcionários entre as décadas de (1950-1960). Os reflexos dessa crise só não foram maiores pelo fato de o setor pesqueiro industrial estar em expansão e, por este motivo, acabou absorvendo muito dessa mão-de-obra que estava à disposição no mercado (MARTINS, 2006, p. 178).

O pensamento higienista e modernizador ainda se fazia presente na administração municipal. Nesse período, seriam intensificadas as remoções no terrapleno oeste, Santa Tereza e Vila dos Cedros e muitas famílias retiradas dessas áreas que estavam entre duas políticas: 1º) a Prefeitura pretendia regularizar o local, criando mais um loteamento e removendo as “casas” em piores condições e 2º) a administração do Porto necessitava deste espaço, pois pretendia aumentar as atividades portuárias.

Alguns outros loteamentos iriam surgir na área mais próxima ao centro da cidade, como é o caso do Parque residencial Salgado Filho. Mais tarde, em meados da década de 1960, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) iria dar início aos primeiros planos habitacionais do modelo COHAB. Em Rio Grande esse modelo teve início em 1964, com o loteamento COHAB, erguido na antiga área da Hidráulica. Também se registra nesse período o surgimento dos loteamentos Lar Gaúcho e Habicop, na área aterrada próxima a Refinaria Ipiranga e ao centro da cidade.

O bairro Cidade Nova, ao longo do processo histórico brevemente apresentado aqui, manteve a sua característica de ser um local de concentração operária, justamente por ter no seu entorno algumas das mais importantes fábricas da cidade, e por abrigar diversas indústrias de alimentos e pescados faz com que o bairro ganhe importância dentro desse estudo.

CAPÍTULO III - O ESPAÇO DO INDESEJÁVEL: AS ORIGENS DO BAIRRO CIDADE NOVA

3.1 As origens da Cidade Nova

O século XIX foi marcante no cenário urbano da Cidade de Rio Grande. A partir dos anos 1850 a cidade reorganiza sua estrutura política, burocrática e urbana. O comércio atacadista de exportação e importação havia formado uma burguesia local, cidadina, cujo estilo de vida remetia aos costumes e hábitos europeus. Muito em breve passaram a representar politicamente seus interesses dentro da Câmara Municipal. A afirmação de Rio Grande como cidade comercial passava diretamente por uma estrutura urbana adequada e propícia ao crescimento.

O desenvolvimento urbano de Rio Grande já se mostrava um assunto recorrente desde os meados do século XIX. Nos relatórios da Intendência Municipal, questões referentes ao crescimento da cidade, assim como as formas mais viáveis de serem colocadas em plano prático, eram assuntos muito frequentes.

A cidade de Rio Grande até então era protegida por uma muralha, que ocupava o espaço da atual Rua Moron e da Avenida Major Carlos Pinto. Essa barreira, conhecida como trincheiras, foi erguida à época da Revolução Farroupilha e desempenhava a função de proteger, assim como delimitar os limites urbanos da cidade. Nela encontravam-se dois portões que se abriam para caminhos diferentes, um conduzindo ao litoral (Estrada da Mangueira) e outro, ao interior do município e cidades vizinhas (Estrada dos Moinhos). (CARDOSO, 2011, p.8).

O fim das trincheiras e a incorporação definitiva dos antigos terrenos devolutos¹⁸ aconteceram em um período muito significativo, momento este, em que a cidade começava a arquitetar as estruturas urbanas para o crescimento econômico industrial das décadas seguintes.

O primeiro sinal de ocupação, além da linha das trincheiras, havia sido dado em 1855, quando, por questões higiênicas, o cemitério da cidade foi retirado do centro e transferido para uma área não muito distante. Em 1878 a Companhia Hidráulica Rio-Grandense, empresa criada para fornecer o abastecimento de água à cidade, erguia a sua imponente caixa d'água, com capacidade para 1.500.000 litros d'água, numa

¹⁸ Os terrenos localizados além da linha de trincheiras passaram a pertencer à municipalidade a partir de 1878.

área que distava três quilômetros de distância do centro da cidade (PEDROSO, 2008, p. 27).

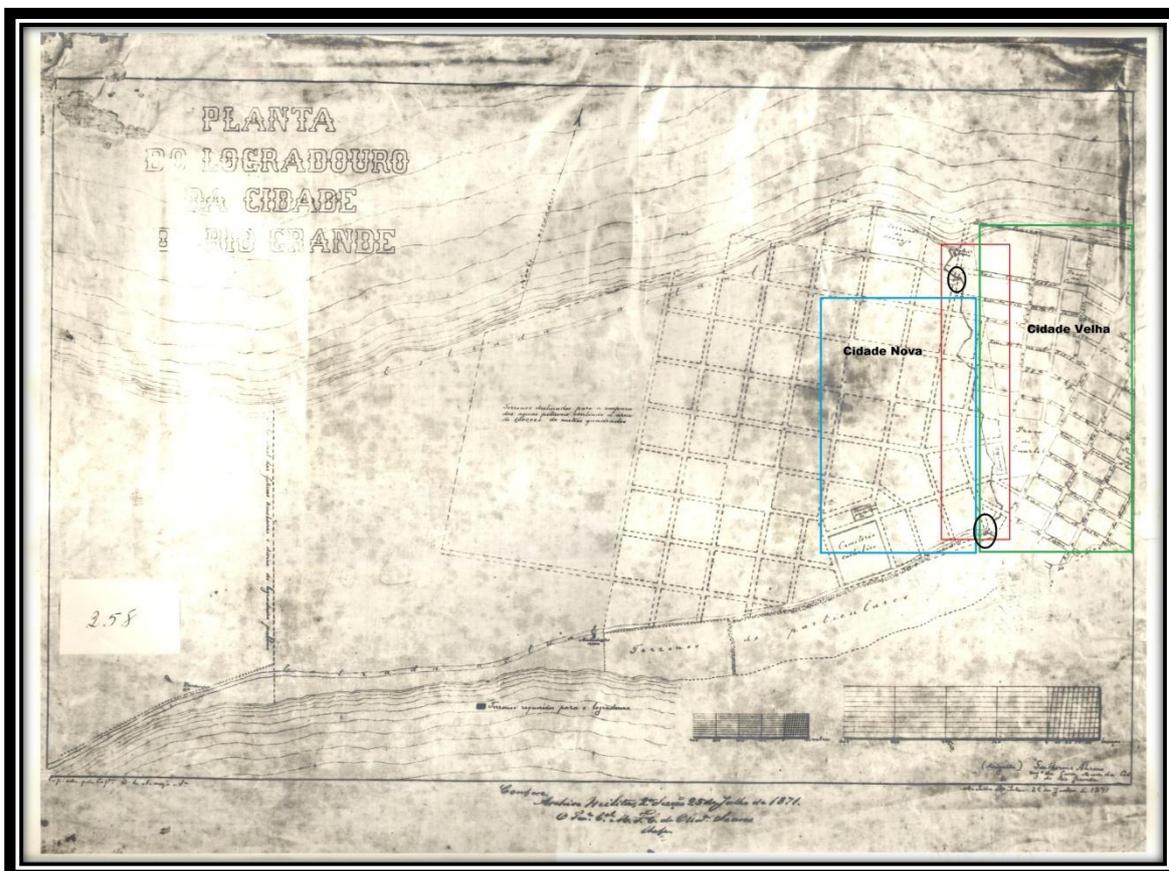


Imagem 7: Planta da cidade de Rio Grande, 1871. Fonte: Bibliotheca Rio-Grandense

Na planta da cidade, acima, apresenta-se quatro marcações. Em vermelho estão as antigas trincheiras. Em verde, o centro urbano de Rio Grande, em azul a área projetada para o desenvolvimento da nova cidade. Por último, os dois círculos em preto assinalam as duas portas de entrada e saída da cidade.

O relatório da Intendência Municipal de Rio Grande, do ano de 1880, dá um panorama de como os antigos terrenos localizados fora dos limites da cidade vieram a ser incorporados.

Depois de ter esta Câmara mandado levantar uma planta dos terrenos devolutos situados além das trincheiras, entre as suas margens oriental e ocidental que bordam a península em que está situada esta cidade até uma légua de extensão, e já concedidas á ela em 28 de Agosto de 1834, pelo Conselho Administrativo da Província, resolveu em Fevereiro de 1878 pedir ao Governo Imperial lhe fossem cedidos para seu patrimônio, aqueles terrenos, dos quais fez acompanhar da referida planta, já determinando nela as quadras

e as ruas em continuação desta cidade, além da estrada que vai ao interior do município, boulevards no centro até a Hidráulica, e na direção de uma praia á outra (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1880, p. 16)¹⁹.

O anseio de incorporar os terrenos devolutos, situados além das trincheiras, já havia sido indeferido por três vezes. No entanto, um ofício emitido em 4 julho de 1878 concedia a liberação e o direito de posse da municipalidade sobre estes terrenos. O avanço da cidade para as áreas até então devolutas constituía-se em um projeto o qual demandava um grande planejamento e articulação das autoridades locais (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE 1880, p. 16).

Dentro desse projeto era necessário não só criar um novo espaço, mas dedicar a ele cuidados específicos para que este não viesse a incorrer nos mesmos desacertos do traçado de centro urbano de Rio Grande. Dessa forma, a Cidade Nova em projeto nascia com quadras grandes, ruas largas em continuidade com o centro e um ambiente destinado à construção de uma praça. Para que isso fosse possível as quadras de número 43, 44, 52 e 53 foram suprimidas, em troca deste grande espaço destinado ao lazer dos habitantes do local (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE 1880, p. 16).

A maneira como estes terrenos seriam postos à comercialização, assim como as suas dimensões também era algo discutido entre as autoridades. A Câmara decidiu pelo aforamento ou venda dos terrenos, porém encontrou dificuldades em manter o padrão das dimensões estabelecidas pelo Ministério da Agricultura.

A determinação instituía para cada terreno 10 braças²⁰ de frente. Todavia, não pode ser cumprida em virtude de que as quadras tinham menos fundos do que deveriam ter e a sua frente era de 45 braças. Dessa forma, não foi possível estabelecer terrenos com 10 braças de frente, ficando então cada um com a medida equivalente a 5 braças. Quanto ao foro dos terrenos, o Governo Provincial estabeleceu o valor de 40\$ reis por cada 4 metros quadrados, concedendo que estes fossem divididos e cedidos conforme os padrões estabelecidos pela Câmara (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE 1880, p. 17).

A nova cidade que se erguia além das antigas trincheiras era um espaço marcadamente destinado ao trabalho. O seu surgimento se deu em cima de

¹⁹ Para melhor entendimento e leitura do texto, a grafia original foi atualizada.

²⁰ Braça é uma medida antiga, muito utilizada no meio rural. Uma braça equivale a 2,2 metros.

algumas certezas. O crescimento da cidade rumava para a direção oeste da península, a ligação férrea entre Rio Grande e Bagé era uma questão de tempo, além disso, algumas das grandes indústrias da cidade – as quais viriam a se instalar no final do século XIX - buscaram justamente estas áreas, mais próximas, ou até mesmo dentro deste novo espaço que surgia. O relatório da Câmara Municipal de 1880 já demonstra certa mobilização das autoridades locais em estabelecer um espaço para a estação central de trens.

Releva porém lembrar, que não havendo hoje duvida alguma sobre a construção da Estrada de Ferro do Rio Grande à Bagé, certamente, precisarão os construtores dela, algumas quadras próximas às trincheiras, para estabelecimento da estação, como particularmente me declararam os engenheiros Max Lyon e L. Stuller, quando por motivo de estudarem o traçado desta estrada, estiveram por alguns dias nesta cidade. Para um melhoramento de tanta magnitude como uma estrada de ferro, além do direito que assiste, deve-se desde já guardar a preferência, não aforar ou vender estes terrenos á outros, sem que seja primeiro resolvido sobre os que forem necessários à referida estrada (INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1880, p. 17).

A obtenção destes terrenos por parte da Municipalidade foi considerado um dos melhores serviços prestados, a sua encampação não representava somente um projeto de crescimento urbano horizontal, mas aos olhos dos administradores municipais se apresentava como “imenso rendimento anual que dali virá, além de laudêmio cobrado sobre as transferências que se fizerem” (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE 1880, p. 17).

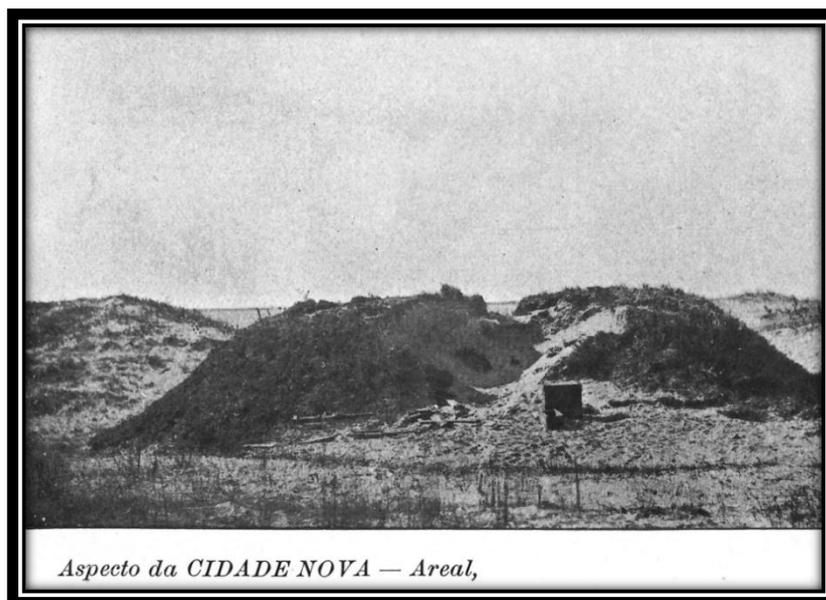


Imagem 9: Cidade Nova na década de 1850. Fonte LEPAN.

Um ano antes da criação da Estação Ferroviária e da nova Fábrica da Rheingantz, já era possível visualizar em meio a este cenário dominado pelos cômoros de areia a nova cidade sendo delineada no plano material. De acordo com o Relatório da Câmara Municipal:

Dos terrenos que fazem parte do domínio municipal – pela concessão de 4 de Junho de 1878 – já a Câmara transato tinha aforado, quando esta tomou posse, - mais de cinquenta quadras, e já algumas destas casas se acham cercadas e em começo de ser beneficiadas. Esta Câmara está persuadida – que logo que comece a funcionar regularmente a estrada de ferro, e seja melhorada a barra da província, sobrarão elementos para fazer crescer e prosperar a nova cidade. Oxalá sejam os estudos autorizados, pelo Governo Imperial, - o prenúncio de uma nova era de desenvolvimento comercial para a província em geral e para esta cidade em particular (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1883, p.6,7).

A distribuição dos terrenos na Cidade Nova é algo que se destaca dentro de um cenário político dominado pela burguesia e o alto empresariado da cidade. O aforamento destes terrenos renderia uma quantia aproximadamente de 3:000\$000, além do imposto municipal. Porém, o foro somente era concedido “a quem oferece vantagens em benefício dos melhoramentos materiais do município”. (CÂMARA MUNICIPAL 1883, p. 4, 5). A forma como estes terrenos foram repassados variava de acordo com o valor oferecido pelo requerente. Os lotes localizados nas

proximidades da Estação Ferroviária - *Boulevard* Buarque de Macedo - podiam elevar-se à quantia dos 250\$000.

O surgimento da Cidade Nova demandou a destruição das antigas trincheiras. O espaço antes ocupado por esta muralha, cerca de quarenta metros, ficou de posse da Administração Municipal, que já havia determinado a construção de um grande *boulevard* que corria “de mar a mar”²², do Saco da Mangueira à Lagoa dos Patos. Os terrenos restantes entre o *boulevard* e a Rua Moron foram vendidos em leilão público pela Intendência do Município.

Nos primeiros anos, a forma como se desenvolveria a ocupação da Cidade Nova esteve envolta em muitas especulações referentes ao desenho e enquadramento definitivo de suas ruas, ao aforamento e rendimento destes terrenos, e ao possível desenvolvimento da região. Entretanto, o efetivo êxito deste projeto de expansão urbana estava diretamente ligado e dependente da instalação de duas grandes estruturas: Estação Ferroviária e a nova Fábrica da Rheingantz. De acordo com Raphael Copstein:

Foi a oeste que situou a área de maior expansão [...] Agora a exigência decorrente da entrada da cidade no campo da indústria não artesanal impeliu a abertura do loteamento até hoje conhecido como “Cidade Nova”. Com isso duplicou-se a superfície urbana. Por mais de meio século, esta foi a principal área de crescimento citadino (COPSTEIN, 1982, p.65).

O Cidade Nova é a primeira experiência de crescimento urbano ordenado. Estava localizado numa região considerada estratégica para o desenvolvimento, visto que toda a área suburbana da cidade se encontrava na direção oeste da península, seguindo o caminho da linha férrea, fosse em direção à Vila Siqueira (Balneário Cassino) ou fosse para Bagé. A partir dele, a cidade ganharia novas formas, novos espaços e dinâmicas sociais, pois, ele insere um novo modelo de ocupação, o loteamento suburbano.

Dentro dessa dinâmica o bairro se constitui como elemento chave para se pensar a cidade da época. O crescimento e o sucesso do mesmo foram exatamente arquitetados em cima da consolidação do setor industrial e da Estação Férrea do Rio Grande, - porta terrestre de entrada e saída da cidade, lugar de convergência de

²² No relatório da Câmara Municipal do ano de 1883, o autor utiliza-se do termo de “mar a mar” para se referir ao boulevard Major Carlos Pinto que ligaria o Saco da Mangueira a Lagoa dos Patos.

muitas de pessoas - localizada no *boulevards* de maior movimentação dentro do bairro.

Como pode ser percebido neste primeiro momento, a Cidade Nova começa a ganhar um sentido real, parte de um anseio da administração municipal, para um projeto em planta e por fim se materializa com o loteamento dos terrenos e a abertura de algumas ruas. Dentro desta temporalidade marcada pelo surgimento de grandes estruturas fabris na área, cabe também o registro de uma composição fundamental para o desenvolvimento desta região, a Companhia Carris Urbanos do Rio Grande.

3.2 Da cidade de areia ao bairro operário

A instalação dessas estruturas modificou a paisagem de areia, em meio aos cômodos surgem construções industriais, trilhos, ruas e habitações. O relatório da Câmara Municipal do ano de 1885 apresenta a seguinte situação:

Com a inauguração do tráfego da estrada de ferro a 2 de Dezembro de 1884, e a com a do serviço da linha de Carris Urbanos a 30 de Outubro, do mesmo ano, tomou a Cidade Nova grande impulso. Também concorreu poderosamente para o aumento das edificações que ali se encontram, e para o movimento da população para aquele lado, o importante estabelecimento dos dignos industrialistas Srs. Rheingantz e C., que se tem desenvolvido sob a hábil administração do Sr. Comendador Carlos Guilherme Rheingantz, de maneira a ser brevemente, se não é já, o primeiro estabelecimento industrial do país (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 1885, p.13).

A grandiosidade da indústria Rheingantz suscitou a demanda de mão de obra especializada e também criou a necessidade de ter pequenas fábricas, oficinas especializadas, em atender as exigências desta indústria. Beatriz Loner (2001) destaca o fato de haver sempre próximo às grandes indústrias uma quantidade de outros estabelecimentos, costumeiramente chamados de oficinas. Normalmente estes estabelecimentos prestavam serviços de consertos, até mesmo fabricação artesanal, fato este, que autora diz ser uma dificuldade do enquadramento característico entre oficinas e pequenas indústrias (LONER, 2001, p. 53).

De fato, a Fábrica Rheingantz gerou uma grande demanda de mão de obra, fosse ela estrangeira ou nacional. Direta ou indiretamente ela foi responsável por concentrar em seus arredores uma grande população de trabalhadores. Entende-se

que não pode ser atribuído por completo o desenvolvimento do bairro a esta indústria, como pode ser visto aqui; são vários os elementos que contribuíram para a consolidação deste como bairro, entretanto, a história da Cidade Nova está completamente permeada pela presença desta moderna indústria.

A seguinte passagem do relatório da Câmara Municipal fornece mais subsídios para a visualização deste cenário ainda em construção.

Já ali se veem outras fábricas que embora menos importantes concorrem para o notável movimento que se observa, já dos operários, já dos veículos de condução de gêneros etc. Como um incentivo de grande alcance para a prosperidade e desenvolvimento da cidade nova, a Câmara pede á patriótica representação da província, que se digne conceder isenção do imposto da décima urbana, para todas as habitações existentes e que possam ser construídas ali durante dez anos. A compensação não se demorará, pois é fora de dúvida que enquanto durar a isenção pedida, muitos prédios serão feitos, já para armazéns e depósitos, já para outros misteres, e daí resultará o aumento da renda correspondente a um maior número de contribuintes (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 1885, p.13,14).

Colocar em prática o projeto de fazer surgir uma “nova cidade” em uma área até então inóspita, era um grande desafio que se colocava à frente das autoridades locais. O projeto inicial do bairro Cidade Nova visava ser um local destinado à classe mais abastada da *urbe*. Entretanto, para que isso realmente acontecesse, foi preciso despertar o interesse deste público para o novo espaço que surgia.

Como já foi dito, a forma de distribuição inicial dos terrenos era por venda, ou por aforamento, consistindo, a segunda, na prática mais utilizada pelas autoridades para promoverem o desenvolvimento populacional no bairro. O foro garantia o direito de posse dos imóveis além de render lucros significativos aos cofres municipais.

A princípio, o projeto de ocupação da nova área não se consolidou como haviam projetado, pois, o mesmo não chamou a atenção do público destinado. O fraco interesse da elite riograndina pela área, atrelado à necessidade de gerar moradia para uma grande massa operária que começava a se formar na região, fez com que as autoridades municipais tomassem novas medidas. No ano de 1885 começou a tramitar na Câmara Municipal o plano que mais tarde resultaria na forma mais eficaz de desenvolvimento do bairro, a isenção das décimas urbanas.

O período que vai de 1884 até o final do século XIX é emblemático dentro da história da cidade de Rio Grande. Encontra-se nessa temporalidade a formação de

uma nova dinâmica urbana, assim como a cidade industrial começa a se consolidar. De acordo com Beatriz Loner (2001, p. 59-60) “em 1888 a cidade apresentava uma população de 20.277 habitantes, sendo que 900 estavam concentrados na Cidade Nova”. A seguinte passagem do relatório da Câmara possibilita uma melhor visualização deste cenário.

Há ruas, nesta cidade, que não têm um único lampião; outras que só contam dois ou três e esses mal localizados. A cidade nova que ocupa já uma área extensa, não conta um só combustor de gás ! Entretanto, a população ali já é superior a mil almas, e é nesta parte da cidade que se encontram as fábricas de tecidos de lã de algodão, a estação da estrada de ferro, e diversos estabelecimentos de certa importância, como curtumes, etc. Só as fábricas de tecidos contam mais de 400 operários, que habitam nas vizinhanças das mesmas. O movimento da população para o lado desses estabelecimentos, é já muito considerável, prolonga-se até á noite, que é quando chegam os trens do interior. (RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1889, p.6).

Conforme já foi dito aqui, o crescimento da Cidade Nova sempre esteve atrelado às estruturas fabris do bairro e adjacências, assim como a Estação Ferroviária. Entretanto, fica perceptível a necessidade de destinar melhorias nas condições do local. O espaço se consolida, crescendo dentro de uma necessidade, de gerar moradia a custos baixos para o público proletariado. Mas este crescimento não resultou em melhorias nas condições de vida, principalmente nas primeiras décadas.

A necessidade de produção especializada fez com que as grandes empresas locais importassem trabalhadores de outras nacionalidades. No início, chegou a existir uma política de importação de mão de obra; com o passar do tempo houve uma tendência de recuo dessa prática, ficando restrita apenas a mestres e contramestres, porém, no caso da Rheingantz, existiam seções compostas de maioria estrangeira (LONER, 2001). Este fato foi mais um contribuinte direto no crescimento da Cidade Nova, tornando a questão da diversidade étnica dentro deste espaço um dado importante para ser estudado.

O geógrafo Raphael Copstein (1975) apresenta os dados de um recenseamento realizado no ano de 1888. De acordo com ele existiam 323 estrangeiros na Cidade Nova, sendo a maioria portugueses. Com a instalação de mais uma grande estrutura, a Fábrica de Charutos Poock, que também importaria

mão de obra, estes números tendem a crescer. O autor também menciona a presença dos imigrantes poloneses²³ na área. Segundo ele, os primeiros grupos de polacos teriam chegado ao Rio Grande do Sul em 1890, não aparecendo então nos dados do autor. Este importante grupo étnico, que marcou presença dentro do bairro, elevaria ainda mais o número de estrangeiros na Cidade Nova (COPSTEIN, 1975, p. 33).

Mestres e contramestres vinham para a cidade sob condições mais adequadas de vida. O mesmo não pode ser dito para o restante dos operários das fábricas que encontravam inúmeras dificuldades no local. De acordo com Loner, a cidade de Rio Grande apresentava péssimas condições sanitárias, chegando a haver inúmeras descrições de miséria, especialmente na Cidade Nova (LONER, 2001, p. 89). De acordo com o relatório da Câmara Municipal:

O progresso industrial e fabril desta cidade é notoriamente grandioso, e cada dia mais se eleva pelo estabelecimento de novas e importantes fábricas. É pois dever da administração municipal providenciar no sentido de facilitar aos proletários meios cômodos de habitação por baixo aluguel, e em condições higiênicas de domicílios. Parece-me que uma lei de isenção de décimas por 10 ou mais anos e de todos os impostos municipais que diretamente recaíssem sobre as construções e sobre os materiais nelas empregados, animaria os capitalistas a tais edificações. Submeto ao vosso esclarecimento critério tão importante assunto. (RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS NEGÓCIOS DO MUNICÍPIO, 1896, p.13,14).

Após ser sugerido pela Câmara Municipal no ano de 1885, o programa o qual previa a isenção das décimas urbanas, diminuição dos impostos relativos à construção e fornecimento de moradia digna ao operário, ainda se encontrava em trâmite na Administração Municipal da cidade. Chama atenção na passagem acima o fato do incentivo a construção. O programa de isenção se aplicaria aos capitalistas e não aos operários, deixando clara a ideia das dificuldades do proletário em adquirir terreno e construir casa, naquele primeiro momento do bairro. O operariado se valeria dessa decisão por meio da determinação nos preços dos alugueis e das condições higiênicas, entretanto, as condições sanitárias do bairro eram algo preocupante.

²³ Sobre a imigração polonesa no Rio Grande do Sul ver: GRITTI, Isabel Rosa. **IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO POLONESA NO RIO GRANDE DO SUL**. Rio Grande do Sul: Martins Livreiro, 2004.

A concentração operária na área da Cidade Nova gerou também uma série de outros problemas decorrentes da precária estrutura do local. Como assim se percebe:

Está se tornando cada vez mais necessária, a vista do desenvolvimento da população desse bairro, a construção de um mercado para a comodidade de seus habitantes, em sua maior parte operários das fábricas ali estabelecidas, os quais vêm-se diariamente obrigados a vencer grande distância para chegar ao mercado da praça General João Telles o único existente na cidade. (RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS NEGÓCIOS DO MUNICÍPIO, 1896, p.8).

Conforme mostra o trecho do relatório, os moradores deste novo espaço careciam de um mercado para realizarem suas compras. Dessa forma, precisavam atravessar a cidade deslocando-se até o Mercado Municipal da Praça General Telles, atual Praça Xavier Ferreira. Neste primeiro momento, que compreende as duas últimas décadas do século XIX, observa-se a consolidação da Cidade Nova atrelada ao público operariado das indústrias locais. No entanto, o dito espaço projetado ficou restrito ao alinhamento das ruas e quadras, pois, como fica evidenciado, o lugar carecia de toda e qualquer tipo de infraestrutura urbana.

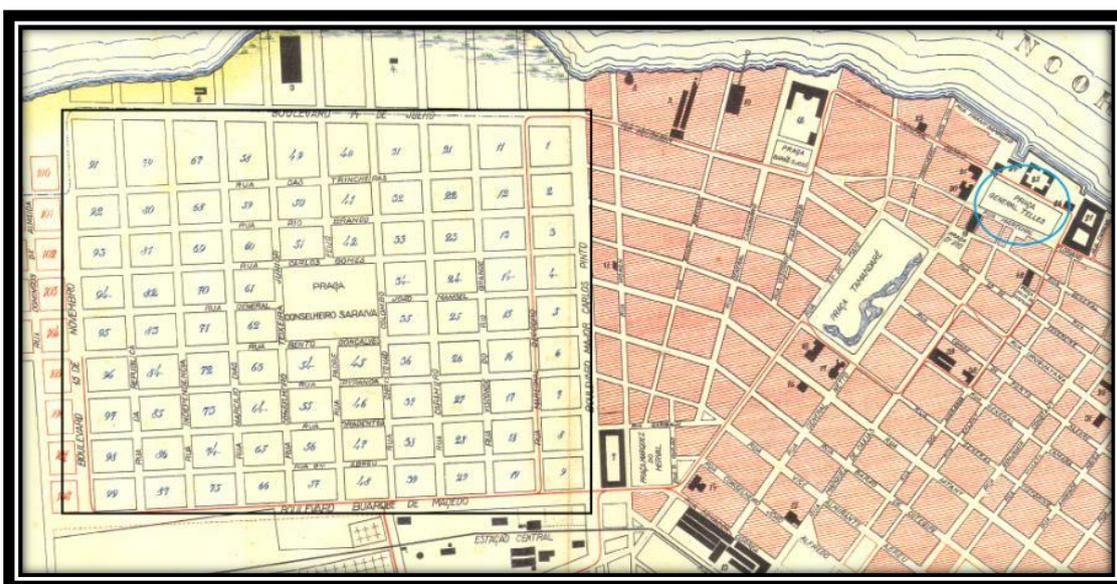


Imagem 10: Em primeiro plano, preto, o bairro Cidade Nova em azul o mercado. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso

As condições higiênicas da cidade por inteiro eram preocupantes. No ano de 1896 o Relatório da Câmara apresentou grande discussão sobre esse assunto. O serviço de remoção do lixo das ruas, praças e residências era feito constantemente por uma empresa particular, pertencente a Jose Antônio de Freitas. Neste período, a cidade não contava com forno para a incineração do lixo, porém, as autoridades locais almejavam a construção de um, desde que, o calor gerado pela queima deste lixo fosse aproveitado para outros setores, tal como a energia elétrica (RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS NEGÓCIOS DO MUNICÍPIO, 1896, p. 4).

O serviço de coleta dos materiais fecais e águas servidas até então não era obrigatório, fato que fazia com que uma parcela muito pequena da população utilizasse este serviço, vindo a despejar estes dejetos nos próprios pátios de suas casas.

A partir deste mesmo ano, 1896, o Intendente Municipal decretou obrigatório este tipo de serviço. A Companhia de Asseio Rio-Grandense, empresa responsável por este trabalho, teve o seu contrato renovado por mais 12 anos. Dentro disso, um novo espaço foi destinado para o despejo destes materiais, o qual passou a ser feito na altura do *Boulevard* 14 de Julho, atual Avenida Portugal, entre as Ruas Cristovão Colombo e Caramuru, bairro Cidade Nova.

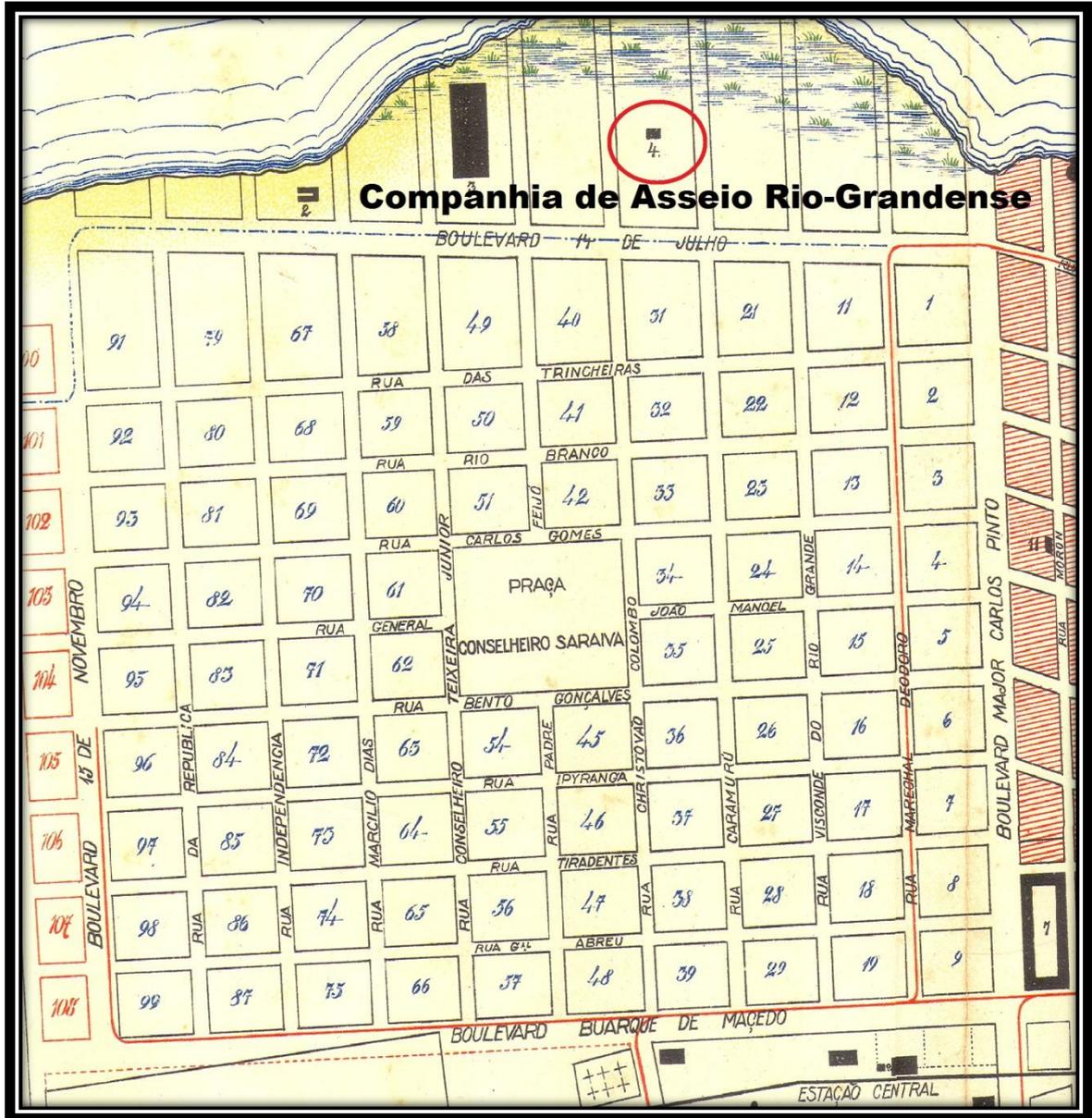


Imagem 11: Local onde estava localizada a Companhia de Asseio Rio-Grandense, bairro Cidade Nova. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso

A cidade que emergia em meio aos cômodos de areia começava a ser delineada na medida em que lotes, quadras e terrenos eram cercados com arame, ou erguidas pequenas casas de madeira nestes espaços. Muitos destes lotes eram ofertados em editais publicados na imprensa local. Os interessados deveriam apresentar suas propostas junto à Intendência do Município; a de maior valor consequentemente ganhava o direito de propriedade sobre a terra.

Nesse período inicial da Cidade Nova também se verifica o descaso em relação à propriedade. Os relatórios da Câmara Municipal e Intendência demonstram isso. Muitos foreiros não manifestavam interesse pela propriedade, não

promovendo os cuidados necessários para o desenvolvimento do local e não pagando os devidos impostos. Dessa forma, a Intendência Municipal tentava realizar acordo junto ao responsável pela posse. Em caso de não empenho do proprietário em buscar o acordo, o terreno voltava à posse da Administração Municipal.

O relatório da Câmara do ano de 1903 mostra que essa nova cidade, recém surgida, avançava sobre o terreno arenoso, gerando uma série de percalços e necessidades, as quais se colocavam a serem resolvidas, pela Administração do município, entre elas o alinhamento das ruas.

Atendendo-se ao que requereu a 30 de Janeiro último D. Elisa Leontina Berand, por seu procurador, Sr. João Rodrigues, proprietária de uma quadra de terreno sem benfeitorias, com 100m,00 de frente por 85m,00 de fundo na Cidade Nova, que achava-se encravada em partes nas quadras 31 e 40 e no Boulevard 14 de Julho, interceptando assim não só o prolongamento da rua Cristovão Colombo como o alinhamento do dito Boulevard, e sendo conveniente fazer desaparecer tais irregularidades, foi por ato n.299 de 16 de Maio, cedido a mesma D.Eliza Leontina Berand, em permuta da quadra descrita, um terreno do domínio municipal, isento do foro e o qual ficou sendo sua exclusiva propriedade, medindo este terreno 82m,50 a leste pela rua Caramuru, 87m,50 a oeste pela Cristovão Colombo, 100m,00 ao norte pelo citado Boulevard 14 de Julho, e limitando ao sul com terrenos ainda devolutos. Assinado o respectivo termo de permuta a 21 de Maio, foi expedido na mesma data o título de propriedade (RELATÓRIO CÂMARA MUNICIPAL 1903, p.23).

Neste caso, observa-se a existência de uma necessidade de desocupação do terreno, para tornar possível o alinhamento das ruas Cristovão Colombo, *Boulevard* 14 de Julho e Rua Caramuru. Entretanto, através deste trecho, também é possível perceber a não existência da Rua das Trincheiras, atual Rua Visconde de Mauá. O novo lote concedido limita-se ao sul por terrenos ainda devolutos e não pela presença de uma referida rua, como mostra o mapa da imagem seguinte.

A Cidade Nova carece de muitos melhoramentos ainda não encetados e que, no entanto, alguns trariam aumento de renda para a Intendência. Um dos mais importantes é o abastecimento de água que esta Intendência poderá fazer com as despesas de cem contos [...] Outro melhoramento, que é urgente, é a iluminação pela luz elétrica, que poderá ser intentada por meio de concorrência pública, e subvencionada para animar a quem se proponha fazer tal serviço. Essa iluminação será pública e particular, fornecendo ao mesmo tempo a usina energia elétrica, como força motora. A atual iluminação, que é feita a querosene, é insuficiente e mal distribuída, pois que há ruas com poucos lampiões e outras sem nenhum. Outra dificuldade com que lutam os moradores dessa parte da cidade é o escoamento das águas pluviais que ficam sem saída para a mangueira (Saco) e para o litoral, em grande parte impedidas pela Estrada de Ferro Southern Brazilian, que numa zona de muitos metros não tem bueiros [...] (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, PARTE VI 1902, p.4,5).

O problema do abastecimento de água e serviço de esgotos não estava restrito somente à Cidade Nova, era uma questão muito maior que afetava em diferentes níveis toda a população riograndina da época e, por isso, foi elevado a proporções maiores, tomando ares de uma cruzada sanitária. A Companhia Hidráulica Rio-Grandense cada vez mais se mostrava incapaz de fornecer um serviço de qualidade a uma cidade em elevado nível de crescimento populacional (PEDROSO, 2008).

A iluminação na Cidade Nova era um problema constante dos moradores do local e se arrastaria ainda por alguns anos até ser resolvido. A Intendência Municipal fornecia, através de contratos com firmas particulares, a iluminação das ruas. A nova concessão fechada com Serafim de Paula Freire não alterou em praticamente nada a qualidade do serviço, que era distribuído em 56 lampiões de querosene (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1902).

A diferença de benefícios oferecidos aos moradores do centro e da Cidade Nova pode ser muito bem evidenciada, até mesmo por esta questão da iluminação. Enquanto a cidade recebia iluminação via combustores de gás carbônico totalizando 385 unidades para iluminar 358 ruas, e o restante distribuído entre praças e jardins públicos, a Cidade Nova era atendida por poucos e precários lampiões (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE, 1902).

A falta de investimentos em infraestrutura no bairro também pode ser percebida pelos valores investidos neste espaço. No ano de 1902 foram gastos em melhoramentos na Cidade Nova, 4:428\$360. Este valor aparentemente pode representar uma cifra alta, porém, quando comparado aos demais serviços prestados pela administração municipal, por exemplo: a conservação de praças e

jardins, onde foram gastos 35:064\$341, este valor gasto no bairro se apresenta como muito baixo. (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1903, ANEXO N. 13).

Evidentemente que 56 lampiões não seriam suficientes para fornecer iluminação a todas as ruas da Cidade Nova. Muitas casas foram erguidas em locais onde não existia nenhum tipo de serviço, tal como água - problema que só seria resolvido na segunda metade do século XX - e Iluminação. Abrandando este problema, a Intendência Municipal passou a isentar dos impostos das décimas urbanas todas as casas construídas na Cidade Nova nos locais ainda não atingidos pela iluminação (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1903, p. 25).

Os problemas na Cidade Nova, entretanto, não ficaram restritos somente aos melhoramentos urbanos. Como se pode verificar no trecho seguinte extraído do relatório da Intendência. De acordo com o documento:

Diversos moradores e proprietários da Cidade Nova, em memorial, solicitaram a esta Intendência a sua intervenção junto do poder competente no sentido de ser criada ali uma escola publica mista para atender convenientemente á educação intelectual de grande numero de crianças que não podem frequentar as escolas existentes em outros pontos daquela localidade (RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1902, terceira parte, p.2).

O aumento populacional nos arredores da Rheingantz, Cidade Nova, trouxe também a necessidade de criar uma escola mista, voltada para atender alunos de ambos os sexos. Em 1904, por iniciativa dos governos Estadual e Municipal, foi criada uma série de escolas voltadas para o atendimento dos distritos rurais. Entre essas, destaca-se a fundação de uma escola, no primeiro distrito, localizada “entre as fábricas de tecidos da Companhia União Fabril e o Parque Rio-Grandense”. Este estabelecimento de ensino no início contava apenas com uma professora, D. Alice de Assumpção Pinto, responsável pelo ensino de aproximadamente 66 alunos. Ainda no mesmo ano, outra professora seria nomeada como adjunta, D. Albertina Assumpção Pimentel, vindo essas duas a serem as responsáveis pelo ensino de muitas crianças do bairro (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1904, p.4,34).

Uma das maiores arrecadações para os cofres municipais provinha do Matadouro Municipal, localizado até então na Avenida Rheingantz próximo ao

Parque. No entanto, há alguns anos esta estrutura demonstrava necessidades de reformas e ampliação. Este empreendimento foi muito discutido entre as autoridades municipais que optaram pela construção de um novo Matadouro em um novo local. A obra teve início em 1903 e estava localizado numa área conhecida como “Vendinha” na Volta da Praia (Atual Rua Henrique Pancada) (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1904, p. 36).

A construção do novo Matadouro municipal, em uma área distante do centro, demandou também o prolongamento das linhas do bonde até este estabelecimento, visto que o atendimento do Matadouro com este serviço estava assegurado no próprio contrato da empresa. A Companhia Viação Rio-Grandense projetava, então, ligar o final da linha, no Parque, com o novo Matadouro, assim como estender pelo *Boulevard 14 de Julho* e Volta da Praia até o novo Matadouro.

No dia 1º de Janeiro de 1905 foi inaugurado o Matadouro Municipal. A nova instalação atendia aos padrões internacionais, e era tida pelas autoridades do município como uma das mais modernas do Estado. A grande estrutura estava também atendida por uma linha de bondes, os quais já se encontravam em trânsito provisório desde o ano anterior (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1905, p.10).

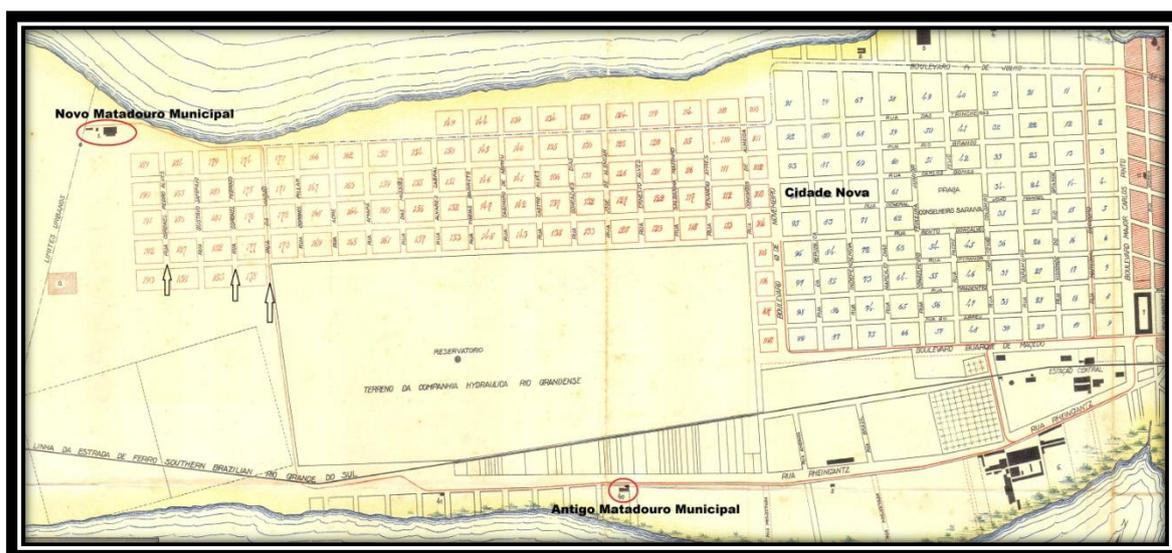


Imagem 13: Antigo Matadouro e Novo Matadouro, interligados pela linha dos bondes. As setas indicam os novos loteamentos surgidos com a instalação dessas estruturas. Planta Geral da cidade de Rio Grande, 1904. Fonte: Biblioteca Rio Grandense. Adaptado por Ticiano Pedroso

A instalação do novo matadouro também ocasionou a abertura de novos loteamentos na região. Muito embora não estejam dentro dos limites geográficos da

Cidade Nova, estão inseridos dentro da dinâmica de crescimento urbano planejado na direção oeste da península.

Nos relatórios da Intendência Municipal estas novas ruas, Viação, Coronel Pedrozo e Coronel Pedro Alves, aparecem a partir do ano de 1907 e são classificadas como terceiro distrito urbano pertencente à Cidade Nova. Porém, estas e outras ruas já poderiam ser verificadas na planta da cidade do ano de 1904, sendo apresentadas como cidade em projeto.

O problema relativo à iluminação da Cidade Nova foi resolvido em 1908, quando esta iniciou, por meio de energia elétrica. Os antigos e escassos lampiões de querosene foram substituídos por 159 lâmpadas incandescentes. Já na região central da cidade, a iluminação de gás carbônico também sofreu modificações positivas, tendo um acréscimo significativo no nível dos combustores e velas²⁵.

Tentando dar continuidade ao projeto de melhoramentos urbanos que incluía, não só a iluminação, assim como uma série de medidas a serem tomadas na busca por uma melhor qualidade de vida dos habitantes da cidade de Rio Grande, o então Intendente Municipal Capitão Dr. Juvenal Octaviano Miller contrata, em 1908, a maior autoridade em engenharia sanitária do país, Francisco Saturnino de Brito. Como podemos verificar no trecho extraído do relatório da Intendência municipal. De acordo com ele:

Problema capital dentre os melhoramentos que se impõem a esta cidade, tudo tenho envidado para solucioná-lo convenientemente e posso afirmar-vos corroborando as promessas que fiz por ocasião de minha posse, que não regatearei esforços para dentro deste novo período administrativo encetar, afinal, as imprescindíveis obras. Para isso contratei com o Doutor Saturnino de Brito, engenheiro chefe da cidade de Santos e nome feito na engenharia sanitária, o projeto desses serviços. Por esse contrato o competente profissional obrigase a dar com o projeto completo de águas e esgotos uma planta da cidade, conforme as bases aqui estipuladas [...] (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE, 1907-1908, p.12).

O contato estabelecido entre e o Intendente e o engenheiro Francisco Saturnino de Brito foi o maior esforço já destinado aos melhoramentos urbanos. Chegando à cidade em 1909, Brito andou por diversos lugares da região, do centro da cidade até o interior rural, fez breves estudos acerca das condições geográficas e

²⁵ Os 406 combustores de 9 velas foram substituídos por 750, sendo 300 de 67 velas e 450 de 33. RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1907-1908, p. 4.

climáticas, obtendo diversas conclusões sobre como se daria o projeto de abastecimento de água e rede de esgotos.

Destaca-se a observação feita por Saturnino de Brito sobre a Cidade Nova. De acordo com o engenheiro:

A cidade Nova precisa merecer desde já a atenção, porquanto aí se desenvolvem as habitações, sem ordem, e o que pode facilmente se tornar um distrito salubre está sendo preparado, pelo não cuidar, para construir também um campo de luta contra a morte. Chamo a atenção para a convivência de serem imediatamente estabelecidas por lei as áreas centrais dos quarteirões e as vielas sanitárias, não podendo ninguém edificar nos lotes interessados, sem que ceda o terreno para o pátio central, para o pulmão do quarteirão (BRITO, 1917, p.88).

A impressão registrada de Saturnino de Brito sobre a Cidade Nova, publicada no seu relatório de saneamento do Rio Grande, chama a atenção pelo convívio próximo dos moradores com uma infinidade de doenças, cujas causas estavam diretamente ligadas às precárias condições sanitárias.

O destaque dado para uma possível obrigatoriedade de existir áreas centrais nos quarteirões e a construção de vielas sanitárias revela uma aglomeração desordenada de casas. A criação de um pátio central em meio aos quarteirões auxiliava na circulação de ar, no lazer e também servia como um meio de controle do espaço, padronizando a divisão espacial do quarteirão. Já a obrigatoriedade de construção de vielas sanitárias revela o fato da não existência de qualquer outro meio de descarte das águas. Conforme já foi dito aqui, a grande maioria das águas servidas eram despejadas nos próprios quintais de casa.

Outra questão se sobressai dentro deste contexto, o lixo. Já foi mencionado o destino dado aos materiais fecais e águas servidas, os quais eram despejados nas dependências da empresa responsável pela coleta, localizada no *Boulevard* 14 de Julho entre a Rua Colombo e Rua Visconde do Rio Grande, Cidade Nova. No entanto, a partir da segunda metade da década de 1910, os relatórios da Intendência Municipal mencionam o aterramento de algumas ruas da Cidade Nova, fazendo exatamente uso do lixo urbano para esta atividade. O local onde este tipo de lixo era descartado também ficava na Cidade Nova, de acordo com o relatório:

A descarga e a incineração do lixo continuam a serem feitas ao ar livre, à beira-mar, no prolongamento da Rua Marechal Deodoro, sendo os resíduos destinados ao aterro de uma vasta área

pantanosas que ali existe. Após a passagem das carretas à hora regular, percorrem as ruas principais dois carrinhos aperfeiçoados, que recolhem as pequenas varreduras. A cargo da administração da Limpeza está o batimento das águas que se acumulam nas sarjetas, o que desaparecerá após o estabelecimento da rede de esgotos, prestes a ser iniciada (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, 1910-1911, p. 24).

A Cidade Nova se consolidou como o espaço do indesejável. Nele estavam concentrados operários de baixa renda, desprovidos de meios sanitários básicos, essenciais na qualidade de vida. Essas pessoas, em grande maioria viviam de aluguel, em casas de madeira, divididos em vários e apertados cômodos, convivendo diariamente com o risco de contaminação por doenças. A cidade que emergiu em meio aos cômodos de areia era marcada pela precariedade em todos os aspectos, desde a água, - que só existia por meio de poços e cacimbas - despejo dos materiais fecais, e até mesmo da utilização do lixo urbano como aterramento de ruas.

A consolidação econômica da cidade no setor de importação e exportação, e o erguimento da primeira fábrica têxtil do país foram responsáveis por mudarem o cenário urbano. No transcorrer do tempo, algumas ideias começam a tomar forma e ganham cor na voz de políticos locais. Estes homens que constituíam elite riograndina, estavam defendendo os seus próprios interesses; foram eles os protagonistas de uma trama, que envolvia todas as esferas de poder da época. O surgimento do bairro Cidade Nova é visto aqui como um investimento rentável dessa camada social.

O direito de explorar os terrenos situados além dos limites territoriais criava uma nova dinâmica na cidade. A partir deste momento, era criado o subúrbio operário em Rio Grande. Este espaço marcaria um novo rumo. Nele foram fixados tudo o que a cidade não poderia comportar: grandes indústrias, curtumes, matadouros, despejo do lixo e o operariado de baixa renda.

Os loteamentos ofertados por meio de foro restringiram-se apenas aos que poderiam contribuir com o desenvolvimento da cidade, deixando de lado a possibilidade de se criar moradia própria para os operários e abrindo um enorme campo fértil para a exploração da terra e imobiliária.

De acordo com Bittencourt (2007) Rio Grande da época era uma cidade consolidada por uma burguesia mercantil, de hábitos europeizados. Dessa forma, os padrões do velho mundo acabavam por serem reproduzidos por aqui. A criação

de bairros operários em locais fora do centro urbano era comum e parece ter inspirado os governantes locais²⁶.

A influência da *belle époque* não tardou a surtir os efeitos na sociedade riograndina, que passou por um processo de europeização tanto dos seus espaços públicos de lazer (praças, jardins e ruas) como, também, os hábitos e costumes da população foram forjados em busca de um novo padrão comportamental.

O embelezamento e a higiene da cidade intensificou as vivências da rua, a relação do habitante com o meio urbano tornou-se mais agradável, os passeios no final de tarde, na Rua Marechal Floriano, tornaram-se um hábito comum. De acordo com Bittencourt (2007, p 81-82) “as ruas centrais deixam de ser um espaço onde outrora se forjava uma cultura popular para serem vistas como espaços de circulação remetido às esferas de consumo e do trabalho”.

A instalação de grandes estruturas fabris, ou até mesmo das destinadas a atender essas indústrias foram os fatores de maior sucesso na consolidação deste novo espaço em fazer-se bairro. A cidade caminhou na direção oeste, e para este avanço sob o terreno arenoso da península, os bondes deixaram a sua contribuição. Foram determinantes na formação de uma nova paisagem urbana que a partir deles passou a fazer parte do imaginário da população riograndina. O centro urbano, já não estava mais tão distante do subúrbio operário, havia uma ligação e uma lógica nisso tudo. A lógica de valorização do novo lugar, de benefícios oportunos de um grupo de acionistas composto de políticos e capitalistas locais.

A Cidade Nova não despertou grandes interesses em seu início, muitos tiveram o seu direito de foro cassado, por não pagarem o imposto e não investirem no local. Dessa forma, os terrenos voltavam para a Intendência que novamente tratava de repassá-los. Por se tratar de lotes grandes, um quarteirão, favoreceu a exploração imobiliária, pois essas quadras eram divididas em vários terrenos e neles eram erguidas casas de madeira que eram alugadas por inteiro ou cômodos.

A nova cidade que emergiu da areia seguiu o desenho da planta, em nome do alinhamento das ruas, terrenos foram cortados, pequenas lagoas e banhados foram aterrados e cômodos retirados. Com isso, o bairro adotou a tendência inicial de ser o

²⁶ Sobre os hábitos e costumes da sociedade riograndina ver: Bittencourt, Ezio da Rocha. Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade: sociabilidades e cultura no Brasil Meridional – Panorama da História de Rio Grande. – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2007. 2ª. Ed.

primeiro espaço projetado, porém, esta concepção só pôde ser percebida no enquadramento de suas ruas.

A precariedade material se fez presente na Cidade Nova. De início faltava luz, água, esgoto, calçamento, mercado e qualquer outra forma de amparo ao morador do bairro. O crescimento da cidade caminhou na direção oeste havendo uma conseqüente valorização do local. Algumas questões foram resolvidas, outras amenizadas e outras permanecem ainda em aberto como é o caso da rede de esgotos. As propostas idealizadas por Saturnino de Brito ao bairro não se concretizaram, os pátios centrais localizados no meio de cada quarteirão sucumbiu perante a especulação da terra e do espaço.

A cidade Nova chega ao século XX dentro deste panorama brevemente apresentado. Esquecida dentro da História local, passou despercebida por anos, sempre vista como apêndice urbano. As obras da barra e construção do Porto Novo trariam muitos trabalhadores da área para dentro do bairro, assim como o progresso da Viação Férrea também marcou a história desta espacialidade. Gilberto Cardoso diz que a importância política da Cidade Nova nasceu em 1924 com o Grêmio Republicano Borges de Medeiros. Essa entidade política viu no subúrbio, composto por inúmeros imigrantes e brasileiros, operários, o grande ingrediente político para conquistar novos eleitores (CARDOSO, 2011, p. 8).

A consolidação do local, atrelada à necessidade de crescimento urbano, levaram à busca por novas áreas destinadas a expansão. Como pôde ser visto, no início do século XX, a instalação do novo Matadouro Municipal ocasionou a abertura de loteamentos, aparecendo estes dentro das estatísticas da Cidade Nova. Mesmo tendo os seus limites definidos por quatro *Boulevards*, entende-se a Cidade Nova como uma dinâmica que expressa a forma de moradia simples, o padrão operário de vida em uma região totalmente carente de infraestrutura urbana. Seguindo os trilhos dos bondes, a cidade avança na direção oeste e os antigos limites do bairro se dissolvem na memória das novas gerações que passam a enxergar a Cidade Nova muito além do que realmente ela é.

Capítulo IV - UM BAIRRO NARRADO

4.1 Percepções de entrevista: os personagens

Neste capítulo se fará uma incursão pela década de 1950, período em que os narradores irão rememorar as vivências no bairro Cidade Nova. A temporalidade não segue uma exatidão, pelo fato de que os personagens, em determinados momentos, não conseguem apurar com clareza as datas específicas de acontecimentos, dessa forma, remetendo sempre a datas aproximadas, tais como início, meados e final da década.

A condução da narrativa se dará por meio das memórias de nove indivíduos, que, no decorrer de suas vidas tiveram trajetórias distintas, porém, é possível perceber nas suas lembranças a marcante presença do trabalho nas indústrias locais, assim como também se verifica os elementos estruturais de um bairro que hoje só existe nas suas lembranças.

Apresentamos aqui de maneira breve os nove personagens que irão nos conduzir neste estudo.

Honorina Brito

Honorina teve sua história de vida toda construída dentro do bairro. Por ter trabalhado durante muitos anos na Fábrica Rheingantz se constitui numa personagem essencial para este estudo.

Honorina, “nascida e criada no bairro”, como ela mesma se descreve é uma senhora de 80 anos de idade, estatura baixa, alegre, muito falante e vaidosa, faz questão de manter o cabelo bem arrumado e de estar sempre com o batom retocado.

Oriunda de família de operários, também teve o trabalho nas indústrias do bairro como forma de manutenção. Seu pai, um pernambucano ex-militar, andou no sertão nordestino caçando o bando de Lampião, Corisco e Maria Bonita. Foi mandado para Bagé, fronteira do Sul do Estado, para trabalhar na defesa do território. Nesse tempo conheceu a mulher, que se tornaria sua esposa. Deu baixa do exército e desempregado na falida região da campanha seguiu uma tendência da época. Pegou o trem e vieram para Rio Grande, cidade de muitas indústrias e oportunidades. Desembarcou com algumas malas, esposa, quatro filhos e muitos sonhos de uma vida melhor. Trabalhou na Swift, mas se envolveu em um conflito

com um capataz, batendo nele com uma pá, por causa disso foi para na delegacia de polícia. Depois desse episódio, resolveu não voltar mais para o emprego, e foi ganhar a vida como vendedor ambulante. Vendia ovos, frutas e jornais nas ruas da cidade e do bairro.

Honorina viveu grande parte de sua infância e juventude na Rua Tiradentes, 470, quase esquina com Rua Cristovão Colombo. Em 1945, com 15 anos de idade foi trabalhar na fábrica de tecidos Rheingantz, local onde permaneceria por 25 anos. Lembra detalhadamente do cotidiano na fábrica.

[...] todos os chefes eram alemães, muito carrasco, muito, muito ruim. Eu trabalhei na fiação, era umas máquinas que entravam e saíam, era muito perigoso. Depois fui trabalhar nos tapetes, mas eram uns tapetes feito a mão, um por um. Eu vivia trocando de setor.

Honorina conta com detalhes minuciosos o seu cotidiano.

Eu pegava às 6 horas da manhã lá (Rheingantz), eu me levantava, fazia um foguinho de carvão, assoprava no buraquinho do fogareiro, botava a chaleira no fogo, acendia o fogo, e ia correndo buscar o pão, a padaria ficava a uma quadra. Então eu ia lá pegava o pão, passava uma manteguinha, quando tinha, (graça a Deus sempre tinha) me arrumava, colocava o café dentro de uma garrafa, do tempo da garrafa de gasosa pegava o pão e pernas pra que te quero. [...] Na hora do café a gente colocava aquela garrafinha com um cordão aqui, largava dentro de um tonel de água quente, quando ela aquecia agente tomava o café escondido do chefe [...].

Conheceu o seu marido, um operário da indústria ferroviária, em um baile de carnaval no Esporte Clube União Fabril, local que pertencia à fábrica Rheingantz. Com ele, casou-se, aos 24 anos e teve o seu único filho. O casamento trouxe melhores condições de vida, que são representadas pela mudança para um novo local, ainda no bairro, e uma casa em melhores condições de moradia.

Hermelinda Silva

Conheci a senhora Hermelinda quando fui realizar a entrevista com a senhora Honorina. Aproveitando o andamento das conversas ela me falou sobre os aspectos do cotidiano e do trabalho nas indústrias do bairro

Hermelinda parece carregar no próprio corpo franzino e na fala mansa e fina a história de uma vida de muito trabalho. Ao longo de 80 anos vividos dentro do bairro

e na mesma casa, essa senhora afirma realmente ter encontrado a tranquilidade nos últimos três anos, após o falecimento de seu marido. A afirmação que, num primeiro momento, soa como algo estranho, encontra explicação quando a Sra. Hermelinda conta detalhes de sua vida privada. “Eu passei muito trabalho na vida, agora eu tenho mais liberdade, agora eu tô melhor que nunca”.

A vida sofrida marcada pelo “*trabalho fora*”, nas indústrias do bairro, somada aos cuidados destinados ao marido doente, mutilado por doenças circulatórias e ao filho alcoólatra, fazem de Hermelinda uma pessoa diferente. Diferente, porque nesta entrevista, nos momentos mais intimistas, fica muito clara a trajetória de uma vida pautada pelas adversidades. Hermelinda não conta alegrias, não sorri, nem mesmo quando rememora a sua infância, porque sua infância foi trabalho, embalando sacos de carvão para que seu pai, um imigrante português, pudesse vender nas ruas do bairro.

Aos treze anos de idade, Hermelinda já estava trabalhando duro, dentro da fábrica de tecidos Rheingantz. Trabalhou na fiação, fazendo maçarocas de lã, saiu aos dezenove para se casar e após retornou para a mesma indústria. Depois disso, foi trabalhar em outro setor econômico da cidade, as indústrias de pescados. Trabalhou durante muitos anos no camarão, um serviço perigoso e sujo, como o descreve.

Lazer é uma palavra que ela parece não conhecer, não frequentava bailes, cinema, jogos ou qualquer outro tipo de distração, sua vida ficou restrita a “serviço e filhos, tive oito filhos, naquele tempo não se tinha muitas regalias”. Hermelinda conheceu o seu marido através de uma paquera de janela. “No bairro tinha aquelas tropas de boi, ele era tropeiro, então quando a gente começou a namorar eu sabia que meia noite ele ia passar e eu ia pra janela, mas a janela com os vidros fechados”.

Iolanda Vaz

Ao longo de sua vida sempre residiu no bairro, morou em diversas ruas, e conhece muito bem os aspectos do cotidiano da Cidade Nova, por este motivo foi escolhida para contribuir neste estudo.

Iolanda é uma senhora magra, alta, de caminhar lento, e de fala muito serena. Hoje em dia um problema de coluna fez com que ela tenha que caminhar com o auxílio de uma bengala. Mora sozinha em uma grande casa na movimentada Avenida Buarque de Macedo. Seu filho mais velho é médico na cidade de São

Paulo, sua filha caçula que morava com ela faleceu há poucos anos. Mesmo tendo essa triste história, marcada pelas perdas do marido, da filha e a distância que a separa do filho, Iolanda se mantém firme e sorridente, tomando conta de si mesma, tendo como fiéis companheiros seus animais de estimação.

Ao longo dos seus 80 anos de vida, passou grande parte dela, quase 70 anos no bairro Cidade Nova. Neste lugar conheceu o seu marido, casou e teve seus dois filhos. Esta senhora, ao contrário das já apresentadas aqui, tem uma trajetória muito distinta das demais, ela nunca trabalhou fora. Sempre esteve ligada às questões domésticas, sua percepção de trabalho não está ligada à fábrica, padrões e rotinas de funções, mas sim às lidas do lar.

Chegou ao bairro no início da década de 1940, morou durante alguns anos na Rua Dr. Augusto Duprat, dividindo os 4 cômodos da casa com muitos outros familiares. De sua infância lembra das brincadeiras de criança até tarde na rua, “quando o bonde passava a gente abanava para eles, era muita brincadeira”.

Em 1948, o seu tio, responsável pelo sustento da família, comprou uma casa na Rua Dom Pedro I. Era casa grande de oito peças, com pátio amplo, pomar, parreiras e muitas árvores frutíferas.

Recorda de suas amigas que trabalhavam na fábrica de charutos e nas fábricas de tecidos, “Rio Grande já teve tudo, tudo começou aqui, a primeira fábrica, a primeira banda marcial e hoje não tem mais nada, [...] foi tudo política a Swift mesmo foi o Brizola que mandou fechar”.

Iolanda tem olhar bastante crítico a respeito do bairro, é uma senhora muito bem informada, lê o jornal todos os dias, sabe muitas coisas a respeito da história da cidade, assim como, formula hipóteses e opiniões a respeito de possíveis melhorias para o bairro. E aponta a ausência da rede de esgotos na Cidade Nova como o principal problema a ser resolvido pelas autoridades locais.

Jurandir Pedroso

Jurandir viveu toda a sua vida no bairro e arredores. O fato de ser um exímio conhecedor da localidade foi determinante na escolha desse personagem, que entre todos os entrevistados, foi quem mais forneceu informações.

Jurandir aparenta uma idade muito menor da que tem. Aos 73 anos de idade, o funcionário público, aposentado da Prefeitura Municipal de Rio Grande, é pai de quatro filhas, avô de duas meninas e um menino. É do tipo daquelas pessoas que o

tempo parece não criar barreiras para nada, fato este que se confirma por ter resolvido aprender a tocar violão agora, “depois de muito tempo criei coragem e entrei para uma escola de música”. Sempre bem informado, não abre mão da sua leitura diária do jornal, acompanha em primeira mão as notícias do seu time, o Grêmio, assim como está sempre a par dos acontecimentos políticos, esportivos e culturais da cidade.

Nasceu na Cidade Nova e ao longo dos seus 73 anos Jurandir passou quase todos eles dentro do bairro. Grande parte de seus familiares ainda vivem nas mesmas casas de antigamente, localizadas na Rua Dom Pedro I. Quando casou, mudou-se para a Rua Minas Gerais, esquina com Rua Bento Gonçalves no Bairro Miguel de Castro Moreira, este surgido nos anos 1950 no mesmo seguimento da Cidade Nova.

Jurandir fez de tudo um pouco na vida; quando criança trabalhou como auxiliar de alfaiate, quase se tornou jogador aspirante de futebol, no Esporte Clube São Paulo, mas uma bolada quebrou seu nariz, e na época em que os jogadores praticamente jogavam por amor a seus clubes, seu pai o impediu de continuar a carreira, preferindo que o filho desse seguimento nos estudos. Nas indústrias locais trabalhou na estamperia de latas da Leal Santos, além de ter desempenhado inúmeras outras funções nas indústrias de pescados e alimentos. Trabalhou na Swift, e afirma que “lá foi o melhor emprego que eu tive na vida” depois de rodar por vários empregos não muito duradouros, encontrou a estabilidade na Secretária de Obras e Serviços Urbanos da prefeitura Municipal, onde permaneceu até se aposentar.

Jurandir rememora com maestria os detalhes do cotidiano do bairro e de sua vida. O lazer no bairro operário é descrito detalhadamente quando o entrevistado relembra o jogo de sapo, os bailes no Ipiranguinha, as sessões de cinema no Salesiano e o futebol amador e profissional, algo que ele conhece com a propriedade de quem viu sair da Praça Saraiva grandes jogadores que mais tarde se tornariam conhecidos nos gramados regionais.

Os muitos anos trabalhados na Secretaria de Obras e Serviços Urbanos possibilitaram um conhecimento muito grande acerca dos melhoramentos urbanos realizados na cidade. Jurandir se lembra de datas em que determinadas atividades foram realizadas, por exemplo, o momento em que a rede de saneamento foi implantada no bairro Getúlio Vargas, ou o momento em que algumas ruas da Cidade

Nova receberam o calçamento. A memória detalhista somada ao olhar crítico de quem durante anos esteve no *front* das melhorias urbanas de Rio Grande faz com que ele seja uma fonte primordial neste trabalho.

Neli Marques

Foi escolhida para a entrevista pelo fato de ter trabalhado durante muitos anos nas indústrias de alimentos do bairro. Sua fala centrou-se mais nos aspectos relacionados ao trabalho.

Neli é uma simpática senhora. Aos 68 anos de idade, essa aposentada da indústria pesqueira, vive seus dias num lugar bem distante do bairro em que nasceu e conviveu por mais de 50 anos. Atualmente reside em um confortável sítio na localidade do Povo Novo, Rio Grande.

Não muito diferente dos demais entrevistados, teve a sua infância marcada pelas brincadeiras de criança nas areias cinzentas das ruas do bairro. Aos 17 anos começou a trabalhar na Indústria de Pescados Ballester, localizada na Avenida Presidente Vargas. Exerceu atividades na latoaria e no empacotamento de pregos, que a fábrica também produzia. Depois disso, a empresa mudou de local, passando para as proximidades da Estação Marítima. Lá, Neli mudou de função e foi trabalhar diretamente com a matéria prima. Ao longo de alguns anos exerceu diversas atividades, todas elas relacionadas ao manuseio do pescado.

Depois disso, trabalhou em outras indústrias do setor alimentício exercendo diferentes funções. As fábricas alimentícias desse período tinham uma diversidade muito grande, industrializavam pescados, frutas, legumes, além de produzirem embalagens. Neli passou pelas indústrias: Furtado, Almeida, Leal Santos e Cunha Amaral, onde permaneceu por mais tempo, tendo inclusive sua carteira assinada.

Na questão trabalho, a vida dessa senhora praticamente pode ser resumida como uma operária do setor pesqueiro-alimentício que trabalhou em quase todos os setores de tarefa (limpeza do pescado) até um cargo de fiscal. Depois disso, quando casou, Neli se desligou do trabalho pesqueiro e passou a destinar o seu tempo a cuidar dos afazeres do lar e também a cuidar de seus pais.

Mesmo não residindo mais no bairro, costuma frequentá-lo com certa assiduidade. Alguns de seus familiares e conhecidos ainda residem por lá, fato este, que faz com que esta simpática senhora ainda transite semanalmente pelas ruas da Cidade Nova. Ao longo destes anos Neli viu o bairro se modificar lentamente, as

mudanças de paisagens, praticamente, só são percebidas quando remetidas ao passado. Assim como os demais entrevistados, ela visualiza todas essas transformações na Cidade Nova de maneira positiva.

Augusto Ferreira Godinho

Foi indicado por moradores locais, por ser uma pessoa de grande conhecimento sobre o bairro.

Augusto Ferreira Godinho é um típico imigrante português da Cidade Nova. Natural de Santa Maria da Feira (Portugal) chegou no bairro em 1955, a fim de se estabelecer como comerciante. A fala carregada do sotaque luso ainda permanece na essência desse senhor de 78 anos.

Ao longo de sua trajetória de vida, o Sr. Augusto sempre esteve envolvido com as atividades comerciais. Ele é proprietário de um dos pontos mais tradicionais do bairro, a esquina das Ruas Tiradentes com Colombo, onde atualmente existe uma loja de tintas. Este local sempre esteve em propriedade de nosso entrevistado, desde quando por aqui chegou.

Neste local, inicialmente o Sr. Augusto abriu um bar, entretanto, logo acabou trocando de ramo, pois percebia que existia a necessidade de uma ferragem na Cidade Nova. A partir disso, a Ferragem Colombo foi criada, e durante muitas décadas ela foi a principal referência deste segmento no bairro.

Morando no bairro há quase 60 anos, e tendo construído grande parte de sua vida dentro deste espaço, fez com que Sr. Augusto conhecesse muito bem cada detalhe da Cidade Nova. Este personagem é capaz de fornecer informações preciosas a respeito do cotidiano do bairro. A vida relacionada ao comércio proporcionou um conhecimento muito grande a respeito dos estabelecimentos, proprietários, famílias e imigrantes no bairro.

Atualmente o Sr. Augusto ainda reside na mesma casa de quando chegou. Ele é proprietário de algumas casas de aluguel espalhadas pelo bairro, além de ser uma figura muito conhecida no bairro, principalmente nos arredores da Rua Colombo.

Saul Balaguez

Foi indicado por moradores locais por ser um tradicional morador e conhecedor da Cidade Nova.

Saul Balaguez é um senhor de fala mansa e fina, com um tom de humor irônico, é uma figura tradicional do bairro. Filho de um outro Balaguez que morreu centenário, sua família fez história dentro da Cidade Nova. Seu pai, um imigrante uruguaio chegou no bairro em 1933, e abriu uma loja de sapatos. Ele era sapateiro, confeccionava diversos tipos de calçados, inclusive aqueles para deficientes físicos.

Saul nasceu em 1935, sempre morou no bairro, estudou odontologia em Pelotas se formou em 1958 e no ano seguinte montou seu consultório que funcionava na Casa da Criança²⁷. Nunca fez questão de sair da Cidade Nova para trabalhar no centro. De acordo com ele:

[...] Tinha muitos poucos dentistas na cidade, eu trabalhava de manhã, de tarde e de noite, aqui mesmo, trabalhei 53 anos no mesmo local. Eu trabalhei esses cinquenta e poucos anos aqui, porque eu achei que tinha que devolver alguma coisa para o lugar onde eu me criei, eu me criei aqui né?. Não sei se eu achei bem ou se achei mal, em parte eu acho que se tivesse trabalhado lá no centro, eu teria trabalhado menos e tudo o que eu consegui com odontologia eu tinha conseguido, mas aqui eu tinha que trabalhar mais, eu trabalhava de manhã de tarde e de noite. Agente se acostuma numa zona, o pessoal daqui tem menos poder aquisitivo, mas paga, porque o rico tem mania de não pagar. O rico tem mania de não pagar, e se agente cobra eles ficam bravos.

Morando no bairro há quase 80 anos, Saul Balaguez é um personagem essencial em nosso estudo, pois conhece o bairro, os moradores melhor do que ninguém, na sua cadeira, ao longo dos 50 anos de profissão exercida, sentou-se uma infinidade de pessoas, que além de consultar contaram-lhe histórias de suas vidas.

Henrique Cruz

Conheci Henrique Cruz quando estava procurando por novos narradores. Este senhor de meia idade se mostrou um grande conhecedor do bairro, logo o contato foi estabelecido e a entrevista marcada.

A entrevista foi concedida na mesa da padaria, ele não permitiu que fosse gravado o áudio, somente anotações foram permitidas. O Sr. Henrique é um morador antigo do bairro, voltou para a cidade na década passada, depois de muitos

²⁷ Dispensário Infantil Dr. Augusto Duprat. Rua Cristovão Colombo, esquina Rua Bento Gonçalves.

anos morando em outras regiões do país. Foi professor universitário no curso de Oceanologia da FURG e depois ingressou como oficial na Marinha do Brasil.

Henrique Cruz conhece muito bem o cotidiano do bairro e alguns aspectos específicos, tais como, as chácaras do bairro, os cinemas volantes, as missas, os imigrantes portugueses, enfim, é um exímio observador do cotidiano. Foi fundamental na constituição deste texto, fornecendo muitas informações, mesmo sendo um sujeito bastante resguardado.

Jorge de Oliveira

Jorge Paulo de Oliveira nasceu no ano de 1950. Ao longo dos seus 62 anos de vida morou mais de 30 anos na residência de sua família localizada na Rua Dom Pedro I número 433, bairro Cidade Nova. Filho de portuário cresceu dividindo a casa com mais sete irmãos. Sempre morou no mesmo lugar, só saiu de lá quando adquiriu residência própria em um outro bairro bem distante do seu de origem. Porém, nunca deixou de visitar com frequência o lugar onde se criou e aprendeu a viver.

Por ter sido a primeira entrevista concedida, ainda quando este estudo se encontrava em sua forma embrionária, muitos aspectos não foram questionados. Entretanto, a proximidade familiar entre o entrevistador e o entrevistado possibilitou o fato de gerar novas informações. Seus depoimentos foram importantes para elucidar temas referentes ao cotidiano do bairro e principalmente para as questões relacionadas ao trabalho nas indústrias de alimento localizadas dentro do bairro.

4.2 A estrutura

Os anos de 1950 assinalam um período de modificações no cenário urbano industrial na cidade de Rio Grande. Conforme já foi exposto anteriormente, no decorrer desta década pôde-se verificar o crescimento da cidade para a direção oeste da península, resultando em nova tipologia urbana, os loteamentos suburbanos.

Neste momento, o bairro Cidade Nova se firma como o principal local de moradia da classe trabalhadora riograndina. Abrigando em suas dependências e arredores algumas das principais economias do município o espaço se torna atrativo

por estar próximo às indústrias e ao centro urbano. Percebe-se na descrição de nove moradores, os subsídios para a reconstrução dessa paisagem urbana ainda em construção.

As casas iam até a Domingos de Almeida, muitas casas ruins né? Era muito pobre essa cidade, as ruas eram tudo de areia, não tinha nada de calçamento. As casas tudo sem esgoto. Na rua em que eu morava, Tiradentes [...] Eram 4 casas assim na frente, e tinha um terreno vazio, a nossa casa lá nos fundos, mas não nesse terreno, em um outro, aquele terreno era só para a entrada e saída (Honorina Brito).

As ruas do bairro eram completamente dominadas pela areia, aliás, a história deste espaço está justamente permeada pela luta contra as adversidades naturais do terreno. Cômoros de areia faziam parte do cenário cotidiano, as ruas descritas como largas e extensas não estavam ainda completamente preenchidas por casas.

[...] Era uma casa aqui e outra lá, na nossa rua tinha as casa tudo, em frente [...] A Dr. Duprat também era só areia, a República também era tudo casa velha aí tinha espaço, a Bento Gonçalves também tinha muita casa velha e bastante espaço, tinha o Corredor do Hugo que era um monte de casinhas assim tudo alugada também na Bento Gonçalves, ficava entre D. Pedro I e Marcílio Dias [...] (Jurandir Pedroso).

Do *Boulevard* Major Carlos Pinto até a Rua Colombo, o cenário do bairro é descrito como o espaço mais habitado, existindo inclusive “muita gente com casas de madeira bem arrumadas, bem preparadas, com bastante conforto”, conforme relata Augusto F. Godinho. Da Rua Colombo até o *Boulevard* 15 de Novembro, este cenário já passa a ser permeado pelas casas de madeira em estado maior de precariedade, existindo entre elas muitos espaços ainda a serem ocupados.

Referindo-se à Rua Tiradentes quase esquina Colombo, onde reside, Saul Balaguez, morador do bairro há 77 anos diz:

[...] Aqui era muita areia, tinha muita areia. Aqui do lado onde hoje é um salão de festas, era uma casinha de madeira, uma das primeiras casas dessa zona, era do seu José, e ele foi um dos primeiros que fez a casinha de madeira aqui nessa zona [...] (Saul Balaguez).

Mencionando, ainda, este espaço, Saul Balaguez atribui um fato curioso a esta primeira “cassinha de madeira”. De acordo com ele, a quadra de sua casa, quando comparada às demais, apresenta um recuo de 1 metro, exatamente pelo fato de que

todas as casas seguintes “foram baseadas na dele”, ou seja, erguidas em relação a esta primeira casa; dessa forma a calçada apresenta um tamanho maior em relação às outras.

Dona Hermelinda, ao longo dos seus 80 anos de idade sempre residiu no mesmo endereço, Rua Visconde de Mauá, 380, e sobre o cenário do bairro naquele período ela diz:

[...] Era tudo areia, tinha aquelas tropas de boi né? [...] As tropas passavam por dentro do bairro, não tinha calçamento. [...] Algumas casas eram perto umas das outras, outras eram longe tinha sempre uns campos que separavam umas das outras. Não tinha iluminação, era lampião que a gente usava, me lembro de usar até em carroça o lampião.

O cenário descrito remete a um espaço pautado pela precariedade e pela vida simples. As casas simples de madeira e a falta de uma infraestrutura urbana para atender aos moradores dessa localidade contrastam com a presença de grandes e modernas indústrias dentro e nas cercanias do bairro. Os espaços ainda não ocupados demonstram um cenário em transição, onde o avanço da cidade vai transcorrendo gradualmente sobre a superfície desta localidade.

As tropas de boi, cruzando a Rua Mauá, sendo encaminhadas para o Frigorífico Swift, além disso, permanecem nas memórias de seus moradores como um elemento simbólico de um período.

Era possível brincar tranquilamente nas ruas de areia cinza. “As brincadeiras de rua raramente eram interrompidas por uma carroça e outra com rodas de ferro puxadas por burros que transitavam pelas pacatas ruas do subúrbio operário” (Jorge de Oliveira).

Como as ruas do bairro eram completamente cobertas por areias soltas, a administração municipal da cidade passou a aplicar uma medida paliativa a qual objetivava justamente amenizar o areal solto das ruas. De acordo com Jurandir Pedroso:

[...] As ruas eram assim, as ruas eram tudo de areia, não existia meio fio, era tudo parelho, meio fio não existia. Hoje a gente briga para ter meio fio nas ruas, antes não tinha nada, o meio fio era areia. Depois quando criaram os bondes que entrou na Teixeira Jr., que entrou na Bento Gonçalves e na D. Pedro I, é que começaram a arrumar. Porque a Usina de energia elétrica pertencia a Prefeitura do Rio Grande, a usina que hoje é a CEEE, antes pertencia a

Prefeitura. Então o que acontecia, era tudo gerado a carvão, então sobravam cinzas, e estas cinzas eles jogavam nas ruas. Aterraram toda a Bento Gonçalves, onde tinha bonde eles botavam cinzas, por toda a rua, até a gente ia jogar bola e voltava todo sujo, preto. Então a Prefeitura começou aproveitar as cinzas que eles queimavam para nos dar luz, aproveitar nas ruas, mas sem meio fio também, só espalhavam no meio da rua [...] Porque antes, tu ver um carro ali na nossa zona, no nosso bairro, tu não via carro tu via é carroça, só carroça. A rua que passa do lado da igreja, a Marcílio Dias, ali quando foi calçada com cinzas, virou rua de passeio, rua principal. As cinzas eram como se hoje fosse o saibro, elas vinham em pedras e depois com o tempo ao transcorrer dos anos com as pessoas e as carroças passando elas iam amassando e ficava uma pista.

Além de servir como medida para amenizar a areia, as cinzas também eram usadas para tapar os buracos causados, muitas vezes, pelo excesso de chuvas. A Rua Cristovão Colombo, uma das principais do bairro Cidade Nova, por concentrar grande número de estabelecimentos comerciais, apresentava em meados dos anos 50 uma forma distinta das demais, em relação ao calçamento.

[...] Aqui, por exemplo, a Rua Tiradentes não era calçamento, era de cinzas, quando vim pra cá em 1955 era de cinzas, a Cristovão Colombo já tinha um calçamento, mas era central, era a única rua que era calçada da Cidade Nova, Cristovão Colombo, mas era central tinha os laterais com areia, antigamente as ruas mesmo eram areia [...] (Augusto Ferreira Godinho).

A questão de espalhar pelas ruas as cinzas da queima de carvão da usina central de energia elétrica da cidade representa uma estratégia da administração municipal em tentar solucionar um problema grave na precária infraestrutura do bairro, o calçamento das ruas demoraria ainda muito tempo para ser resolvido.

O fato de se encontrar unicamente uma espécie de calçamento na Rua Cristovão Colombo não soube ser explicado pelos entrevistados. Todavia, trata-se de uma importante artéria do bairro, onde estão concentrados muitos estabelecimentos comerciais, além de ser um local de intenso trânsito de pessoas. Nos anos iniciais do bairro Cidade Nova, esta rua chegou a ser um marco de referência, pois, a maior incidência de concentração populacional se deu exatamente na área entre o *Boulevard* Major Carlos Pinto e a Rua Cristovão Colombo.



Imagem 14: Boulevard Major Carlos Pinto. Marco que delimita o centro da cidade e o bairro Cidade Nova. Nesta fotografia observa-se o aspecto das ruas de ambos os lados cobertos pelo terreno arenoso e as mudas de árvores recém plantadas. Fonte: Biblioteca Rio-grandense.

Algumas pessoas ainda confundem os limites do bairro. Para estes, a Cidade Nova estaria delimitada pela Major Carlos Pinto, Avenida Portugal, Avenida Buarque de Macedo e Rua Cristovão Colombo, para outros este limite estende-se até a Rua Domingos de Almeida.

A Rua Domingos de Almeida não está dentro do planejamento oficial do bairro que tem por seus limites originais os quatro *boulevards*: Major Carlos Pinto, Avenida Portugal, Buarque de Macedo e 15 de Novembro, os quais seguem um mesmo padrão, canteiros centrais, e duas vias laterais, com exceção da Major Carlos Pinto onde foi construído um canaleta central²⁸.

No decorrer do tempo a Cidade Nova avança, na direção oeste, e os terrenos e casas que antes eram preteridos, passam a ser a opção de moradia de muitos operários o qual desejavam residir perto do trabalho. Com isso, a Rua Domingos de Almeida passou também a ganhar importância, mesmo que ainda fosse um local completamente desocupado nos idos de 1950. Por estar no segmento do bairro e ser justamente o ponto de partida para os novos loteamentos e bairros surgidos na

²⁸ A Rua 15 de Novembro também apresentava um canaleta central. Na década passada uma obra de urbanização fez a cobertura deste canaleta, transformando-o em local de passeio.

continuidade da Cidade Nova é que fica possível compreender o pertencimento dessa rua aos limites do bairro, mesmo que isso transcorra nas memórias e no senso comum dos habitantes do bairro.

Este entendimento confuso dos limites da Cidade Nova pode ser verificado também no BGV e Vila Santa Tereza. Sendo dois bairros ocupando o mesmo espaço, contíguos, seus limites são facilmente confundidos aos olhos dos que por ali transitam.

O livro *Crônicas da Mooca* de Mino Carta (2009) demonstra essa confusão entre os bairro da Mooca e do Brás. Os moradores do bairro da Mooca não aceitavam ser confundidos com os moradores do Brás. Mas, para o autor, essa dissociação era muito difícil de ser feita, pelo fato de ambos os bairros apresentarem semelhanças na fisionomia de seus habitantes sendo iguais em “crenças, superstições, preocupações e anseios, regida por idênticos princípios a vida familiar, comum à origem e condição social da grande maioria” (CARTA, 2009, p.20), somado a isso o fato de ruas que cortavam de uma ponta a outra os dois espaços operários da cidade de São Paulo.

Esta confusão a respeito dos limites do bairro talvez seja acentuada pelo fato de que, na década de 1950, surge o bairro Miguel de Castro Moreira, contíguo a Cidade Nova. De acordo com Solismar Martins (2006), este novo espaço de moradia é datado de 1949 e nessa época era chamado de Vila Municipal. Esta localidade ocupava uma antiga parte dos terrenos da Companhia Hidráulica Rio-Grandense, portanto, neste momento em que a Cidade Nova estava se consolidando e avançando sobre as áreas ainda não muito ocupadas, tem-se o surgimento deste novo bairro.

[...] Aí depois que eu não recordo o ano, que eu já era bem mais taludinho né? Aí criaram o bairro Municipal, que é o Miguel de Castro Moreira. Ai o prefeito fez duas modalidades de casas, fez uma casa de primeira linha para as pessoas que tinham um salário mais elevado e fez umas casas populares de madeira, que é bem defronte onde tem a pracinha Miguel de Castro Moreira, tem a pracinha, tem o busto dele, tem tudo ali. Então esse foi o bairro que eu me lembro que na minha época foi criado, foi o primeiro bairro criado pelo poder municipal. Depois, há muito tempo depois veio o novo prefeito Ernesto Bucholls [...] Então criou o bairro Ernesto Bucholls com casas também, na continuidade e depois veio outros aí foi crescendo, crescendo [...] Depois ao transcorrer acho que 1954 (por aí), que eu me recordo bem que o bonde se estendeu até

a Saldanha Marinho, antigo Pinheirinho, foi até o Pinheirinho [...] (Jurandir Pedroso).

Sobre a localidade do Pinheirinho, Jurandir Pedroso diz que era um bar, “que depois virou tipografia” na Rua Saldanha Marinho, o qual servia como referência para o fim da linha dos bondes que faziam o trajeto da Cidade Nova passando pela Vila Municipal. As casas se estendiam apenas até esta rua, “dali da Saldanha Marinho até lá, era combo, lá já era Hidráulica, combo e combo e combo²⁹”.

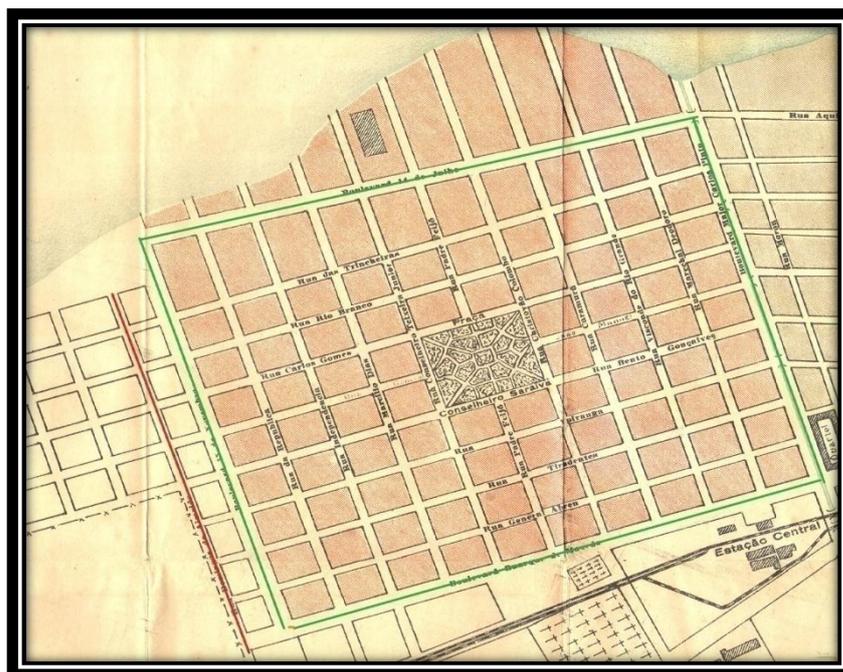


Imagem 15: Planta da Cidade de Rio Grande 1926. Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

A imagem da planta da cidade demonstra os limites reais do bairro. Em verde estão grifados os quatro *boulevards* que delimitam a Cidade Nova. Assinalada em vermelho está a Rua Domingos de Almeida, que fica atrás do *Boulevard* 15 de Novembro não pertencendo então ao bairro.

4.3 As Casas

A estrutura das casas na Cidade Nova, na temporalidade em que se está estudando, é de certa forma muito semelhante. Por tratar-se de um subúrbio operário, destinado aos proletários da cidade, se encontra, nos relatos obtidos

²⁹ Forma como nossos entrevistados se refere aos cômodos de areia existentes na Cidade Nova.

através das entrevistas, as características gerais e os detalhes específicos de cada residência de nossos personagens. No geral, o que as torna semelhantes são os problemas enfrentados pela falta de uma infraestrutura adequada e as dificuldades financeiras encontradas para a aquisição do imóvel.

Era uma casa bem pobrezinha, bem humilde nos fundos de outra casa, na Tiradentes, quase na esquina da Cristovão Colombo, no lado em que hoje tem umas lojas de carros, bem pobrezinha a casa, uma casa bem ruim. Depois agente se mudou, Tiradentes também, uma casa bem ruim, bem pobrezinha, não tinha água, não tinha esgoto, não tinha nada, era uma casa meia água de madeira, 4 peças. Depois tu vê bem, quando eu namorei o meu marido, ele foi quem botou água e fez esgoto. A casa era uma sala, dois quartos e uma cozinha. [...] nós morávamos na Tiradentes 470, nos fundos de umas outras casas, que era de um alfaiate, as casas alugadas, e nós morávamos nos fundos, não tinha água, não tinha banheiro, não tinha coisa nenhuma. Depois quando eu me casei com 24 anos fui pra lá guria nova, é que meu maridinho foi fazer patente para nós e botar água que não tinha [...] (Honorina Brito).

A trajetória de vida de Honorina Brito poderia ser utilizada como exemplo das muitas narrativas de vida que ilustram a história da Cidade Nova como um subúrbio operário, que recebeu um grande contingente de imigrantes e migrantes da região da campanha no sul do Estado.

Durante muitos anos, sua família residiu em casas de alugueis, pertencentes a comerciantes do bairro, em condições muito desfavoráveis, como ela mesmo descreve:

[...] A água, por exemplo, nós morávamos nos fundos, fazia a volta no corredor, passava pelo terreno vazio e ia tocar água na bomba. Então o Jorge, meu irmão, ele chegava do serviço de tarde, tomava café, trocava de roupa arremangava as calças e ia tocar água na bomba para encher Tina, sou do tempo da Tina (barril de vinho cortado ao meio que era utilizado para os serviços domésticos). Água só de bomba e banheiro só de patente, com uma banquinho bem lavadinho, tal e coisa [...] (Honorina Brito).

As condições descritas pela entrevistada não diferem muito da história da grande maioria dos habitantes da Cidade Nova. Morando em casas de madeira sob condição de inquilinato, muitas vezes vivendo em algumas peças, os trabalhadores enfrentavam uma série de adversidades, sendo que a principal delas era a questão do abastecimento de água, rede de esgotos e falta de infraestrutura urbana no bairro. O relato a seguir ajuda a exemplificar mais esta questão.

[...] E a parte assim de conforto que hoje a gente tem, antes não tinha, água mesmo era de cacimba, não tinha nada, não tinha, hoje tu tens a facilidade abre uma torneira e sai água, não tinha isso aí, era cacimba ou bomba, tinha as pessoas que a situação era melhor financeiramente, o que que faziam, tinham uma bomba de recalque, dentro da própria cacimba, aí tu ia lá rodava, rodava, e puxava aí ela abastecia um reservatório, muitos usavam um tonel, aí enchia aquele tonel para ter água dentro de casa, para facilitar, né? Mas isso era para quem tinha a situação financeira melhor. O resto era um baldezinho do lado da cacimba, tu puxava, oh tem que encher a talha d'água aí, tem que encher isso aqui, aí tu ia carregar com o balde da cacimba. Aí não me recordo bem se era de dois em dois meses ou de quatro em quatro meses, aí esgotava a cacimba, aí entrava um lá dentro, do poço, e puxava aquela areia de dentro para renovar a areia, e quando saía a areia branca: tá limpa a cacimba. Aí os antigos, na época, atiravam uma pedra de enxofre, dizem que era para conservar a água. Aí jogavam enxofre. Ah saí daí, aí botavam a escada te puxavam, sempre era um garotão que ia lá [...] Depois de tudo limpo a água começava a verter, aí jogavam a pedra de enxofre, não sei qual é a finalidade se é pra conservar a água sempre boa. E tu vê ninguém morria ! [...] (Jurandir Pedroso).

Cacimbas e bombas eram elementos do cotidiano de todos os habitantes da Cidade Nova. Por se constituir no único meio viável de se ter acesso à água, eram objetos presentes em todas as casas. Como se pode perceber no depoimento, as formas de extração da água poderiam variar de acordo com o padrão econômico da família, as de melhores condições tinham uma bomba de recalque elétrica, colocada dentro da cacimba, que fazia este serviço, a grande maioria acabava obtendo água por meio da bomba manual ou dos baldes alçados por uma corda nas cacimbas.

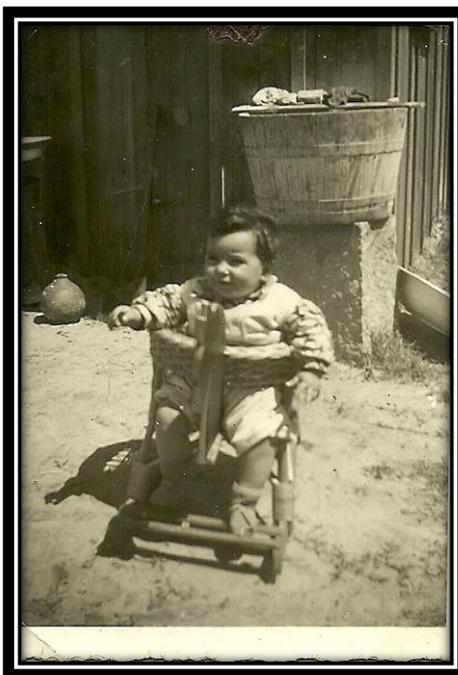


Imagem 16: Cenas do cotidiano. Ao fundo observa-se a casa em madeira, juntamente com um lavatório no canto esquerdo, quartinha (objeto arredondado no chão) tina e bacias, estes utensílios

Após isso, essa água retirada da cacimba era armazenada em tinas, (espécie de barril de madeira cortado pela metade) ou em latas. As bombas tinham um tipo de filtro, o qual já retirava essa água mais limpa; no caso das águas extraídas das cacimbas por meio de baldes, as pessoas eram obrigadas a encontrar mecanismos para filtrar essa água. Quando comparado ao presente, o passado se enche de atribuições positivas, capazes de transformar todas as dificuldades enfrentadas no dia-dia em situações prazerosas de se viver.

Por que que a água era mais saudável? Não usavam cloro, não tinha nada disso, tanto de cacimba como de bomba a água era a mesma. Até as pessoas antigas, de mais tempo de vivência, diziam que água da bomba era melhor, porque a bomba tem um ralo, né? Um ralo que vai lá, que aí com a pressão ela vem e te puxava água filtrada sem areia, entendesse [...] O que, que a tia usava? Na talha ela tinha, ela botava um guardanapo para coar a água, as vezes vinha uma coisinha, um bichinho e tal, coava a água. Então por que que a água era mais saudável? Eu comento hoje, que era proibido fazer fossa, era proibido ter fossa [...] fossa não existia em casa nenhuma, chuveiro também não. De que se tomava banho? Era de bacia ou tina, tina era um barril que se cortava ao meio, e fazia uma tina para lavar roupa, não tinha tampa nem nada. Então a gurizada o que que fazia? Enchia a tina para tomar banho, ou bacião, um bacião bem grande, não tinha esse conforto, não tinha. então ninguém podia fazer fossa [...] (Jurandir Pedroso).

A explicação dada pelo entrevistado transmite um pouco da atmosfera que permeava o cotidiano dos habitantes desse espaço urbano não tão urbanizado da cidade de Rio Grande, em meados do século passado. A explicação para uma “água mais saudável” ganha sentido na explicação deste senhor que tem propriedade no assunto, uma vez que trabalhou durante muitos anos no setor de obras da Prefeitura Municipal de Rio Grande. De acordo com Jurandir Pedroso, a água era mais pura exatamente pelo fato de ser retirada diretamente do solo, do lençol freático. O crescimento do bairro traria novos problemas, com o passar dos anos e a falta de uma rede efetiva de esgotos, as fossas sépticas³⁰ foram difundidas entre as habitações do bairro.

Essas fossas constituem-se de tanques enterrados no solo onde são feitas as separações das águas servidas e o dos dejetos sólidos. Dessa forma, existe uma contaminação do lençol freático, o que fez com que as águas retiradas no interior dos pátios passassem a não ser apropriadas para o consumo.

[...] Porque a Hidráulica já não puxava mais água do solo para abastecer o nosso reservatório que hoje é o museu, que é caixa d'água. Então, aí quando a Hidráulica cresceu futuramente aí ela liberou para fazer as fossas, aí terminou as cacimbas, terminou as bombas. Muitos têm as bombas defronte as suas casas como recordação, ainda tem algumas casas que tem as bombas como recordação, mas não recalca nada (Jurandir Pedroso).

A Companhia Hidráulica Rio-Grandense, empresa responsável pelo abastecimento de água e rede de esgotos na cidade, não teve mais condições de realizar este serviço devido a sua antiquada estrutura, ou seja, não houve por parte desta empresa um planejamento visando o crescimento *da urbe*. Quando a Hidráulica deixa de puxar água do solo, e recorre a outros meios para servir o centro da cidade, é que são liberadas as construções das fossas, fato que culminaria também no fim do abastecimento de água por meio das bombas e cacimbas na Cidade Nova.

O abastecimento de águas, por meio de uma rede hidráulica, chegaria somente em meados da década de 1960. Muitas casas acabaram não recebendo

³⁰ Unidade de tratamento primário para o esgoto doméstico onde são feitas a separação e o tratamento da matéria. CAESB. Disponível em <http://www.caesb.df.gov.br> Acessado em Janeiro de 2012

as linhas de encanamento; este fato, resultou numa tomada de solução emergencial por parte da Prefeitura municipal.

[...] Eu me recordo que nem todas as casas recebiam totalmente encanamento. Eles criaram uma pipa na esquina. Aonde não podia entrar a parte hidráulica nas casas, quem não tinha dinheiro para fazer, o que é que eles faziam? Eles instalavam uma torneira na esquina, chamavam de pipa, então as pessoas se abasteciam naquelas esquinas com água, e tinha hora marcada pra isso [...] Eu era garotão, eu me lembro que era uma turma agente ajudava os outros. Agente corria para as esquinas para ajudar a tirar água. Isso acontecia muito mais no bairro Municipal, que não chegou a abranger todas as casas com água encanada, isso eu me lembro, tudo que era esquina tinha uma pipa. Agente era guri e ia ajudar. As vezes vinham aquelas senhoras com baldes, nem era baldes, eram latas, não existiam baldes, eram latas de banhas, as latas ficavam vazias, viravam baldes, então eu me recordo disso aí [...] (Jurandir Pedroso).

Esta medida providencial de implantar torneiras públicas nos bairros carentes de infraestrutura não é somente verificada na Cidade Nova. De acordo com Oliveira (2000), no bairro dos Cedros, em 1948, foram implantados mais de 20 torneiras para a serventia gratuita de água a seus moradores. A utilidade de água na Cidade Nova, conforme o depoimento, se dava de maneira organizada e contava muitas vezes com a ajuda voluntária, principalmente dos meninos, que auxiliavam no carregamento das latas e baldes.

A dificuldade de obtenção da água resultava também em outras adaptações referentes às questões higiênicas. Como pode ser percebido, neste momento os banheiros não eram popularizados, fazendo com que os banhos fossem realizados dentro de casa ou em galpões.

[...] Eu me lembro que a gente tinha um quartinho, um galpãozinho e o pai e mãe tomavam banho lá. Me lembro que antes de fechar a oficina a mãe já esperava o pai com água quente [...] Toalhas eram tudo de saca, os sacos de açúcar e farinha eram de algodão e viravam toalhas [...] Papel higiênico mesmo eu não me lembro de existir, de manhã o pai ia na padaria, trazia o pão enrolado no o papel e o papel do pão já ficava para o banheiro. Agente se limpava com jornal e papel de pão [...] Tinha umas casas que deixavam os papezinhos tudo cortadinho certinho pra se limpar [...] (Neli Marques).

As condições não favoráveis às praticas higiênicas, decorrentes da infraestrutura do local, acabavam delimitando o cotidiano dos habitantes, o qual

ficava marcado por pequenos hábitos e situações que são evidenciadas nessas condições do bairro. Martins (2008) diz que o jornal, um ingrediente o qual tinha diversas funções dentro da vida doméstica, ganhava maior finalidade na privada, “sendo o antecessor e substituto barato do papel higiênico” (MARTINS, 2008, p. 94).

Este jornal reciclado, para a privada, já era reciclado pelo açougueiro no embrulho da carne; como a grande maioria das pessoas no subúrbio não tinham o hábito de comprar jornal, a leitura destes pedaços na patente³¹ também servia para informar de fatos acontecidos há tempos atrás. O papel higiênico foi se difundindo aos poucos, porém encontrou muita resistência, de acordo com Martins “era um absurdo pagar para limpar a bunda e jogar fora, como muitos diziam” (MARTINS, 2008, p. 94).

Outro fato se destaca dentro deste contexto, a inexistência ou a falta de acesso a produtos de higiene. “Não existia xampu, era banho de sabão de coco ou glicerina” (Honorina Brito). A compra dos sacos vazios de farinha e açúcar nas vendas, para serem utilizados como toalhas e o reaproveitamento de jornais e papel de pão, sendo utilizados com a finalidade de papel higiênico, são exemplos de adaptações à realidade cotidiana da época. Além disso, chuveiros também eram improvisados “a gente pegava um barril de carbureto, ou outras latas fazia um furo colocava um caninho e ficava chuveiro, aí tirava a água da cacimba enchia esse barril e tomava banho de chuveiro” (Jorge de Oliveira).

A não existência de banheiros nas casas obrigava os moradores a buscar os meios mais viáveis na realização do asseio corporal. O aquecimento da água e o preparo de bacias ou tinas eram praxes que marcavam a rotina do banho.

Banho mesmo eu me recordo era duas vezes por semana, de bacia, o resto era meia sola, lavava os pés, pescoço, sovaco, as partes e deu [...] Quem lavava a minha cabeça era a minha irmã, aquilo durava uns três, quatro dias que se eu lavasse na quarta só ia lavar no sábado [...] Eu acho que a gente não era muito limpo [...] Eu me lembro de esperar o bacião para tomar banho, o pai tomava banho no quarto e agente esperava, só tinha uma bacia pra casa toda tomar banho [...] (Jorge de Oliveira).

³¹ Pequeno cômodo de madeira destinado a realização das necessidades fisiológicas, normalmente localizado nos fundos dos quintais.

Como se pode perceber até aqui, a situação descrita no bairro era marcada pela dificuldade ao acesso de utensílios domésticos, que amenizassem as dificuldades do dia a dia e melhorassem a qualidade de vida dos habitantes. Os fogões eram todos a lenha e os refrigeradores, quando presentes nas casas, funcionavam com a aplicação de barras de gelo. “As geladeira era tudo de gelo, tinha que ir buscar gelo no Anselmi e colocava as barras dentro, durava até uns três dias aquilo” (Neli Marques). Utensílios domésticos, tais como fogão a gás e refrigeradores elétricos não estavam ao acesso dos trabalhadores de baixa renda, praticamente inexistentes no bairro, somente passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores a partir da década seguinte, não sabendo datar especificamente o momento em que estes produtos adentraram em suas vidas.

O fogão de carvão e lenha, como utensílio doméstico acabava desempenhando uma função de *status* entre as famílias, conforme o número de bocas existentes nesse fogão. Os que tinham quatro bocas significavam a possibilidade de cozinhar muitas coisas ao mesmo tempo, o que resultava em numa variedade maior de comida na mesa, famílias fartas. Em contrapartida, as casas mais simples, normalmente as de cômodo³², apresentavam os fogões de apenas uma boca, os chamados fogareiros, eram a clara representação da miséria (MARTINS, 2008).

Nas décadas seguintes, a difusão do fogão a gás, juntamente com outros utensílios domésticos gerava uma clara ideia de progresso nos subúrbios operários. De acordo com Martins (2008), o fogão a gás eliminava o estigma do fogão a carvão assim como livrava da sujeira que ficava grudada na pele de quem lidava com ele, trazendo também aos lares que o possuía um aspecto de maior limpeza, uma vez que todos os desconfortos causados pelos picumãs e pó de carvão foram eliminados dos lares.

As casas de madeiras, normalmente ocupadas por famílias grandes ou casas de aluguel, que abrigavam mais de uma família residindo sobre o mesmo teto, acabavam por criar uma espécie de liberdade privada vigiada, pois nas casas de cômodos alugados, até mesmo uma ida a patente, que ficava localizada nos fundos dos pátios, poderia ser enxergada pelos demais moradores. O seguinte depoimento fornece um pouco dessa realidade.

³² Casas de cômodo era uma modalidade de moradia onde o inquilino alugava peças, cômodos de uma mesma casa, vindo a dividir o espaço com outras famílias.

Isso era muito comum acontecer sabe [...] As casas, galpões eram tudo de madeira, então a gente ficava cuidando sabia quando as mulheres iam tomar banho e a gente ia frestear, espiar pelos buracos das tábuas. A gente também esperava elas entrar para dentro das patentes e atirava pedra nas patentes, elas começavam a gritar: tão atirando pedra, tão atirando pedra, tão atirando pedra [...] (Jorge de Oliveira).

A prática de espiar pelas frestas das casas de madeira ou de apedrejar as patentes, enquanto as meninas e mulheres estavam nelas, condiz com o comportamento da juventude numa época marcada pelo excesso de resguardo. Ao analisar estas questões presentes no subúrbio de São Caetano do Sul, José de Souza Martins (2008) diz que “qualquer coisa que sugerisse a imaginação, sobretudo dos meninos, mas dos homens em geral, o que era o corpo da mulher, constituía uma clara quebra de recato”. Dessa forma, constituíam-se em uma espécie de diversão da molecada e dos jovens os comentários a respeito das roupas íntimas, calcinhas e sutiãs, penduradas nos varais dos quintais. Assim, a usuária de tais peças passava a ser vista pelos meninos como se estivesse sempre utilizando estas roupas íntimas.

A utilização das patentes como único meio existente para a realização das necessidades fisiológicas exigia a necessidade de manter o local sempre sob as melhores condições de asseio.

[...] É assim ó, cada um fazia a sua patente, com um banco de madeira e embaixo do banco colocava esse barril, todas as semanas trocavam esse barril. Era tudo bem limpo, tudo de madeira, que não existia alvenaria, até existia, mas ninguém tinha, era tudo de madeira, o assento era de madeira, conservava sempre limpinho, me lembro que a tia Quina dizia: Não sobe em cima do banco, tu vai sujar o banco, nós tinha que sentar. Era redondo e o barril tá lá em baixo, certinho aí tu soltava a matéria prima lá. (Jurandir Pedroso).

O barril, referido no comentário acima, é o chamado cabungo. Na época estes barris de madeira eram colocados embaixo do assento das patentes, ali caíam os excrementos que periodicamente eram trocados pelo serviço específico da Prefeitura. As carroças de cor cinza eram conduzidas pelos profissionais que faziam a coleta desse material, os chamados cabungueiros. “Eles batiam na tua casa com um barril já lavado botavam uma tampa atarraxavam e iam embora” (Jurandir Pedroso).

Mesmo existindo o serviço de coleta, esta atividade era vista pelos moradores como algo desagradável. De acordo com Saul Balaguez, nas carroças que faziam o recolhimento era necessário fazer o fundo duplo, porém mesmo assim os dejetos eram derramados na rua, “era uma porcaria”. Além disso, muitas vezes no trajeto entre a patente no fundo do pátio e a carroça havia o derramamento dos excrementos pela casa o que obrigava os moradores a aderirem a estratégias bastante peculiares. “Mas era um tristeza, os caras botavam areia nas casas, assim no chão porque aquilo vinha derramando e derramava na areia”. A liberação para a construção das fossas sépticas selaria gradativamente o fim dos cabungos.

Como se pode perceber até aqui, a precariedade permeia a vida de nossos entrevistados, seja na obtenção da água, nos afazeres domésticos ou na higienização pessoal. Essa falta de estrutura resultava em problemas relacionados à saúde pública dos moradores do bairro. Conforme Saul Balaguez, morador do bairro há 85 anos e profissional da área de saúde:

Rio Grande foi o campeão de tuberculose no mundo em relação aos habitantes, não campeão em números, mas em densidade de pessoas tuberculosas. Rio Grande sempre foi uma cidade com muita umidade e muita miséria também, mas específico aqui para a Cidade Nova. Mas o caso é que o pessoal vinha muito de Bagé para trabalhar em Rio Grande, na Swift principalmente, onde tinha indústria e o poder aquisitivo do povo de Rio Grande sempre foi baixo principalmente nessa zona aqui. Ah, o centro é outra coisa, mas lá, o centro era gente mais privilegiada, os pobres moravam mais pra cá. Então na Vila Municipal morava gente mais pobre ainda (Saul Balaguez).

Não foram investigados os números da tuberculose em Rio Grande, pelo fato de que esta informação não nos foi passada com uma precisão específica de período, apenas como um padrão referência, e também por não se constituir como objetivo deste estudo. Entretanto, releva-se aqui o sentido da pobreza presente no bairro, acentuado pela grande massa de migrantes que chegavam à cidade e se instalavam no bairro. Este fato ganha maior sentido quando somam-se às precárias condições de vida e moradia dos operários, às condições climáticas do rigoroso inverno resultando, então, a Cidade Nova como um local muito favorável à propagação de doenças.

Saul Balaguez atribui este cenário de descuido do bairro aos políticos locais que em sua opinião “não eram progressistas”. Outra questão levantada pelo

entrevistado refere-se ainda aos migrantes e imigrantes, que em sua opinião não “eram bairristas”, dessa forma, pouco se interessavam em lutar pelas melhorias do espaço, pois muitos apenas estavam temporariamente por ali.

Uma outra perspectiva sobre o bairro foi fornecida pelo morador Augusto Ferreira Godinho, residente e comerciante na Cidade Nova desde meados da década de 1950. Para ele:

O bairro era de classe média [...] Apontando para as casas da frente ele diz: isso aqui na altura de onde eu estou era tudo pessoas que trabalhavam na Viação Férrea, na Rheingantz e na Fábrica Nova e as fábricas de peixes, aqui tinha muita fábrica de peixe e hoje não tem mais. Naquela época o pessoal era assalariado, tinham famílias que tinham 3,4 assalariados viviam uma vida razoável, muito boa, embora o salário não fosse muito alto mas numa casa de 3,4 salários sempre tinha algum que trabalhava no Porto [...] (Augusto Ferreira Godinho).

O Porto do Rio Grande e a Viação Férrea aparecem aqui como indicadores de um *status* social, uma vez que eram serviços públicos, pertencentes ao governo. De fato, o bairro abrigou muitos portuários e principalmente ferroviários, os quais, alguns estavam concentrados nas proximidades do pátio da Estação Férrea de Rio Grande, nas Ruas 2 de Novembro, Avenida Rheingantz, *Boulevard* Major Carlos Pinto e *Boulevard* Buarque de Macedo. A presença dos ferroviários dentro da Cidade Nova também foi registrada com a criação de um importante clube de lazer, o Clube Ferroviário, localizado na Rua Buarque de Macedo com fundos para Rua General Abreu.

A precariedade de infraestrutura marcou a história do bairro, neste período o qual se está estudando aqui; ela estava presente para todos os moradores. Todavia, não podemos deixar de mencionar o fato que o bairro também abrigou pessoas de condições econômicas mais elevadas. Portuários, ferroviários, médicos, alguns encarregados de indústrias e principalmente comerciantes aparecem como referência de nossos entrevistados a um padrão de vida que se assemelhava à classe média atual. Mesmo verificando a maioria dos habitantes da Cidade Nova como operários de baixa renda, cabe, aqui, fazer o registro de uma não generalização.

Outro aspecto marcante da Cidade Nova era a permanência do rural no urbano. As casas do bairro apresentavam pátios grandes facilitando a criação de

uma diversidade de animais como pato, galinhas, ovelhas, vacas, cavalos entre outros. Além disso, nos quintais de casa, as pessoas tinham arvores frutíferas, pomares e pequenas hortas.

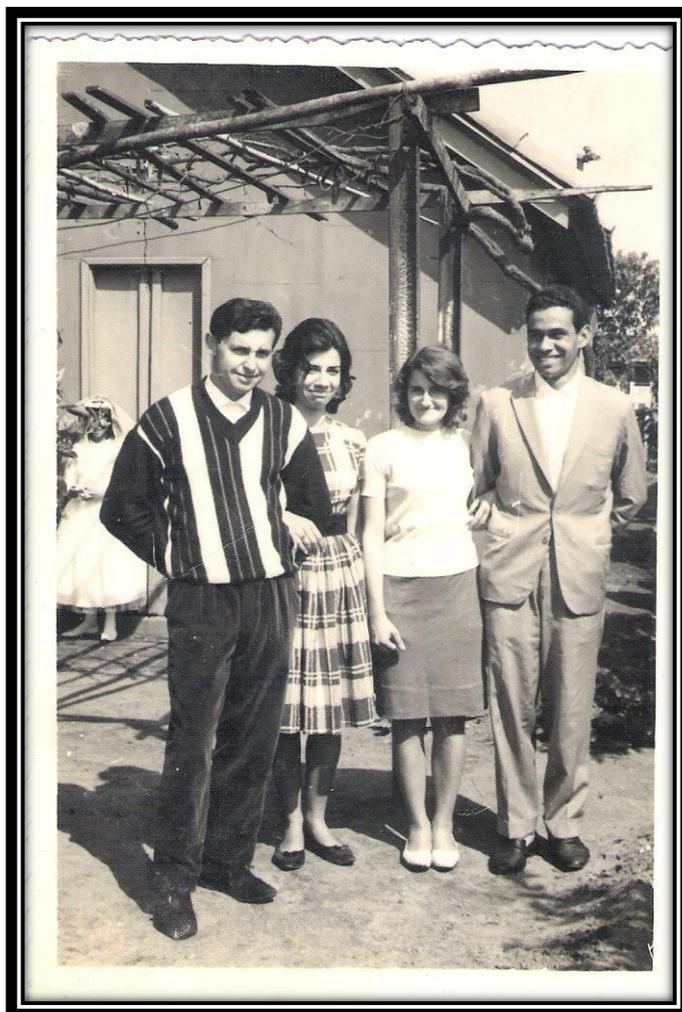


Imagem 17: Cenas do cotidiano. Jurandir Pedroso, o primeiro da direita para esquerda, em evento festivo familiar. Fotografia tirada no pátio dos fundos da casa. Percebe-se ao fundo da imagem a casa de madeira e a parreira de uvas. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Ao estabelecer as diferenças entre subúrbio e periferia, Martins (2008) assinala como principal componente característico das regiões suburbanas a presença dos lotes grandes, quintais com fruteiras, hortas, jardins e galinheiros. Estes elementos assinalam a permanência de um passado rural encravado no urbano. O bairro Cidade Nova, mesmo vivendo em meados do século XX uma fase industrial, preservou uma série de características físicas que remetiam ao rural. Esta permanência também deve ser creditada ao fato de ser o bairro o local de

destino dos migrantes da região da campanha que chegavam à cidade em busca de trabalho.

4.3 As Chácaras

A característica suburbana da Cidade Nova não se restringe somente às formas físicas das casas, ou aos hábitos e costumes dos moradores. A presença do rural encravado no urbano é também verificada pela existência das chácaras urbanas, presentes durante muito tempo no cenário do bairro, elas dividiam espaço com residências e indústrias.

[...] Se tu saísse dali, da nossa rua D. Pedro I sentido Poester, (Prado) tu só via chácaras. Aí tinha os Borner, e tinha diversos nomes e pessoas, chácaras e chácaras. Casas eram muito poucas naquela zona. Na Mauá, se tu perguntar da Mauá, eram mais chácaras do que casas até a Domingos de Almeida, que prá lá era combros, tinha casas, mas os combros invadiam as casas. E ao lado do Prado que chamam de Poester, antigamente era Poester, ali era só chácaras. E tinha as leiterias, nós mesmos tínhamos a Maria, que fornecia os tambos de leite, tudo isso dentro da cidade. Na esquina de casa tinha a Dona Mimosa. Mais adiante ali na Teixeira Jr., tinha os tambos de leite também. Porque tu não chegava com facilidade em qualquer parte comercial e me dá tal coisa. Não, quem te trazia o leite em casa era o leiteiro, os repartidores de leite [...] (Jurandir Pedroso).

Este elemento característico do meio rural fazia parte do cenário cotidiano da Cidade Nova. Dessas chácaras eram retiradas, distribuídas e vendidas, as hortaliças, flores e até alguns animais utilizados para a alimentação. A distribuição era feita a alguns armazéns do bairro; outra forma de comercialização destes produtos, era a venda nas ruas por meio das carroças, com rodas de ferro, que transitavam vendendo estes produtos naturais.

Ainda que adversos ao meio urbano, ganhou expressão nas mãos dos imigrantes, principalmente os portugueses. Inicialmente instalados na Ilha dos Marinheiros, principal local de plantio da cidade de Rio Grande, os portugueses de lá começaram a migrar para a cidade ocupando áreas na Cidade Nova e também entrando no ramo comercial. Segundo Augusto Godinho:

[...] Tinham muitas chácaras [...] ali na casa da criança, do lado, pela Caramuru tinha uma chácara, Caramuru com Bento Gonçalves, era a chácara do seu Cloro, tinha aqui pela Cidade Nova. Tinha Leiterias, gente que vendia leite em tambos, tambos de leite. Tinha também muita casa dessas que vende frutas e legumes tinham muitos, agora hoje em dia não tem mais é tudo supermercado. É difícil hoje em dia tu quer pegar uma alface ou tu tem que ir na feira ou no super mercado. Tinha verdureiros que iam nas portas de casas, oferecer tudo, andavam numa carrocinha [...] (Saul Balaguez).

Os depoimentos a respeito das chácaras urbanas na Cidade Nova direcionam para dois pontos, os quais serão apresentados e discutidos posteriormente; os imigrantes e o comércio no bairro. Entretanto, não podemos deixar aqui de destacar a questão de como estava estruturado o acesso e a distribuição de alimentos neste local. Como se percebe, as chácaras tinham uma fundamental importância nesta questão, pois delas é que provinha grande parte dos produtos alimentícios naturais, tais como verduras, ovos, leite e carne.

[...] Existiam muitos espaços vazios no bairro, muitos deles ocupados por chácaras. As chácaras eram todas cercadas com taquara, tinham muitas chácaras no bairro, algumas muitas, atrás das fábricas da Portugal. Essas cercas de taquara são uma herança portuguesa. Ainda existe uma chácara original, igual as que eram no passado, ali na Henrique Pancada, aquilo é ainda é um resquício [...] Os verdureiros saíam das chácaras para vender de carroça nas ruas do bairro as verduras [...] (Henrique Cruz).

A única evidência de uma chácara urbana que ainda se encontra não está dentro dos limites da Cidade Nova, mas em suas adjacências. De acordo com a descrição de entrevistado Henrique Cruz, esta ainda preserva todas as características originais, ocupação de um lote, quadra inteira, cerca de taquaras de bambus, e uma casa localizada em seu interior.



Imagem 18 Chácara Urbana adjacências do bairro Cidade Nova. Fonte: Google Earth. Acesso em Março de 2012.

Esta herança de chácara urbana ocupa um quarteirão inteiro e está localizada entre as ruas: Henrique Pancada, Visconde de Mauá, Gonçalves Dias e Castro Alves nos arredores do bairro Cidade Nova. Este espaço peculiar resiste à especulação imobiliária, muito embora, atualmente, ali não sejam cultivados nenhum tipo de agricultura, persistindo somente o local com suas características físicas.

Hoje em dia, as chácaras não existem mais na Cidade Nova. O crescimento da cidade, a valorização dos terrenos e o surgimento dos supermercados foram os principais fatores que contribuíram para a extinção deste distinto fenômeno urbano, o qual podia ser verificado dentro de um espaço marcadamente operário.

Ocupando normalmente grandes lotes de terra, uma quadra, as chácaras foram gradualmente desmembradas em diversos terrenos menores e sendo colocados à venda por seus proprietários. O surgimento do ramo comercial dos supermercados também contribuiu para o declínio, uma vez que, sua existência estava fundamentada na venda dos produtos cultivados. Quando estes produtos passaram a ser vendidos em maiores proporções e a preços menores, as chácaras tiveram dificuldades de enfrentar a concorrência, culminando com a decadência dessa atividade no bairro.

4.4 As Vilas e as casas em fita

A consolidação da Cidade Nova como um bairro operário está diretamente ligada à questão da habitação alugada a preços acessíveis aos proletários. Como já verificado aqui, um documento da Intendência Municipal, ainda no final do século XIX, garantia vantagens aos proprietários de casas de aluguel que investissem na localidade.

A partir deste momento a Cidade Nova passa a ser vista como um atrativo para os investidores no ramo imobiliário. Muitos lotes e terrenos se transformaram em várias casas de madeira, as quais eram alugadas separadamente ou em cômodos.

As vilas de casas fazem parte do cenário do bairro. Atualmente podem ser visualizadas em muitas ruas da Cidade Nova. Trata-se de vilas que não estão diretamente ligadas a estruturas fabris, com exceção da Vila operária da Rheingantz e da Leal Santos, ambas localizadas nas proximidades do bairro.

Na dissertação de mestrado, “Modernidade, mas nem tanto: o caso da vila operária da fábrica confiança”, defendida junto ao Museu Nacional do Rio Janeiro, Roberto Stanchi (2008) realiza um estudo acerca desta tipologia de moradia que se difundiu no país a partir do final do século XIX. Tendo como base fundamental de sua pesquisa o bairro de Vila Isabel e a Fábrica de Tecidos Confiança, o autor fundamenta sua análise sobre as construções que estavam voltadas para atender o público operário daquela região industrial. De acordo com ele, vilas operárias são:

[...] as vilas construídas para a classe proletária no geral independente de quem as construiu e de onde se localizam, podendo ou não ser integrantes de uma fábrica. Entretanto, a estreita relação dessas habitações com os empreendimentos fabris acabou virando sinônimo de um tipo específico de moradia [...] (STANCHI, 2008, p 66-67).

A definição proposta por Stanchi é bastante ampla e incorpora diversas tipicidades de moradia popular, entendendo todas como vilas operárias. Rosa Rolim de Moura (2006), em seu trabalho sobre a habitação popular na cidade de Pelotas, apresenta algumas definições e enquadramentos sobre esta categoria de moradia. De acordo com ela:

Para denominar essas tipologias e na falta de um consenso sobre esses conceitos, definiu-se o termo vila como um conjunto de casas iguais, voltadas a maioria para uma rua interna e casas em fita para denominar três ou mais casas iguais, voltadas para o passeio público e, predominantemente, sem recuos laterais e com cobertura contínua (MOURA, 2006, p. 117).

Ambos os conceitos são úteis, pois o bairro apresenta justamente essas tipicidades de moradia. As vilas operárias, construídas por uma determinada indústria não existiram dentro dos limites do bairro. O que de fato é encontrado são conjuntos de casas, em fita ou em vilas, que foram uma iniciativa de investimentos privados. Dessa forma, entende-se a definição de Vilas, da autora Rosa Rolim de Moura como a mais válida para o entendimento dessa modalidade de moradia no bairro.

Moura (2006), ao analisar a questão dos investimentos privados em casas de aluguel na cidade de Pelotas no início do século passado, constata que mais de 59% das moradias constituíam na modalidade de aluguel. Dessa forma, o investimento na construção de vilas ou casas em fita representava uma aplicação segura de capital.

Na paisagem do bairro é constante a presença de casas iguais postas de forma lado a lado, em fita. Normalmente em terrenos laterais, esquinas, elas costumam se estender por ambos os lados ocupando um pouco menos da metade de cada quadra. Este formato de habitação é encontrado em vários pontos do bairro, entretanto sua incidência maior está na parte compreendida entre as Ruas Major Carlos Pinto e Cristovão Colombo.



Imagem 19: Casas em fita bairro Cidade Nova. A casa da esquerda está localizada na Rua Rio Branco esquina Rua Caramuru. A casa da direita está localizada na Rua Marcílio Dias esquina Rua Augusto Duprat. Fonte: Foto do autor.

Verifica-se no bairro diversas habitações com características muito semelhantes, entre essas, são recorrentes as casas de corredor lateral, algumas até com a denominação de vilas, outras apenas apresentam o mesmo formato, porém não estampam em suas platibandas os nomes das vilas.

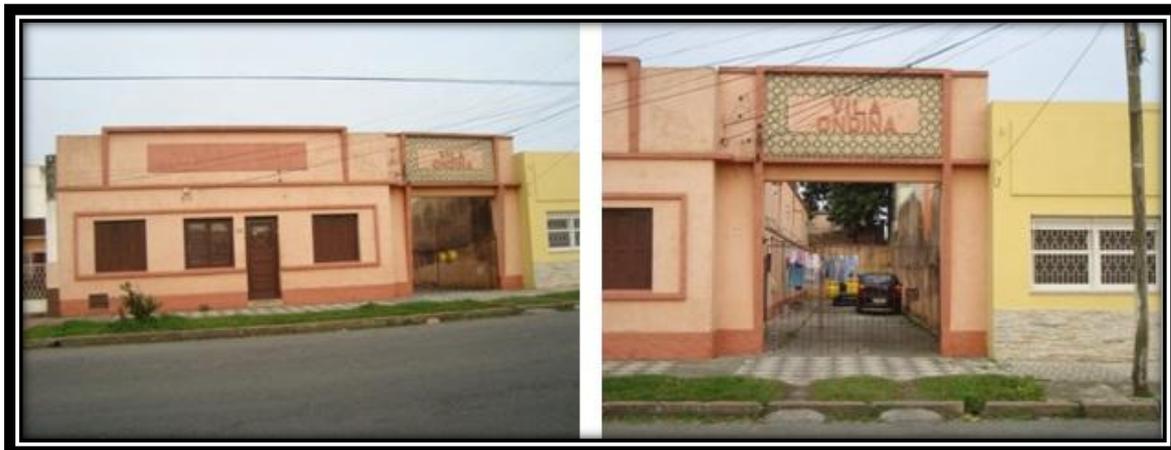


Imagem 20: Vila Ondina Rua Visconde do Rio Grande, bairro Cidade Nova Fonte: Foto do autor

Este tipo de habitação coletiva apresenta uma frente com janelas e portas, e normalmente no lado direito possui o corredor lateral que se estende por todo o comprimento do terreno. Ao longo deste corredor diversas casas estão postas lado a lado.

Outro tipo de habitação coletiva encontrada no bairro Cidade Nova são as vilas com casas de ambos os lados unidos por um pátio (corredor) central, que faz com que estas casas, diferentemente dos outros modelos mencionados, fiquem postas frente a frente. São chamadas de casas-pátio.



Imagem 21: Vila Ilza Rua Visconde do Rio Branco, bairro Cidade Nova Fonte: foto do autor.

As vilas operárias surgem como um modelo de habitação substituto dos cortiços. Tiveram um papel fundamental na consolidação da moradia popular urbana. Inseridas dentro de um contexto nacional que lutava pela extinção dos cortiços, esse empreendimento privado oferecia aos operários habitações dignas, pagando um preço relativamente baixo (BONDUKI, 1994, p. 715).

Seu surgimento está relacionado à necessidade de fixar o trabalhador especializado nas proximidades das indústrias, mantendo-os sempre dentro de um aparato ideológico que mantivesse este trabalhador longe de sindicatos e manifestações trabalhistas. Na prática este discurso acabou transcorrendo de forma distinta, pois os aluguéis desse tipo de moradia resultavam em mais da metade do salário do operário, ficando então estas vilas reservadas a apenas os trabalhadores de maiores rendimentos (KOWARICK e ANT, 1994).

Na Cidade Nova as vilas estão ligadas a investimentos privados, a proprietários que erguiam em seus terrenos estas casas, que não diferentemente de outros locais do país, eram ocupadas por operários. No bairro, a presença deste tipo de empreendimento só pode ser datada a partir de um estudo mais específico, o qual vise entender o surgimento desta modalidade de moradia, assim como, o público específico que buscava estas casas como alternativa de moradia.

Não se compõe aqui este objetivo, apenas se entende que este tipo de moradia, as vilas, constitui-se em uma característica a qual está presente até os dias atuais no bairro. Os motivos de se encontrar na Cidade Nova um grande número de casas dessa modalidade muito provavelmente estão ligados ao caráter operário do

bairro, e, também, por ter sido este espaço da cidade preterido por muitos empreendedores do ramo imobiliário.

A questão da moradia de aluguel não se evidencia somente nestes tipos de vilas, as quais foram aqui mencionadas. Na temporalidade da pesquisa, muitas eram as casas de madeira, as quais eram alugadas por inteiro ou em cômodos. De acordo com o entrevistado Augusto Ferreira Godinho:

[...] Existia eram casas de madeira, que alugavam peças. Uma casa que fosse grande, tivesse um bom grande pátio, então o dono dessa área alugava. E aí ele ia fazendo, alugava duas peças pra um, duas peças pra outro. Aqui na frente tínhamos uma. Era uma casa de madeira grande que o proprietário dela era russo. Segundo consta, a Rússia antigamente ela tinha diversas nações e ele era de uma dessas nações que pertenciam a Rússia. Ele era um senhor forte, até chamavam ele de coco pelado. Eu conheço gente que morou anos, famílias que moraram aí, às vezes as famílias eram pequenas, depois iam crescendo [...] Eram trabalhadores, operários que as vezes [...] não tinham grandes recursos, no início da vida. Vamos dizer um casal, geralmente quando vinham, vinham um casal, recém casado, quando vê já tinham filhos e os filhos iam crescendo [...] Também tinham as pessoas idosas e tinha outras que alugavam uma peças nos fundos com entradinha pelo lado. Justamente isso era uns 10 metros de frente por uns 40 e 50 metros de fundo [...].

O depoimento demonstra uma prática muito recorrente no bairro que foi evidenciada nos anos em estudo. O investimento em aluguéis se mostrava uma atividade cada vez mais valorizada na Cidade Nova. Algumas quadras inteiras chegaram a estar sob a propriedade de uma só pessoa. Normalmente os proprietários dessas casas de aluguel estavam ligados à atividade comercial no bairro.

A partir dos anos 1950, a indústria pesqueira atinge números significativos na industrialização do pescado, nas entre safras de peixe, alimentos eram produzidos; este fato gerava uma demanda constante por mão de obra. As principais indústrias alimentícias da cidade estavam concentradas dentro do bairro, ocasionando um aumento de concentração populacional resultando em maior demanda por moradias de baixo preço e próximo ao trabalho. “As vilas próximas às indústrias eram preenchidas basicamente por diaristas dessas fábricas” (Henrique Cruz).

Faz-se aqui o registro de uma habitação existente entre as Ruas Bento Gonçalves e Marcílio Dias. Esta aglomeração, popularmente conhecida como

corredor do Hugo, era predominantemente habitada por operários e seu nome fazia referência ao proprietário do local.

[...] Tinha o Corredor do Hugo que era um monte de casinhas assim tudo alugada também na Bento Gonçalves, ficava entre D. Pedro I e Marcílio Dias. O Hugo era dono daquilo tudo ele comprou o terreno e começou a fazer casas para alugar para as pessoas, mas tudo casinha pequena, tudo 2,3 peças por pessoa. Esse corredor do Hugo era muito famoso, corredor do Hugo, moravam um monte de pessoas [...] A maioria das pessoas que moravam no corredor do Hugo eram operários, eu tinha uma tia que morava ali os filhos trabalhavam em fábrica de peixe, trabalhavam na Triunfo e trabalhavam na Furtado e outro trabalhava na Rheingantz eles eram operários, mais era fábrica de peixe, na época era mais fábrica de peixe, isso por volta de 1952-1953 eu ainda estudava no primário [...] (Neli Marques).

De acordo com o que foi descrito, o corredor do Hugo era uma aglomeração de casas que ocupava um terreno de esquina entre duas ruas. Eram casas pequenas de madeira, em estado material bastante simplificado, como as demais casas do bairro, ocupado basicamente por operários das indústrias adjacentes ao bairro.

Como se pode perceber, o bairro Cidade Nova seguiu a tendência de âmbito nacional. A construção das vilas atendia à demanda pela procura de moradia próxima ao trabalho a preços mais baixos, além de se constituir em um excelente mercado para os investidores. Até os dias atuais esta modalidade de moradia está fortemente presente nas ruas do bairro, sendo uma das principais características desse local.

4.5 Comércio e Imigrantes

Conforme já mencionado anteriormente, a cidade de Rio Grande recebeu um número muito significativo de imigrantes. Em sua grande maioria vinham para a cidade em busca de condições melhores de vida. Evidenciamos aqui dois tipos de imigrantes, os que buscavam a cidade como alternativa de investimentos, no caso o setor industrial e comercial, e de outro lado, os que vinham em busca de trabalho, fosse ele nas indústrias ou no campo.

A Cidade Nova seria o local destinado aos imigrantes que buscavam o trabalho; os que aqui aportavam já com capital para ser investido instalavam-se no centro. Os primeiros registros dos imigrantes são apresentados por Copstein (1975),

o qual aponta os poloneses como primeiro grupo estrangeiro a se instalar no bairro³³.

A presença dos poloneses nesta espacialidade é muito marcante, de forma que estão diretamente associados ao bairro, todos os entrevistados conhecem, lembram de pessoas desta etnia. Suas ocupações estiveram mais concentradas no trabalho fabril e portuário, entretanto, alguns também estiveram relacionados com as pequenas atividades comerciais do bairro.

[...] Naquela época moravam muitos poloneses por aqui, sempre teve muitos poloneses desde a época da construção do porto e eles foram chegando por aqui, tinham alguns italianos, poloneses portugueses tinham muitos aqui naquela época. Eles estavam espalhados no bairro, por exemplo, aqui na Cidade Nova criou a Águia Branca. Ali na Colombo tinha o Sr. Sokowisk, polonês, que teve o primeiro comércio, uma borracharia que depois se transformou para uma casa peças que era a autopeças Colombo, quem deu origem as autopeças, foi lá o Sokowisk e depois outros foram montando [...] (Augusto Ferreira Godinho).

No trecho se evidencia a presença de outros grupos étnicos no bairro, mas o que se destaca dentro deste depoimento é a referência a um polonês como um pioneiro de um ramo comercial que caracteriza o bairro atualmente, as lojas de autopeças da Rua Colombo. Outro ponto de destaque é a relação feita por nosso entrevistado entre o porto e os poloneses. Alguns de nossos entrevistados dizem que muitos poloneses estavam justamente ligados ao trabalho portuário, que teria se constituído como o forte atrativo para esses.

Percebe-se, então, que desde sua chegada na localidade, os poloneses estiveram presentes em maior ou menor número em diversos setores do trabalho, não ficaram restritas às atividades industriais, seja no pequeno comércio de bairro, ou seja, no trabalho portuário.

Os italianos, juntamente com os espanhóis, ocupavam o grupo menor de imigrantes do bairro, a maioria está dividida entre portugueses e poloneses. Os imigrantes ficam diretamente relacionados às atividades comerciais do bairro. Entendemos, aqui, constituírem-se dois assuntos muito próximos, pelo fato de que em todas as entrevistas esta relação é feita, não existe dentro do imaginário do bairro este desprendimento; os imigrantes sempre estão ligados a atividades comerciais, sejam elas artesanais, comerciais, aluguéis de casas ou industriais.

³³ Sobre os números de imigrantes no bairro e na cidade ver anexo 1.

O comércio era liderado mais pelos portugueses, de armazéns a maior parte era português. Mas os italianos eram mais nos arredores do Salesianos com os poloneses, eles vieram quando o Salesianos foi montado, não recordo o ano. Eles vieram montaram o colégio e eles tinham tipografia e uma carpintaria. Uma é que eles precisavam da carpintaria para construir o conjunto deles e também ensinavam profissão, tanto na carpintaria quanto na tipografia. A maior parte eram italianos e poloneses e os portugueses faziam o comércio de armazém. (Augusto Ferreira Godinho).

A evidência encontrada a partir de relação dos portugueses com o comércio de varejo no bairro é explicada por Augusto Ferreira Godinho, imigrante português, comerciante, radicado no bairro desde 1955. De acordo com ele, o ponto inicial de maior concentração dos portugueses foi a Ilha dos Marinheiros, onde mantinham atividades de plantio e fabricação de vinho artesanal. Com o passar do tempo, o crescimento da cidade e a possibilidade de aumento dos lucros muitos migraram para a Cidade Nova, chegando aqui já com capital para ser investido em atividades comerciais, ou até mesmo nas chácaras urbanas.



Imagem 22: Ferragem Colombo, Rua Cristovão Colombo, esquina Rua Tiradentes. Propriedade de Augusto Ferreira Godinho. Fonte: Arquivo pessoal de Augusto Ferreira Godinho.

O comércio na década de 1950 era dominado pelos armazéns, vendas localizadas normalmente em esquinas, onde eram vendidos os mais variados produtos na forma de varejo.

[...] As vendas eram pobrezinhas não tinham muita coisa, eram poucas as vendas. Por exemplo, arroz, açúcar essas coisas eram tudo dentro de sacos de estopa, aí ficava ali aberto, e eles iam com um corredor para tirar o que agente queria comprar. Tinham vendas que vendiam fiado, para pagar no fim da quinzena ou do mês, sei lá e tinha quem comprava a dinheiro, mas tinha de tudo. A manteiga agente chegava lá e dizia seu Augustinho eu quero manteiga, quanto a senhora quer? Eu quero 200 \$ reis, ele colocava com uma pazinha a manteiga o papel, as vezes eu me esquecia e perdia a manteiga. Minha mãe, mamãe chegou a trabalhar em um armazém, um armazém de família, aqui na Buarque de Macedo tinha um armazém muito sortido, Bernasconi, a mamãe trabalhou toda a família do Bernasconi, e armazém, venda, tinha assim umas bem sortidas, tinha umas bem pobrezinhas [...] (Honorina Brito).

O comércio de armazéns no bairro, juntamente com os vendedores ambulantes que circulavam pelas ruas, a pé ou de carroça, se constituía na única forma de abastecimento dos moradores no local. Já na década de 1950 este tipo de atividade estava bastante difundido dentro do bairro, encontrando-se um armazém em quase cada esquina, juntamente com os açougues e padarias.

[...] O nosso comércio era armazém de secos e molhados tu chegava ali tu tinha de tudo se não tinha naquele tu ia no “Seu José” tu ia no “Girassol” se não tinha no “Girassol” vai no “Armazém 3M” dos Magalhães. Aí tinha aqui o Antônio Rodrigues do “Armazém Sussena”, então os armazéns eram assim tu chegava ali e tinha de tudo que tu queria. Linguíça, charque, tudo quanto era alimento tinha, era secos e molhados. Tinha o querosene para os fogões a querosene porque não tinha gás, muitos tinham fogão a querosene, outros a lenha, fogareiro. Todos eles tinham as mesmas coisas [...] (Jurandir Pedroso).

As padarias seriam outro ramo comercial de destaque dos imigrantes portugueses dentro do bairro.

[...] A origem das padarias é de antes [...] teve a padaria Aliança, a primeira mesmo foi a Cruzeiro na Rua General Abreu, é uma das mais antigas, depois tivemos a padaria Colombo, que era do Seu Manuel Carvalho, também português. O fundador da padaria Cruzeiro era Italiano depois é que veio os portugueses. Depois teve pela Tiradentes a padaria Aliança e depois a padaria do Cândido,

Bento Gonçalves com esquina Marcílio Dias, depois teve a padaria do Seu Anibal também português (Augusto Ferreira Godinho).

Todos os estabelecimentos, armazéns, açougues e padarias trabalhavam com a venda no caderninho, onde todas as compras eram anotadas em uma caderneta e posteriormente pagas em datas acordadas entre o comerciante e o cliente. Até mesmo a cachaça era vendida no varejo, o famoso martelinho rendia bons lucros aos comerciantes. “Aquilo dava um lucro fabuloso, por um martelinho vendia quase o preço de uma garrafa” (Augusto Ferreira Godinho), no entanto, para este senhor que resolveu mudar de ramo, do bar para ferragem, porque não via grandes lucros, a venda de pinga gerava muitos problemas, um deles era o fato do freguês permanecer durante muito tempo no balcão e consumir muito pouco.

A manutenção dessa atividade comercial se deu durante um período em que existia um mercado de opções muito restrito aos consumidores. Como pode ser percebido em nossa pesquisa, o consumo doméstico eram marcadamente simples. Produtos como arroz, feijão, massa, açúcar, carne, farinha, banha, pão, manteiga, lenha (carvão) querosene eram consumidos diariamente em maiores proporções. O declínio desta longa atividade comercial está relacionado ao surgimento dos supermercados, no bairro, no qual estavam inseridos dentro de outra dinâmica de comércio. “Depois de passados anos é que o Seu Rui fez o supermercado do Rui na República com Dom Bosco, foi aí que apareceu o tal supermercado” (Neli Marques).

A presença acentuada dos imigrantes no bairro não resultou necessariamente em formas de representação como associações ou clubes esportivos. No caso dos portugueses, espanhóis e italianos não se verificou nenhuma aglomeração deste tipo. Os portugueses são apontados como muito dedicados ao trabalho. O progresso econômico se deve à postura assumida pela maioria desses imigrantes.

[...] Os portugueses progrediam no comércio e trabalhavam que nem uns burros né? E não gastavam. Eles não são progressistas. Outra coisa, manutenção das casas eles não dão, eles moram mal, e não mantém nada, eles compram as casas e fazem muito poucas coisas, eles não são progressistas de fazer um troço [...] (Saul Balaguez).

A ocupação nas atividades comerciais fazia com que os imigrantes portugueses da Cidade Nova tivessem um empenho completamente dedicado ao trabalho. A crítica feita por nosso entrevistado recai sobre a postura deste povo no bairro. A abdicação de bens materiais e até mesmo no lazer, fatores os quais

determinam uma qualidade de vida melhor, não era uma prática condizente com a mentalidade desses trabalhadores, que acabavam investindo grande parte do capital ganho na aquisição de casas para aluguel.

De acordo com Augusto Ferreira Godinho, alguns imigrantes portugueses do bairro frequentavam o Centro Português, localizado no centro da cidade. “O Centro Português começou como Grêmio Lusitano que era na Rua Duque de Caxias esquina Rua General Bacelar, em cima do antigo café Dalila”; posteriormente, a sede foi mudada de lugar. Divergências entre os integrantes desta comunidade ocasionaram a separação de um grupo, que fundou o Centro Português. Esta sociedade ainda se mantém ativa com duas sedes, uma na cidade e outra campestre, realizando uma série de atividades culturais e de lazer.

A exceção de organização dos imigrantes em entidades no bairro se dá por parte dos poloneses, que fundaram a associação Águia Branca. Este clube ainda se mantém atuante, sediando diversas atividades culturais e mantendo um grupo de estudo sobre a cultura polonesa. Outra associação menos conhecida, foi o clube polono, também instalado na Cidade Nova.

Aqui teve uma sociedade de baile, aqui na Colombo de frente a Praça Saraiva, o Polono Brasileiro [...] Era uma sociedade de baile da colônia Polonesa aqui em Rio Grande, a Águia Branca também era dos poloneses [...] Isso por volta de 1945. Eu me lembro que quando guri, na época do carnaval entrava no salão de baile batendo lata, nos corriam de lá. Tinha até o time de futebol, que jogava ali na pracinha, era o Polono. Esses poloneses, aqui em Rio Grande era colônia desses poloneses era muito grande, aqui tem muito polonês muito polaco. Eles trabalhavam muito na Swift. Eles eram pessoas mais humildes que se instalavam aqui na Cidade Nova, trabalhavam na Swift e outros [...] (Saul Balaguez).

Pelo que se pode perceber, o clube Polono Brasileiro foi uma entidade de proporções menores que a sociedade Águia Branca, tendo também seu tempo de existência sido muito pequeno. Dessa forma, justifica-se por grande parte dos entrevistados o não conhecimento dessa entidade. Sua atuação se deu no período anterior à década de 1950. A fundação deste clube, de acordo com Saul Balaguez, se dá com o senhor Ramão Sokowisk, a mesma pessoa citada por Augusto F. Godinho, como sendo um dos primeiros comerciantes poloneses do bairro. Posteriormente, a sede deste clube seria alugada para o pai de Saul abrir a sua loja de calçados.

4.6 Sociabilidades

A Cidade Nova dos anos 1950 é descrita na fala de seus moradores como sendo um bairro muito tranquilo; em cada esquina se encontrava pequenos mercadinhos onde eram vendidos alimentos e cachaça no balcão. Aliás, os bares, botecos de esquina sempre foram apontados como local de passatempo da vida cotidiana, lugar em que se bebia a pinga depois do trabalho, se falava de futebol, jogando uma sinuca ou beliscando algum petisco. No bar, participava-se do time de futebol amador, que jogava todos os finais de semana na Praça Saraiva; no bar, contava-se e ouviam-se muitas histórias.

Os bares e botecos do bairro aparecem, em meio ao cenário cotidiano perpetuado pelo trabalho, como elementos de sociabilidade, “constituem-se na opção de lazer dos pobres urbanos do sexo masculino” (CHALHOUB, 2001, p. 256). Entretanto, busca-se, a partir das falas de nossos personagens, mapear a vida social deste espaço marcadamente operário. Em meio à precariedade infraestrutural, descrita até aqui, visualizamos algumas atividades de lazer superadas pelos tempos modernos, outras, estão completamente enraizadas na própria história deste bairro, e por isso ainda persistem.

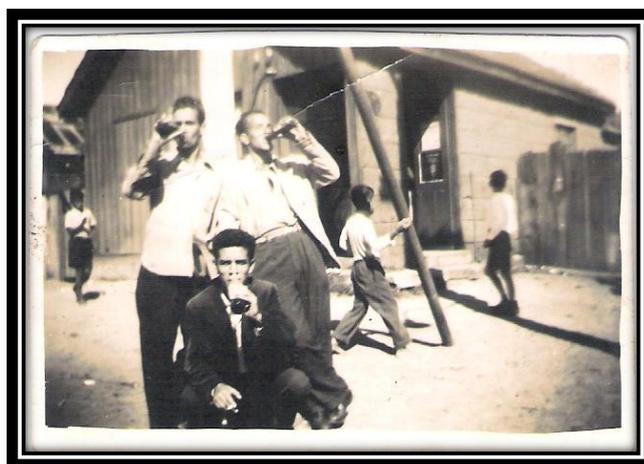


Imagem 23: Cenas do cotidiano. Jovens bebem em frente ao bar, enquanto ao fundo, crianças brincam. Este bar ficava localizado na Esquina da Rua Dom Pedro I com Rua Bento Gonçalves.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Primeiramente, parte-se em busca das sociabilidades extintas no bairro, aquelas que sucumbiram perante os adventos da modernidade tardia brasileira. Depois, se fará uma incursão pelo mundo do futebol amador da Cidade Nova,

elemento presente até os dias atuais, o qual ainda ocupa um importante espaço na vida dos amantes desse esporte, daqueles que viram se formar nos campos da Praça Saraiva grandes craques que despontaram no cenário regional e nacional do futebol³⁴.

A ocupação do tempo livre dos habitantes do bairro era marcada pela presença do rádio, o qual desempenhava também a função de elemento socializante dentro das residências da Cidade Nova.

Escutar novela no rádio, me lembro que eu era menina e dizia para a minha mãe e para a minha tia: Ah eu queria ver, as pessoas cantavam e choravam, eu dizia: vai chegar um dia que agente vai poder ver as pessoas, depois veio a televisão. Eu ainda tinha uma irmã que era bem atrasada, que ela dizia eles estão aí dentro, tão aí dentro [...] (Senhora Balaguez)³⁵.

Ouvir o noticiário ou parar para escutar as novelas transmitidas pelas ondas sonoras do rádio constituía-se em um momento especial das famílias. Após as jornadas de trabalho, ao fim do dia, a maioria dos familiares se reunia nas salas de casa para acompanhar as radionovelas. O cenário suburbano da Cidade Nova dos anos 1950 foi marcado exatamente pela ausência de bens domésticos nos lares, fato, este que obrigava os habitantes do bairro a buscar outros meios de diversão.

[...] Tinha o cinema Avenida, Salesianos, tinha futebol e os bailes [...] Fui rainha do Águia Branca, eu ia para os bailinhos domingo de tarde, não podia ser de noite [...] O laser era cinema, bailes, escutar rádio. Antigamente tinham muitos salões e tu tinha que ser sócio para entrar hoje em dia não, é tudo paga e entra. Tinha o Grêmio Lusitano, tinha o clube do comércio, o Saca Rolhas, tinha o Ipiranguinha que era time de futebol que depois virou salão de baile [...] (Senhora Balaguez).

O cinema era um elemento muito presente dentro bairro, o Cine Avenida, localizado no *Boulevard* Major Carlos Pinto, ou Cinema da escola Salesianos eram os mais populares e frequentados por crianças, jovens e adultos do bairro. As diversas seções exibidas ao longo do dia possibilitavam maiores opções de escolha

³⁴ Outro elemento de grande importância dentro do cenário das sociabilidades do bairro era o carnaval da Rua Colombo, constituindo-se como uma grande atração da Cidade Nova. Porém, como não se compõe como uma atividade do cotidiano, e por si só, este tema renderia um trabalho a parte, optou-se somente por mencionar este evento.

³⁵ A entrevista realizada com Saul Balaguez foi acompanhada pela presença de sua esposa, o qual contribuiu com algumas informações, entretanto, solicitou que seu nome não fosse colocado na entrevista. Optou-se então por mantê-la somente com Sra. Balaguez.

nos horários, e até ver por repetidas vezes o mesmo filme durante aquele dia. Outra forma mais viável de se obter os ingressos para as sessões de cinema no bairro era assistir as missas na Igrejinha³⁶. “A igreja convidava para ir à missa distribuindo convites para o cinema e a gente ia tudo” (Henrique Cruz).

A Igreja Sagrado coração de Jesus, localizada na Avenida Pelotas, ocupa um espaço importante dentro do cenário religioso do bairro, juntamente com a igreja dos Salesianos; são as representações católicas mais lembradas pelos moradores da Cidade Nova.

A Igreja Sagrada Família, localizada na Avenida Pelotas, entre as Ruas Dom Pedro I e Rua Marcílio Dias, ocupa um espaço importante dentro do cenário religioso do bairro, juntamente com a igreja dos Salesianos são as representações católicas mais lembradas pelos moradores da Cidade Nova.

A história da Igrejinha, como é popularmente conhecida, está permeada pela presença dos padres Elcy Beiró, e pelo popular padre Costa. Jorge de Oliveira lembra que o padre Costa costumava circular com a sua bicicleta por todos os lugares, “ele chegava nas casas perguntando se tinha parreira ou árvores para podar e depois ficava para almoçar”. Já Henrique Cruz recorda o fato deste padre fazer a evangelização dos pescadores da beira da lagoa e ganhar muitos peixes. “Ele ganhava os peixes dos pescadores, chegava nas casas com o peixe para almoçar, a gente comia peixe quando o padre ia almoçar na nossa casa”.

O relato dos moradores demonstra uma aproximação muito grande entre a religião e os seus fiéis. A presença do padre frequentando as residências, fazendo a evangelização e ao mesmo tempo participando do dia-dia dos moradores da localidade expõe um caráter comunitário, muito semelhante ao que acontece, por exemplo, nas zonas rurais. Ainda de acordo com o entrevistado Henrique Cruz “as religiões (protestantes, católicos) procuravam os imigrantes”, existia uma preocupação em evangelizar este público que se instalava na Cidade Nova e, por isso, buscavam atingir o público utilizando estratégias que iam da distribuição de ingressos para o cinema, até a visita do padre as residências.

³⁶ Igreja Sagrada Família foi inicialmente fundada no ano de 1937, pelo Monsenhor Eurico de Mello Magalhães e pelo Sr. Luiz Loréa. Recebeu o apelido de Igrejinha pelo fato de que nos anos iniciais ela funcionava em uma pequena capela de madeira, chamada Escola Jesus Maria e José.

O cinema também chegava aos moradores da Cidade Nova de forma gratuita pelo serviço social do SESI. Uma viatura equipada com alto falantes circulava pelas ruas da cidade anunciando o filme que seria exibido.

[...] O cinema era a única diversão, não existia televisão. Esse tipo de cinema era projetado numa parede e agente sentava tudo no chão para ver os filmes, as vezes quando o filme arrebatava o pessoal começava a jogar areia pra cima, mas bastava o locutor falar para parar com a bagunça, que todos paravam, naquela época não tinha gangues, não existia violência [...] (Henrique Cruz).

Esta modalidade de cinema móvel levava até os moradores do bairro diversão e entretenimento em uma época em que os televisores não eram popularizados. “Naquele tempo não tinha cadeiras de praia, a gente levava cadeira normal de casa, era todo mundo sentado e o projetor passando o filme” (Jurandir Pedroso).

De acordo com Henrique Cruz, filho de um operador do cinema volante do SESI, “na época era o cinema pastelão, este tipo de cinema móvel foi feito nas ruas da cidade até a revolução de 1964³⁷”. O golpe militar assinalou também o fim desta modalidade de diversão dos moradores da cidade de Rio Grande.

Os clubes recreativos, conforme já referido, aparecem no cenário do bairro como importantes lugares de socialização dos moradores do bairro. As entidades de maior destaque, Esporte Clube União Fabril, Sociedade Águia Branca, e Clube Ferroviários eram obrigatoriamente frequentadas por sócios, fato, este, que acabava restringindo o número de frequentadores destes espaços, garantindo certo *status* a seus sócios.

Entretanto, existiam outros clubes de proporções menores que realizavam atividades diversas, ou seja, culturais. Geralmente estas pequenas agremiações estavam ligadas a clubes de futebol amador. O Ipiranga futebol clube, Ipiranguinha como é conhecido, foi uma sociedade fundada por operários o qual tinha a finalidade de ser um clube de futebol, mas, a manutenção do time levou os dirigentes a organizarem bailes, almoços, para arrecadar fundos e posteriormente construir uma nova sede.

³⁷ O entrevistado se refere ao acontecimento deflagrado entre 31 de Março e 1 de abril de 1964, como Revolução. Tem-se por embasamento que este fato foi um Golpe Militar que mergulhou o país numa Ditadura Militar que durou até 1985.

[...] Tinha o Ipiranga Futebol Clube, Ipiranguinha, do lado da nossa casa, tinha bailes ali, teve uma época que veio até uma artista do Rio ali. A casa do meu pai tinha um portão que tu passava direto pra dentro do Ipiranga, eles faziam mocotó, passavam pro velho. [...] O Ipiranguinha tinha janela tudo, era um chalé transformado em salão de baile, as oito peças como era ali em casa, só transformado em salão de baile com abertura pra todos os lados e nós ali também abertura pra todos os lados e, da janela a gente via tudo [...] (Jurandir Pedroso).

O Ipiranga futebol clube é descrito aqui, na fala de um personagem que durante muitos anos foi vizinho deste clube. Durante este período, frequentou o clube quase que diariamente e através dele conseguimos obter informações relevantes a respeito da sociabilidade nos clubes pequenos.

[...] O salão era isso aqui, por exemplo, aí lá no salão tinha o palco, o palco dos músicos, era jazz né? Era bateria, trombone, sax e o cara batendo os pés [...] Anunciavam assim amanhã tem baile no Ipiranga, a turma ficava esperando pelos bailes, e aí quando vai ter baile, quando vai ter o jazz? Semana que vem, é o Jazz Brasil que vai tocar [...] Tinha legal na época dos bailes assim, a marca da gasosa, [...] Então ai o cara anunciava: Atenção a marca da gasosa te pegava de surpresa, aí tu já tinha uma garota, já tavas dançando com ela, namorando e tal, aí tinhas que pagar uma gasosa pra ela, daqui a pouco te pegava desprevenido, não tinhas dinheiro pra comprar a gasosa, acontecia muito disso os caras vinham assim me empresta aí, era a marca da gasosa [...] (Jurandir Pedroso).

Além dos jantares, almoços e os esperados bailes com a banda Jazz Brasil e outras atrações, o clube Ipiranguinha também possuía em sua sede social uma série de jogos, que se constituíam no passatempo predileto de seus frequentadores nos dias de semana. O jogo do sapo, o ping-pong e a petisca eram os preferidos na sede esportiva.



Imagem 24: Cenas do Cotidiano. Cordão carnavalesco do Clube Ipiranga na Rua Dom Pedro I, local de sua primeira sede. Fotografia datada do ano de 1953. Fonte: Arquivo pessoal de Jurandir Pedroso.

Outros clubes de futebol, também com sedes sociais o qual promoviam eventos são lembrados, como é o caso do Piratini, localizado na frente da Praça Saraiva, existente até os dias de hoje, e a Portuguesa, que mesmo estando localizada no bairro municipal, participava dos jogos amadores e realizava muitos bailes em sua sede esportiva.

A situação financeira obrigaria o Ipiranga a transferir sua sede para a casa de um de seus donos. O motivo se deu pelo fato do proprietário da casa onde funcionava a sede do clube, colocá-la à venda. Não tendo recursos em caixa, foram obrigados a buscar um novo lugar para se instalarem.

[...] Aí levantaram o Ipiranga dali e foi para a casa do Dejanir, nós era garotão naquela época, aí era rifa que faziam daqui e dali lá na casa do seu Dejanir, vendiam Mocotó, aí surgiu aquele terreno lá na Domingos de Almeida que ninguém queria, lá não tinha casas, só tinha o Carangueijo, armazém de esquina. Aí não tinha casa ali, nós fomos lá ver o terreno, era um areal o terreno, aí compraram ali e começaram a construir de madeira e guri gosta dessa coisas, né? Eles faziam peixada e nós meta martelo erguendo o Ipiranga, fizeram tudo de madeira o Ipiranga, aquela velha guarda o Dejanir, Francisquinho, os fundadores, pessoa que hoje é difícil de encontrar que tinham o time como coração mesmo, e fora as mulheres que trabalhavam e cima também fazendo muita coisas. Eles ergueram o Ipiranga e nós guri ajudava lá, serrava madeira, fazia tudo ali. Eles ergueram o Ipiranga que vivia para o futebol, faziam uns bailinhos pra tirar alguma coisa para o clube [...] (Jurandir Pedroso).

A manutenção do clube passava necessariamente pela paixão de seus integrantes os quais dispensavam grandes esforços para manter o Ipiranga atuante

no cenário do futebol amador local. O envolvimento não ficava somente restrito aos homens que comandavam o clube, estendia-se até as suas famílias, as esposas que lavavam os uniformes, preparavam os almoços e participavam ativamente dessa atmosfera social. Além disso, podemos perceber também no depoimento o cenário urbano da Rua Domingos de Almeida na época em que foi adquirido o terreno para a construção da nova sede social. O espaço o qual o clube até hoje ocupa, é descrito como um lugar ainda a ser desbravado, sem casas no entorno e com a presença marcante dos cômodos de areia.

Desde o momento em que a Cidade Nova passou a ser pensada e aos poucos ganhava tímidas habitações em meio ao cenário dominado pelos cômodos de areia, ainda no final do século XIX, um espaço foi dedicado ao lazer dos futuros habitantes da localidade. Ocupando a área equivalente a quatro quarteirões, a Praça Saraiva, ao longo da história do bairro, consolidou-se como o principal ponto recreativo.

A Praça Saraiva abrigava os campos de futebol amador dos principais clubes do bairro, também servia para brincadeiras infantis, passeios, treinamentos do exército, além de ser o local preferido para a instalação dos parques de diversão e dos circos que esporadicamente visitavam o bairro.

[...] Então o nosso lazer maior era esse aí, ir pra pracinha de manhã tinha futebol amador. Na pracinha pra tu ter uma ideia tinha o campo do Flamengo, tinha o campo do Palmeiras, tinha o campo do Piratini, tinha o campo do Ipiranga e o campo do Bento Gonçalves tudo dentro da pracinha. Tu chegava na pracinha tu escolhia o jogo que tu queria ver. Ah tem Ferroviários e Flamengo, tem o Ipiranga e Guarani, tem Piratini e Zaloni, tu escolhia o jogo. Era um amadorismo aqui, mas o amadorismo superava os profissionais, o pessoal ia tudo pra pracinha e muitas vezes nem ia para os jogos profissionais [...]
(Jurandir Pedroso).

Além de manter uma forte cena do cenário de futebol amador de Rio Grande, a Cidade Nova também abrigava, em seus limites, dois dos três clubes de futebol profissional da cidade, (Sport Clube Rio Grande, Rio-Grandense) com seus estádios instalados na Avenida Buarque de Macedo. Nos arredores do bairro, encontrava-se o também profissional Sport Clube São Paulo.

O futebol era atividade marcante dentro do bairro, fosse no âmbito amador ou profissional, a Cidade Nova estava envolvida por este esporte. Em determinado momento o futebol amador na Praça Saraiva envolvia e atraía mais seguidores do que os próprios clubes de futebol profissional, pois, como já mencionamos, estas

agremiações esportivas estavam diretamente ligadas às rotinas cotidianas dos moradores, pois era nas sedes ou nos bares dos clubes que os habitantes do bairro passavam o seu tempo livre.

O futebol amador ocupa até os dias de hoje um grande espaço na própria identidade do bairro. Como podemos perceber, através dos relatos, existia por trás dos clubes amadores uma estrutura fundamentada em laços familiares, de solidariedade e paixão pelas entidades esportivas. A necessidade de manutenção dos clubes levou os dirigentes a organizarem eventos, tais como almoços, jantares e bailes, isso possibilitou a criação de uma via alternativa de socializações no subúrbio operário.



Imagem 25: Cenas do cotidiano. Time de futebol amador D. Pedro I, momentos antes do jogo na Praça Saraiva. Ao fundo se observa os chalés da madeira pela Rua Teixeira Júnior. Fotografia datada do ano 1962. Fonte: Arquivo pessoal de Jurandir Pedroso.

As grandes entidades sociais do bairro não estavam ao acesso de todos; para frequentar seus eventos era necessário ser sócio, algo que demandava um investimento financeiro relativamente alto para os padrões da época. Dessa forma, os clubes de futebol amadores foram responsáveis por criar uma nova rede de socialização na Cidade Nova, pois os seus eventos tinham custos acessíveis aos bolsos dos trabalhadores, possibilitando a estes um divertimento aliado à paixão pelo clube.

O envolvimento do público com o futebol amador e a conseqüente mobilização que este esporte criava em seu entorno atraiu a atenção dos dirigentes dos clubes profissionais de futebol da cidade para a Praça Saraiva. Dessa forma, jovens jogadores, que eram destaques no amador, passaram a vestir os uniformes dos grandes clubes da cidade.

De acordo com Jurandir Pedroso, este momento em que os clubes profissionais se voltam para o futebol amador da Praça Saraiva é o momento em que começam a surgir os grandes nomes do futebol riograndino.

[...] Tinha o time do guri que era o Rio Grandense que era um celeiro de grandes jogadores, o Rio Grandense sempre produziu grandes jogadores porque ele dava assistência a gurizada da pracinha e ali sempre tinha bons guris na época e o São Paulo também sempre pegava o pessoal da pracinha. Já o Rio Grande não tinha essa pretensão não dava muito valor a gurizada prata da casa, já queria gente da elite [...] (Jurandir Pedroso).

Como se pode perceber, a partir da fala de nosso entrevistado, o clube profissional que mais dispensava atenção ao cenário amador do futebol da Praça Saraiva era o Rio-Grandense, conseqüentemente, era o clube que mais produzia bons jogadores. Essa forma de visualizar o futebol, buscando na várzea jogadores que eventualmente tornar-se-iam profissionais foi gradualmente sendo inserida na mentalidade do fazer-se futebol na cidade de Rio Grande.

O fortalecimento do cenário futebolístico local com os clubes profissionais disputando campeonatos regionais e nacionais esteve diretamente vinculado à produção de bons jogadores, que eram revelados pelos clubes locais e conseqüentemente passaram a despertar a atenção dos clubes da capital do Estado e de outros lugares de país.

Ocupando espaços muito próximos os dois campos dos clubes Rio Grande e Rio-Grandense estavam também muito próximos ao estádio do Sport Clube São Paulo, fato este que gerava uma grande comoção em dias de jogos desses clubes, principalmente quando havia o embate entre os times locais.

Então quando havia esses jogos de futebol Rio-Rita, tu cedo já via gente caminhando nas ruas com os rádios de pilha, aquilo era clássico, essa avenida a Buarque de Macedo enchia, o bonde cruzava lotado, rebocado por uma zorra. O bonde do Sport saía lá da Marechal e assim por diante, sempre lotado, era clássico, era futebol de primeira linha que nós tinha aqui, naquela época tinha (Jorge de Oliveira).

Os tempos áureos do futebol no bairro ainda estão registrados nas memórias daqueles que um dia fizeram parte deste período, seja jogando nos gramados da Praça Saraiva, vestindo os uniformes dos clubes amadores, ou seja naqueles que participaram torcendo pelos clubes profissionais da cidade, no “tempo que se tinha futebol de primeira linha”. Sport Clube Rio Grande e Rio-Grandense, alçando objetivos maiores, transferiram seus estádios para uma zona bem distante do bairro.

Muitos apontam essa transferência como o principal elemento para o declínio do futebol profissional em Rio Grande, pois na medida em que seus estádios saíram da Cidade Nova, houve natural afastamento do público que se viu impossibilitado de percorrer grandes distâncias para acompanhar os jogos de seus clubes. Restou ao Sport Clube São Paulo, com o seu estádio localizado na Avenida Presidente Vargas, manter a tradição do futebol nas adjacências do bairro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar no cotidiano do bairro, descrito na fala dos moradores, foi uma tarefa a qual demandou muitas horas de conversas com nossos entrevistados. Além de longo trabalho de perambulação pelas ruas da Cidade Nova, em busca dos personagens, histórias, acontecimentos e imagens se somou o fato de ter que explicar e justificar, por inúmeras vezes, o porquê de eu estar estudando o bairro, e por que o depoimento dessas pessoas seria importante para o meu estudo.

Consiste talvez nessa indagação dos próprios entrevistados, um dos pontos fundamentais de partida deste estudo. Os moradores do bairro não se enxergam como sujeitos históricos, não percebendo que as histórias de suas vidas possam ser relevantes para o contexto de uma história mais geral.

Como foi demonstrado, existe uma grande lacuna de pesquisas relacionadas aos espaços urbanos, da cidade de Rio Grande. Esse vazio pode ser justificado pela falta de informações e dados relativos aos bairros na primeira metade do século XX. Os relatórios da Prefeitura das décadas de 1940-1950 noticiam muito pouco sobre as diferentes regiões da cidade, aparecendo apenas algumas raras referências com relação às melhorias empreendidas pelo poder municipal, algo o qual, aqui se pôde visualizar de uma maneira diferente a partir da narrativa e descrição dos moradores que descrevem uma Cidade Nova marcada pela precariedade material.

Este estudo procurou primeiramente entender como as mudanças advindas do pensamento republicano surtiram efeitos dentro dos cenários urbanos. As políticas sanitárias se constituíram em fatores determinantes e influentes dentro dos governos que passaram a imprimir uma grande luta contra os ambientes considerados nocivos para a sociedade.

Dentro deste contexto é que o processo de remoção das classes desfavorecidas para as regiões fora dos centros urbanos ganha sentido. A instalação das grandes indústrias nos arrabaldes das cidades ocasiona a possibilidade do assentamento dos trabalhadores nas proximidades das fábricas, criando assim os subúrbios operários.

A ideia inicial de entender a Cidade Nova como bairro operário ganhou um novo significado quando houve a aproximação teórica com a proposta de subúrbio, do sociólogo José de Souza Martins. O subúrbio, como uma categoria de análise, se constitui justamente como um espaço em transição, pois preserva algumas

características do meio rural ao mesmo tempo em que não é um espaço completamente urbano. É um lugar de convívio, onde as contradições da modernidade brasileira são acentuadas e percebidas mais claramente.

Entende-se que, para o melhor desenvolvimento deste estudo, um breve histórico e contextualização de Rio Grande seria necessário, pois partir-se-ia de uma compreensão geral. Do momento de sua fundação até o período em que a cidade se torna um centro industrial foi possível verificar a partir do que foi descrito nos capítulos da dissertação, diversas tipologias e significações no cenário urbano.

A história de nosso objeto de estudo começa justamente dentro deste momento de transição, onde a cidade de Rio Grande passava por um processo de industrialização, marcado principalmente pela consolidação da Fábrica Rheingantz, mas, também, inserido dentro do contexto nacional republicano descrito anteriormente.

Sendo assim, a Cidade Nova surge como uma possibilidade de ampliação dos limites urbanos. A instalação da nova planta da Rheingantz, juntamente com outras estruturas fabris, como a fábrica de charutos Poock, a Fábrica Nova e a Estação Ferroviária trouxeram para esta nova área uma grande movimentação, causada principalmente pelos trabalhadores dessas indústrias.

Aos poucos, a Cidade Nova foi ganhando o formato desenhado na planta, as ruas largas e retas em continuidade com o centro, quadras formando quadriláteros e os lotes grandes foram as características desse período inicial. Naquele momento, morar no bairro se apresentava como uma via alternativa para aqueles operários que pagavam caro pela moradia no centro da cidade.

A precariedade material marcou a história desse espaço, principalmente nos anos iniciais, quando não era oferecido absolutamente nenhum tipo de infraestrutura urbana a seus habitantes.

A estrutura dos serviços urbanos foi chegando timidamente no bairro de forma que não atendia toda a população; a zona de maior concentração, localizada entre o *Boulevard* Major Carlos Pinto e a Rua Cristovão Colombo, recebia maiores cuidados, entretanto, estavam longe de ser suficientes para oferecer condições dignas aos moradores.

Como visto, a Cidade Nova foi o primeiro espaço marcadamente destinado à moradia proletária na cidade, fato este que fez com que também se constituísse como local de destino dos migrantes e imigrantes aqui chegados em busca de

trabalho. A presença de diversas etnias neste bairro também se constitui como uma das características mais marcantes do local.

Remeter a memória de nossos entrevistados aos anos 1950 justifica-se pelo fato de ser uma década importante na questão econômica da cidade. As principais indústrias passam por um processo de desaceleração fabril. Em contrapartida, existe o crescimento do setor industrial pesqueiro, que tem muitas de suas fábricas instaladas dentro da Cidade Nova. A escolha desta década também se deu em razão de ainda ser possível encontrar um número relativo de pessoas que vivenciaram aquele momento.

Os anos 1950 descritos aqui na fala de nossos narradores revelam um bairro já consolidado, com suas ruas quase completamente habitadas, com a presença marcante dos comércios de esquinas, das chácaras urbanas, dos clubes recreativos, esportivos, e das atividades de lazer, como cinema e futebol os quais se constituíam nas formas mais marcantes de sociabilidades.

A cidade Nova dos anos 1950 ainda apresentava uma série de problemas relativos à infraestrutura urbana e, também, muitos, derivados das condições precárias de vida de seus habitantes. Nas últimas três décadas do século passado, este bairro ganhou uma série de melhorias urbanas. As ruas receberam calçamento e meio fio, o problema do abastecimento de água foi solucionado por uma rede de canos que atendia a todas as residências.

À medida que a cidade avança no sentido oeste da península, o bairro vai ganhando em importância e significação, pois passa também a ter uma maior valorização imobiliária. Atualmente está colado ao centro urbano com suas principais ruas asfaltadas, com inúmeros condomínios residenciais de altos preços e muitos estabelecimentos comerciais.

Todos os entrevistados, quando perguntados como visualizam o bairro nos dias de hoje, compartilham da mesma opinião. O bairro, em relação àquele que eles cresceram e passaram boa parte de suas vidas, está bastante diferente, alguns chegam a utilizar o termo maravilhoso para descrever o local. No entanto, cabe lembrar que os seus padrões de comparação, como pôde ser visto neste estudo, era um lugar de ruas dominadas pelas areias, de inexistência de rede de água e esgotos, de casas humildes de madeira, da falta de banheiros, entre outras coisas. Portanto, vivenciar o momento atual se constitui como uma atividade de usufruto de

conquistas que foram obtidas através de muito tempo vivenciando as dificuldades do local.

Ao mesmo tempo em que os entrevistados apontam as melhorias, assinalam para um problema ainda não resolvido. A instalação de uma rede de esgotos se constitui como o principal problema identificado pelos moradores. Nos dias atuais, as residências ainda precisam contar com o sistema de fossas sépticas.

O bairro descrito na fala de nossos narradores se encontra completamente descaracterizado atualmente. As transformações urbanas alteram o modo de vida e as percepções espaciais de seus habitantes. Antigas ruas, marcadas pelo trajeto do bonde, pontos de referência tais como a chácara do seu Manoel, a padaria do seu Cândido ou o armazém do Rui são desfigurados em nome dos adventos que visam justamente a melhoria na qualidade de vida dos moradores.

Entende-se este trabalho como um ponto de partida para outros estudos relacionados à história dos bairros. Conforme já foi dito, poucas pesquisas dedicaram maiores atenções para determinados espaços específicos da cidade. É necessário ultrapassar o simples ato de passear pelas ruas e buscar as sensibilidades de um local que pulsa e precisa ser desvendado.

Fontes documentais:

BRITO, Saturnino de. Projetos e Relatórios. Saneamento do Rio Grande. Ministério da Educação e Saúde Instituto Nacional do Livro. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume X. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado pelo seu presidente Tenente Coronel Antônio Chaves Campello, 1880.

RELATÓRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL, 1883.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE RIO GRANDE. Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, 1883.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, 1885.

RELATÓRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DA CIDADE DO RIO GRANDE. Apresentado a Assembléia Legislativa Provincial, 1889.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DOS NEGÓCIOS DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, 1896.

RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo Intendente Dr. Conrado Miller de Campos, 1902.

RELATÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo Capitão Carlos A. Ferreira de Assumpção, 1903.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Apresentado ao Conselho Municipal do Rio Grande pelo Intendente Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção em 1904.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente do Município Capitão Dr. Juvenal Octaviano Miller em 1905.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente do Município Capitão Dr. Juvenal Octaviano Miller, 1908.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente do Município Dr. Trajano Augusto Lopes em 1911.

RELATÓRIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE, ano 1949. Apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Eng.º Miguel de Castro Moreira.

RELATÓRIO DA CIA CARRIS. Contrato de exploração. 1884.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1829.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1871.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1904.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1922.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1926.

PLANTA DA CIDADE DE RIO GRANDE, 1937.

Fontes Orais:

- Entrevista realizada pelo autor com o senhor Augusto Ferreira Godinho, 78 anos, em sua casa. Rio Grande, Novembro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com o senhor Henrique Cruz, em sua casa. Rio Grande, Novembro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com a senhora Hermelinda Carvalho da Silva, 80 anos, na casa de Honorina Brito. Rio Grande, Janeiro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com a senhora Honorina Brito, 80 anos, em sua casa. Rio Grande, Janeiro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com a senhora Iolanda Vaz, 80 anos, em sua casa. Rio Grande, Janeiro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com o senhor Jurandir Pedroso, 73 anos, em sua casa. Rio Grande, Janeiro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com o senhor Jorge de Oliveira, 62 anos, em sua casa. Rio Grande, Dezembro de 2010.
- Entrevista realizada pelo autor com a senhora Neli Marques, 68 anos, em sua casa. Rio Grande, Fevereiro de 2011.
- Entrevista realizada pelo autor com o senhor Saul Balaguez, 77 anos, em sua casa. Rio Grande, Novembro de 2011.

Fontes Eletrônicas:

<http://www.caesb.df.gov.br> 08/01/2012

<http://www.chaourbano.com.br> 14/10/ 2011

<http://www.guaipeca.blogspot.com.br>

<http://www.tramz.com/br/rg> 02/05/2011

Google earth 13/03/2012

Acervos:

Acervo pessoal dos entrevistados

Biblioteca Rio-Grandense.

Biblioteca da Universidade Federal de Pelotas – UFPEL. Ciências Sociais, ISP.

Biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Laboratório de ensino e pesquisa em arqueologia e antropologia – LEPAN, FURG.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERT, Verena. O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

_____. Indivíduo e biografia na História Oral. Rio de Janeiro: CPDOC, 2000.

ALVES, Francisco das Neves. **Visões do Rio Grande:** a cidade sob o prisma europeu no século XIX. Rio Grande: Ed. da FURG, 1995.

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes termos e conceitos históricos.** 3. ed. São Paulo: Editora Nova Fronteira, 2002, p. 367.

BACELLAR, Carlos. Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo : Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Ezio da Rocha. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade:** sociabilidades e cultura no Brasil Meridional – Panorama da história do Rio Grande / Ezio da Rocha Bittencourt. – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2007. 2. ed.

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da Habitação social no Brasil.** Análise social, vol. XXIX (127), 1994 (3-). 711-732.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** Lembranças dos velhos / Ecléa Bosi. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade** / Joël Candau; tradução Maria Letícia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2011.

CARTA, Mino. **Crônicas da Mooca/** Mino Carta: Fotografias Hélio Campos Mello. – São Paulo: Boitempo, 2009. Il. – (Paulicéia).

CASTEL Robert. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário. Trad. Iraci D.Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Eleonora Z. Sobre o acontecimento discursivo. In: SWAIN, Tânia Navarro. **História no Plural.** Brasília: Ed. UNB, 1994.

CARDOSO, Gilberto Marcos Cento 2011, p.8. Artigo publicado no Jornal Agora, Rio Grande 12 de abril de 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** Cortiços e epidemias na Corte imperial / Sidney Chalhoub, - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Trabalho lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque* / Sidney Chalhoub. – 2. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

COPSTEIN, Raphael. **O trabalho estrangeiro no município de Rio Grande.** Boletim gaúcho de geografia, série geografia n.4, 1975.

_____. **Evolução Urbana de Rio Grande.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. N. 122, p. 43-68, 1982.

DIAFÉRIA, Lourenço. **Brás sotaques e desmemórias/** Lourenço Diaféria. 2002, Boitempo Editorial. Paulicéia.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação.** Editora Acadêmica. 1987.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Edições Loyola. São Paulo 1996.

GANDRA, Edgar Ávila. **O cais da Resistência:** A trajetória do sindicato dos trabalhadores nos serviços portuários de Rio Grande no Período de 1959 a 1969 / Edgar Avila Gandra. Cruz Alta, UNICRUZ, 1999.

GILL, Lorena Almeida. **O mal do século:** Tuberculose, tuberculosos e a política de saúde em Pelotas/ RS 1890-1930. Pelotas: EDUCAT, 2007.

GRITTI, Isabel Rosa. **Imigração e colonização polonesa no rio grande do sul.** Rio Grande do Sul: Martins Livreiro, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história /** Agnes Heller; tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

KIRK, Nevile. Cultura: **Costume, comercialização e classe.** In: BATALHA C., SILVA, F e FORTES, A. **Culturas de Classe:** identidades na formação do operariado. Campinas: EDUNICAMP, 2004.

KOWARICK, Lúcio (org). **As lutas sociais e a cidade de São Paulo, passado e presente/** Clara Ant. 2. ed. ver. E atual. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LONER, Beatriz Ana. **Construção de Classe:** Operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2. ed. São Paulo : Contexto, 2006.

MARTINS, José de Souza. Subúrbio. **Vida Cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo:** São Caetano, do fim do Império ao fim da república Velha / José de Sousa Martins. – São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

_____. **Aparição do demônio na Fábrica:** origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário / José de Souza Martins. São Paulo: Ed. 34, 2008.

_____. **A sociabilidade do Homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala / José de Souza Martins. – 2 ed. Ver. e ampl., São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Solismar Fraga. A visão dos moradores sobre o planejamento urbano: um estudo do Bairro Santa Tereza – Rio Grande – RS. Rio Grande, 1997. Dissertação [Mestrado em educação Ambiental] – Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

_____. **Cidade do Rio Grande: Industrialização e urbanidade (1873-1990)** / Solismar Fraga Martins – Rio Grande: Editora da Furg, 2006.

_____. **Sociedade e história no Rio Grande do Sul: estudos multidisciplinares** / Francisco das Neves Alves (org.). – Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**/ Maria Izilda Santos de Matos. – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso de, e NOVAIS, Fernando A. **Capitalismo Tardio e Sociabilidades Moderna**. In: SCHWARCZ, Lília Moritz (org). **História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. Tese de doutorado em História. PUCRS. Porto Alegre, 2006.

MÜLLER, Carlos Alves. **A história econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Gazeta Mercantil, 1998.

OLIVEIRA, Carlos Alberto de. **Quem é do mar não enjoa: memória e experiências de estivadores do Rio Grande/RS (1945-1993)** / Carlos Alberto de Oliveira. –São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. **A economia da dependência imperfeita**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3 ed. Campinas : Pontes, 2000.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande** / Vivian da Silva Paulitsch. – Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PEDROSO, Ticiano Duarte. **Saneamento e Progresso**. O projeto de saneamento na cidade de Rio Grande do plano a implantação (1909-1923). Monografia apresentada ao curso de História, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Burguesia Gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930)** / Sandra Jatahy Pesavento. – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **O cotidiano da república** / Sandra Jatahy Pesavento. – 2. Ed. – Porto Alegre: Ed. Da Universidade / UFRGS, 1992.

_____. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**/ Sandra Jatahy Pesavento. – 2 ed. – Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 1998.

_____. **Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX** / Sandra Jatahy Pesavento. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. – (Brasiliiana novos estudos).

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande**. Porto Alegre: Gráfica Imprensa Oficial, 1944.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**. O discurso do plano cruzado. São Paulo: Hucitec, 1989.

POLLAK, Michel. **Memória e identidade social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho**. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Pro. História, São Paulo (15), abril 1997.

QUEIROZ, Maria Bertulini. **A Vila do Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Rio Grande: FURG, 1987.

SALVATORI, Elena; HABIAGA, Lydia Angélica; THORMANN, Maria do Carmo. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v.51. n1, p.27-71,1989.

SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA C., SILVA, F e FORTES, A. **Culturas de Classe: identidades na formação do operariado**. Campinas: EDUNICAMP, 2004. 56

_____. Espaço, redes e formação de classe. Revista Mundos do trabalho, vol. 3, n. 5, janeiro-junho de 2011, p. 06-33.

SEGA, Rafael Augustos. **Os melhoramentos urbanos como estratégias de dominação social**. Porto Alegre, Anos 90, n.14 dezembro de 2000.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra** / Richard Sennett; tradução de Marcos Aarão Reis. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo; Companhia das Letras, 1998.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Nacional, 1997.

SOTO, William Héctor Gómez. **O subúrbio e a periferia: Um novo olhar do espaço a partir de Marx, Henri Lefebvre e José de Souza Martins**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 16, p. 109-131, 2008.

_____. As anomalias da Modernidade Brasileira: o subúrbio e a periferia. In: Rosângela Schulz. (Org.). **Ensaio de Sociologia e Política**. Pelotas, RS: EDITORA da UFPEL, 2010, v., p. 269-285.

STANCHI, Roberto Pontes. **Modernidade mas nem tanto: o caso da vila operária da fábrica confiança, Rio de Janeiro, séculos XIX e XX**. – Rio de Janeiro: Museu Nacional / UFRJ, 2008.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária Inglesa.** Edward P. Thompson; tradução Denise Bottmann. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VELHO, Gilberto. A utopia Urbana um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro, 1989. Jorge Zahar Editor LTDA. 5ª edição.

WHITE, William Foote. **Sociedade de esquina** = Street corner society: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada/ William Foote White; tradução, Maria Lúcia de Oliveira; revisão técnica, Karina Kuschnir; apresentação Gilberto Velho. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura / Raymond Williams; tradução Paulo Henriques Brito. – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ZMITROWICZ, Witold, 1997, p. 5. Infra-estrutura urbana / W. Zmitrowicz, G. deAngelis Neto. – São Paulo: EPUSP, 1997.